



sotexto

GOLPE MILITAR 60 ANOS

EDIÇÃO ESPECIAL
bancariosdf.com.br
Ano 14 - Número 09
Dezembro - 2024







Protesto em São Paulo
Manifestantes seguram retratos de desaparecidos/as políticos/as
Imagem: Memorial da Democracia.

Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais! Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus. Juntai com paciência as testemunhas daqueles que tombaram por eles e por vós. Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos heróis anônimos que criaram a História. Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anônimos. Eles eram pessoas, e tinham nomes, tinham rostos, desejos e esperanças, e a dor do último de entre os últimos não era menor do que a dor do primeiro, cujo nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos como pessoas que tivésseis conhecido como membros da vossa família, como vós mesmos.

“Testamento sob a Força”
Júlio Fuchik, 1980





Sérgio Ferro

REVISTA EXTRATOS - EDIÇÃO ESPECIAL - GOLPE MILITAR 60 ANOS

Copyright 2024 © by Sindicato dos Bancários de Brasília

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009. Expressões próprias do movimento sindical e das lutas de resistência foram mantidas na forma em que aparecem nos documentos de referência.

Preparo Editorial: Revista Xapuri - Capa: Emir Bocchino.

Projeto Gráfico: Emir Bocchino - Zezé Weiss.

Pesquisa: Eduardo Pereira - Janaina Faustino - Josefa Santos - Maria Letícia Marques - Zezé Weiss. **Redação**

e Edição: Zezé Weiss. **Revisão:** Arthur Wentz Silva - Janaina Faustino - Maria Letícia Marques - Lúcia Resende.

Produção: Janaina Faustino.

Colaborações e Fontes: Antônio de Pádua Maia - Cedoc-Bancários/DF - CUT Nacional - Dieese - Dulcineia Cassis - Eduardo Araújo - Fetec-CUT /Centro Norte - Fundação Mauricio Grabois - Fundação Perseu Abramo - Gilney Viana (textos sobre o movimento sindical bancário)

- Grupo Prerrogativas - Instituto Lula - Jacy Afonso (perfil de Aluizio Palhano) - Jaime Sautchuk (*in memoriam*) - José Francisco Barbosa - Josefa Santos - Kleyton Moraes - Marcia Boff - Mauricio Pinheiro - Memorial da Democracia (imagens e textos históricos) - Memorial da Resistência (imagens e perfis de mortos/as e desaparecidos/as) - Nair Heloísa Bicalho de Sousa (entrevista Antonio de Queiroz Chaves, Revista Extratos, 2015) - Pedro Tierra - PT Nacional - Régia Vitória (Revista Extratos, 2015) - Sindicato dos Bancários do ABC - Sueli Bellato (Verdade e Justiça).

Imagens: Créditos nas matérias correspondentes.

Endereço: EQS 314/315 - Bloco A - Asa Sul
CEP 70383-400 - Brasília - DF

Telefones: (61) 3262-9090 - (61) 32629010 (Imprensa)

E-mail: imprensa@bancariosdf.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Extratos : golpe militar : 60 anos / [Sindicato dos Bancários de Brasília]. -- Brasília, DF : Xapuri Editora, 2024.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-982136-1-9

1. Brasil - História 2. Ditadura militar
3. Ditadura - Brasil - História - 1964-1985
4. Histórias de vidas 5. Relatos pessoais
I. Sindicato dos Bancários de Brasília.

24-200177

CDD-320.98108

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ditadura militar : Memórias : História política 320.98108

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Extremos

GOLPE MILITAR 60 ANOS

EDIÇÃO ESPECIAL
bancariosdf.com.br
Ano 14 - Número 09
Dezembro - 2024



SINDICATO DOS/AS BANCÁRIOS/AS DE BRASÍLIA

NOME/ASSOCIADO(A)

Eduardo Araujo de Souza
 Daniel de Oliveira
 Raimundo Dantas de Lima
 Antonio Abdan Teixeira Silva
 Fatima Suzana Marsaro
 Jose Wilson da Silva
 Ronaldo Lustosa da Rocha
 Edson Ivo Moreira Martins
 Maria Jose Furtado
 Paulo Vinicius Santos da Silva
 Humberto de Almeida Maciel
 Lucas Barbosa Cusinato Rodrigues
 Robson Costa Neri
 Ivan Amarante de Albuquerque
 Samantha Nascimento Sousa da Silva
 Sandro Silva Oliveira
 Vanessa Sobreira Pereira
 Vicente de Paula Mota Frazao
 Wandeir Souza Severo
 Cristiano Alencar Severo
 Elaine Dias Costa
 Elizabeth Cristina Bargas de Carvalho
 Fernando Monteiro Vargues
 Gleide Alves de Oliveira
 Guilherme Goncalves Simoes
 Juliana Franco Silveira
 Julio Cesar Soares Vivian
 Michelle Araujo Rodrigues
 Mirtes Fidelis de Santana
 Rafael Guimaraes Campos Oliveira
 Raissa Fraga Alves
 Raquel Santos Lima
 Rhafael Ribeiro Torres
 Ricardo de Sousa Machado
 Sergio Nascimento Viana
 Thiago Marcos de Moura Borges
 Yuri Gontijo Araujo Mundim
 Rogerio da Silva
 Adamour Holanda Lobo
 Aemerson Januario da Silva
 Alexandre Augusto da Costa Assis
 Conceicao de Maria Costa
 Dagma Ferreira de Souza

DESCRICAO/SECRETARIA

Presidente
 Sec. de Assuntos Sociais e Econômicos
 Sec. Geral
 Sec. de Finanças
 Sec. de Assuntos Juridicos
 Sec. de Aposentados
 Sec. de Comunicação
 Sec. de Combate ao Racismo e à Discriminação
 Sec. de Mulheres
 Sec. de Políticas Sindicais
 Sec. de Assuntos Parlamentares
 Sec. de Juventude
 Sec. de Relações com a Comunidade
 Sec. de Organização do Ramo Financeiro
 Sec. de Administracao, Patrimonio e Informática
 Sec. de Cultura
 Sec. de Saude e Condições de Trabalho
 Sec. de Divulgação
 Sec. de Formação
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Diretor
 Conselho Fiscal
 Conselho Fiscal
 Conselho Fiscal
 Conselho Fiscal
 Conselho Fiscal





CEDOC/BANCÁRIOS-DF

BANCÁRIOS/AS BRASÍLIA: PRESIDENTES (1960-2024)

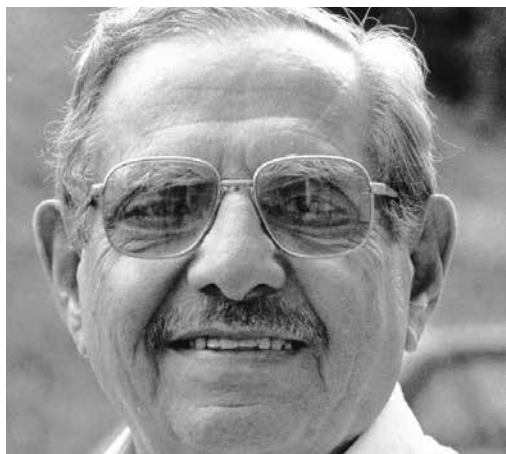
Entre 1960 e 2024, o Sindicato dos Bancários e das Bancárias de Brasília teve, contando com a Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília (1960-1962), embrião do Sindicato, 28 diretorias.

Dessas, seis foram compostas por Juntas Interventoras nomeadas pelo regime militar: (1964 -1965); (1965 -1965); (1965 -1966); (1966 -1968); (1968-1971); (1971-1974).

Um presidente da primeira Associação, Alvimar Figueira da Fonseca (1960-1962); uma presidenta, Erika Kokay (1992-1998) e mais 12 presidentes comandaram o Sindicato dos Bancários e das Bancárias nos mandatos das diretorias democraticamente eleitas pela categoria.



ALVIMAR FIGUEIRA DA FONSECA
1960 - 1962



ADELINO CASSIS
1962 - 1964



LAURO DA SILVA DE AQUINO
1974-1977 | 1977-1980



AUGUSTO SILVEIRA DE CARVALHO
1980-1983 | 1983-1986



JOSÉ SAMPAIO DE LACERDA JÚNIOR
1986-1989



PAULO BORGES
1989-1992



ÉRICA JUCÁ KOKAY
1992-1995 | 1995-1998



JOSÉ ALVES DA SILVA
1998-2001



JACQUES DE OLIVEIRA PENA
2001-2003



JOSÉ WILSON DA SILVA
2003-2004



JACY AFONSO DE MELO
2004-2007



RODRIGO LOPES BRITTO
2007-2010 | 2010-2013



KLEYTON GUIMARÃES MORAIS
2019-2022 | 2022-2023



EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA
2013-2016 | 2016-2019 | 2023...



DIRETORIA FETEC-CUT/CENTRO NORTE

DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Lopes Britto
Presidente
Sebastião Tavares de Oliveira
Vice-Presidente
Ayr José Cícero de Sá
Secretaria Geral
Jose Avelino Barreto Neto
Secretaria Administração e Finanças
Sérgio Luiz Campos Trindade
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Wesclly Mendes de Queiroz
Secretaria Assuntos Jurídicos
Wadson Francisco dos Santos Boaventura
Secretaria Saúde e Condições Trabalho
Ilva Jose Alves
Secretaria Formação
Elis Regina Camelo Silva
Secretaria Mulher
Talita Regia da Silva
Secretaria Organização do Ramo Financeiro
Edvaldo Almeida de Oliveira
Secretaria Política Socioambiental
Laudelino Vieira dos Santos
Secretaria Política de Igualdade
Leonice Maria Pereira de Souza
Secretaria Combate ao Racismo
Arlison da Silva
Secretaria Relações Políticas Sindicais
Maria de Jesus Demetrio Gaia
Secretaria Relações Institucionais
Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretaria Bancos Públicos
Neide Maria Rodrigues
Secretaria Bancos Privados
Ivone Colombo da Silva
Secretaria Cooperativa de Crédito
Evelaine Ramos da Silva
Secretaria da Juventude

CONSELHO FISCAL

Gesica Capato Alencar
José Maria Guerra
Sebastião Vieira Filho

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Aline de Almeida Costa
Edmilson Wanderley Lacerda
Marianna Coelho de Almeida Akutsu Lopes

DIRETORIA

Adama Maria Queiroz Figueiredo
Alfredo Nuncio da Silva Sol
Aline de Souza Freire
Alvaro Castro Fonseca
Alvaro Marzochi
Amarildo Jose de Carvalho
Ana Lucia Nobre Neves
Andre Matias Nepomuceno
Carlos Schilive
Cicero Roberto dos Santos
Clodoaldo Barbosa
Daniel Machado Gaio
Dulcineia Duarte Machado
Edmar Batistela Toneli
Elizabeth Espindola Araujo
Emerson Azambuja Peral
Enilson Cardoso da Silva
Erica Pinheiro Mendonça
Erika Teixeira Tavares
Everton Luis Vieira da Cunha
Francinaldo Araujo Costa
Girolamo Ferraz Bianco
Irineu Silva de Almeida
Italina Facchini
Jacy Afonso de Melo
Jane Paula Rossa Palma
Janine Lira Fontinele da Silva Martins
João Luiz Dourado
Jolliton da Silva Brito
Jose Anilton Macario da Silva
José de Souza Fagundes
José Donizete Dutra da Silva
Jose Garcia de Sousa Rocha
Juliano Rodrigues Braga
Laiane Patricia Oliveira Saraiva
Larissa Cristina Ribeiro Lopes
Manoel Gomes de Sousa
Marlene Rodrigues Dias
Marluce Xavier Freire Caires
Rafael Saldanha
Rafaella Gomes Freitas de Oliveira
Rejane Marques Ferreira
Roberto Ribeiro
Ronaldo Fernandes da Silva
Samila Favilla Moraes
Samuel Bastos Macedo
Sebastião Soares de Moraes
Sergio Lima Mendes Pinto
Teresa Cristina Mata Pujals
Vanessa Pimentel Oliveira
Vera Lúcia dos Remédios Paoloni
Washington Henrique da Silva
Wlamir Ubeda Martines

FETEC-CUT/CENTRO NORTE: UMA FEDERAÇÃO DE LUTAS E CONQUISTAS

A Fetec-CUT/CN (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte) foi fundada em 19/01/1990, quatro anos e meio depois que surgiu o Departamento Nacional dos Bancários (DNB-CUT), a primeira entidade nacional da categoria criada depois que o regime militar destruiu as organizações de luta da categoria bancária e da classe trabalhadora.

Ratificada por um congresso interestadual da categoria em março de 1991, em Cuiabá (MT), com 12 sindicatos filiados em 8 estados e sede em Cuiabá, a Fetec-CUT/CN é a maior federação de bancários e bancárias do país em extensão territorial.

A base territorial da Fetec-CUT/CN abrange: SEEB-Acre (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do estado do Acre); SINTRAF-Amapá (Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do estado do Amapá); SEEB-Brasília (DF); SEEB Dourados e Região do Mato Grosso do Sul (MS); SEEB Campo Grande (MS); Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e do Ramo Financeiro de Mato Grosso (MT); SEEB do Pará (PA); SEEB de Rondonópolis e Região Sul (MT); SINTRAF Roraima; SINTRAF da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF); SEEB de Barra do Garças e Região (SINBAMA-MT); e SEEB Ponta Porã e Região (MS).

Diferente das federações tradicionais, a Fetec CUT/CN teve sua primeira direção eleita em um congresso com ampla participação da base, que também aprovou sua filiação ao DIEESE e à CUT. Em assembleia realizada no dia 28/11/1992 filiou-se à Confederação Nacional dos Bancários da CUT-CNB/CUT (hoje Contraf-CUT).

A Fetec-CUT/CN também integra o ramo dos Trabalhadores do Sistema Financeiro da CUT, parte da estrutura da maior central sindical da América Latina e uma das maiores centrais sindicais do

mundo. Na categoria bancária, representa mais de 80% dos trabalhadores e das trabalhadoras do sistema financeiro.

Dessa forma, a Fetec-CUT/CN já nasceu e segue compromissada com a implantação de uma nova estrutura sindical, que favoreça o surgimento e a consolidação de entidades sindicais democráticas, combativas, autônomas, pluralistas e de massa, voltadas para a construção da unidade da classe trabalhadora na luta por uma sociedade justa e igualitária.

Nesses anos todos de luta, enfrentamos imensos desafios: os lucros astronômicos, a ganância desenfreada e a falta de responsabilidade social dos bancos estão sempre presentes. A falta de segurança, os problemas de saúde e a jornada de trabalho estressante continuam prejudicando os trabalhadores e as trabalhadoras.

Mas, fortalecida e unida com seus 12 sindicatos filiados, e consolidando-se cada dia mais na Região Centro-Norte, graças ao importante trabalho de integração dos/as bancários/as dessa imensa região do país, outrora isolada e distante do ponto de vista político-sindical, a Fetec-CUT/CN cumpre sua missão de defesa da categoria para a construção da luta nacional da categoria bancária.



ÍNDICE

Bancários/as Brasília: presidentes (1960-2024)	10	Verdade, justiça e paz: Um longo caminho ainda por	
Diretoria Fetec-Cut/Centro Norte	12	percorrer	67
Fetec-Cut/Centro Norte:		O aparato jurídico da repressão	69
Uma Federação de lutas e conquistas	13	A ditadura escancarada	71
Sindicato dos Bancários e das Bancárias de Brasília:		Um pote até aqui de mortos/as	72
64 anos de luta e resistência	18	Bancários e bancárias assassinados/as	
Sem memória não há futuro:	20	ou desaparecidos/as pela ditadura	73
Contar a história que a história não conta:	22	Abelardo Rausch de Alcântara	74
Sem anistia!	23	Antonio Guilherme Ribeiro Ribas	75
Resistência sindical bancária pré-golpe de 1964	24	Aurora Maria Nascimento Furtado	76
José Villani Côrtes:		Caiupy Alves de Castro	77
Primeiro bancário preso pela ditadura	27	Fernando Augusto da Fonseca	78
Honestino Guimarães	28	Ivan Mota Dias	79
Comissão da Verdade Bancários/as Brasília:		João Leonardo da Silva Rocha	80
Memória de uma busca por Justiça e Reparação	30	José Júlio de Araújo	81
Um golpe contra o povo brasileiro	34	Luiz Alberto Andrade de Sá	82
Saldo da Truculência	37	Maria Regina Marcondes Pinto	83
Um trem no caminho do general Mourão	38	Nilda Carvalho Cunha	84
O calendário do golpe	40	Paulo César Botelho Massa	85
O Último discurso de Jango	42	Raimundo Gonçalves de Figueiredo	86
Ato Institucional número 1 rasga a Constituição	46	Roberto Macarini	87
100 primeiros brasileiros cassados	47	Vitorino Alves Moitinho	88
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira:		Gilney Viana	90
Primeiro bancário cassado pela ditadura	48	As muitas formas de luta contra o regime militar	92
“As marcas da tortura sou eu”		Luta armada: Um combate desigual	94
Dilma Roussef	51	O Abc das torturas	96
Chumbo grosso contra os movimentos social e sindical	53	A guerrilha urbana	98
O movimento sindical luta contra a repressão	55	A Guerrilha do Araguaia	99
Bancários/as perseguidos/as		Uma bancária e quatro bancários	
nos primeiros momentos da ditadura	56	na Guerrilha do Araguaia	101
Adelino Cassis:		Os muitos nomes da Resistência	102
Dirigente sindical perseguido e preso pela ditadura	59	A linha chinesa	104
Dulcinéia Cassis: Memórias do meu pai	60	A ex-esquerda cristã	105
Alvimar Figueira da Fonseca	62	Os herdeiros e herdeiras da Polop	106
Antunes de Queiroz Chaves	64	Os militares nacionalistas	109
José Francisco Barbosa	65	Inês Etienne Romeu:	
Comissão Nacional da verdade:		Única sobrevivente da ‘Casa da Morte’	110
Instrumento de reparação e de justiça	66	As lutas pela Anistia	112

ÍNDICE

O Movimento Feminino pela Anistia	114	Lula sobe a rampa do Planalto	
Aprovada a Lei da Anistia	115	em companhia do povo brasileiro	158
Nasce o PT	117	8 de Janeiro: uma intentona golpista	160
Ressurge o movimento sindical bancário	118	Sem Anistia para golpistas	161
Primeira Conclat: Sindicatos se reúnem livremente	119	Intentona golpista de 2023: Cronologia do dia 8	
Nasce a CUT	121	e dos outros dias do mês de janeiro	162
As grandes greves dos anos 1980-1990	122	Intentona golpista de 2023: Cronologia	
Cem mil marcham em Brasília	123	dos desdobramentos nos meses seguintes	163
O desmonte da ditadura:		Marielle Franco: Quem Matou.	
Repressão começa a queimar arquivos	124	Quem Mandou Matar. E Por Quê.	164
Tanques ameaçam Brasília	126	Estado concede reparação coletiva histórica	
Diretas Já!	129	a povos indígenas por crimes da ditadura	166
Ditadura acata transição sem golpe	130	Canção de ninar gente morta	168
A transição por cima	131	Golpe militar de 1964: Jamais esquecer a barbárie	169
Eleição de Tancredo põe fim à ditadura	132	Perdão, Bancários! Perdão, Bancárias!	172
Tancredo é operado. Sarney toma posse	133	Palco de Luta	173
Emenda remove o lixo autoritário do regime militar	134		
Entra em vigor a Constituição Cidadã	135		
Eleições Diretas para Presidente	136		
Brasil fica livre do 'monstro' do SNI	138		
Aparece a primeira vala clandestina:			
Ossadas encontradas em Perus	139		
Governo exige das Forças Armadas			
informações sobre mortos/as e desaparecidos/as	140		
Lei dos Desaparecidos permite inventário			
das cicatrizes da ditadura	141		
Luiz Inácio Lula da Silva:			
Primeiro Trabalhador-Presidente do Brasil	142		
Uma mulher chega ao comando do País	145		
O golpe contra Dilma	146		
Impactos dos governos pós-impeachment			
no movimento sindical brasileiro	148		
Greves do movimento sindical			
nos anos pós-impeachment (2016-2022)	151		
Lutas e conquistas do movimento sindical bancário			
nos anos pós-impeachment (2016-2022)	152		
Lula prisão e volta	155		
Vigília Lula Livre: alimento da democracia	156		





Perdemos a noção do tempo.
A luz nos vem da última lâmpada,
coada pela multidão de sombras.
A própria voz dos companheiros tarda,
como se viesse de muito longe,
como se a sombra lhe roubasse o corte.
Nessa noite parada, sobrevivemos.
Ficou-nos a palavra, embora reprimida.
Mas o murmúrio denuncia
que a vitória não foi completa.
Dobra o silêncio
e envia o abraço de alguém
cujo rosto nunca vimos e, todavia, amamos.
Nessa noite parada sobrevivemos.
Sobreviveremos.
Ficou-nos a crença, de resto, inextinguível,
na manhã proibida.

“Sobreviveremos”

Pedro Tierra

Preso político em cárceres
de detenção e tortura do regime militar.



Monumento Tortura Nunca Mais - Localizado em Recife. A escultura, concebida pelo arquiteto piauiense Demétrio Albuquerque, foi o primeiro monumento construído no Brasil em homenagem às pessoas mortas e desaparecidas durante a ditadura (1964-1985).

SINDICATO DOS/AS BANCÁRIOS/AS BRASÍLIA: 64 ANOS DE LUTA E DE RESISTÊNCIA

“Essa bela caminhada do Sindicato dos Bancários e das Bancárias de Brasília nos ensina a importância desse sujeito histórico e coletivo, tanto para a categoria bancária quanto para a sociedade do Distrito Federal.”

Kleyton Moraes



Em 1960, Brasília era um imenso canteiro de obras, com um grande formigueiro humano trabalhando em condições precárias, além da péssima infraestrutura.

Relatos médicos da época mostram que a maioria dos casos de tuberculose nos hospitais era de bancários, devido ao ambiente inóspito e estafante em que trabalhavam.

No começo não havia sindicato, não havia Justiça do Trabalho. Havia apenas um juiz da Justiça comum, em Planaltina, com um pequeno quadro funcional sem conhecimento da legislação do trabalho.

Há registros de que setores do governo tentaram orquestrar um plano para que não houvesse pressão da classe trabalhadora sobre o governo. Tentaram, sem sucesso, baixar leis proibindo a formação de sindicatos.

Fruto da dura vivência dos/as trabalhadores/as e da presença de quadros políticos experientes, vindos de outras regiões para organizar a classe trabalhadora em Brasília, o movimento sindical foi-se erguendo vigoroso e forte.

Surgiram o Sindicato da Construção e do Mobiliário do Distrito Federal, a Associação dos Servidores da Novacap e, em especial, a Associação dos

Bancários, logo transformada em Sindicato, por se tratar de uma categoria mais experiente em lutas e negociações sindicais nos grandes centros urbanos do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Em 22/09/1960, Alvimar Figueira da Fonseca e Milton Schelb fundaram a Associação dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários do Distrito Federal, para prestar apoio na realocação dos trabalhadores do sistema financeiro da nova capital, praticamente todos do Banco do Brasil, que vieram transferidos do Rio de Janeiro. Alvimar foi eleito seu primeiro presidente.

Um ano e dois meses depois, em 23/11/1961, com o recebimento da Carta Sindical, emitida pelo Ministério do Trabalho, nasceu formalmente o Sindicato dos Bancários de Brasília. Adelino Cassis, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dirigente sindical bancário, foi eleito presidente para o mandato de um ano.

Reeleito, Cassis presidiu o Sindicato entre 1962 e 1964, até ser preso pelo regime militar. O Sindicato dos Bancários já nasceu combativo.

Em junho de 1962, organizou uma greve histórica que começou no dia 2 e durou 17 dias, para exigir o cumprimento do acordo salarial do ano anterior.

Em dezembro, garantiu a participação de Brasília na greve nacional da categoria por 24 horas, pela manutenção do 13º salário, ameaçado de extinção por um projeto de lei que tramitava no Congresso Nacional.

Em 1964, o regime militar tratou de decepar o movimento sindical em todo o Brasil. Os sindicatos sofreram intervenção. Tiveram seus dirigentes presos, cassados, banidos, torturados, desaparecidos, mortos.

Em Brasília, o Sindicato dos Bancários foi ocupado pelos militares e dirigido por sucessivas juntas interventoras, nomeadas pelo Ministério do Trabalho.

Em 1968, o regime permitiu a realização de “eleições” no Sindicato, porém com chapa única, formada pela direção da Conitec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito).

Amordaçado, o Sindicato, assim como todas as demais entidades sindicais, só teve condições de lutar por sua recuperação em meados dos anos 1970, quando, sob pressão da sociedade civil, o regime começou a abrir brechas para uma “distensão política lenta e gradual”.

Em 1974 surge, em Brasília, uma chapa de oposição que disputou e perdeu a eleição do Sindicato. Em seguida, nasce o Movimento Bancário de Renovação Bancária (MBRS) que, com um trabalho de organização e de sindicalização da categoria, vence a eleição de 1980, retomando o Sindicato para a categoria e para o protagonismo nas grandes lutas nacionais, 16 anos depois do golpe militar.

O Sindicato dos Bancários de Brasília foi fundamental na fundação da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 28/08/1983, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), em São Bernardo do Campo, com a participação das organizações de base que construíram a unidade nacional da categoria bancária.

Compromissado, desde sempre, com a defesa de direitos e da democracia, o Sindicato, entre 1983 e 1984, ainda durante o regime militar, apoiou o “Diretas Já”, movimento da sociedade civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil.

Em 1985, os/as bancários/as fazem a primeira greve nacional pós-64, uma das maiores da história da categoria, e conquistam reposição de perdas salariais.

“Quem trabalha em banco é bancário”. Ainda em 1985, os/as empregados/as da Caixa fazem uma paralisação nacional, são reconhecidos como bancários (antes eram denominados economiários) e conquistam a jornada de 6 horas.

Agora, nos 60 anos do golpe militar, o Sindicato dos Bancários, que teve seus primeiros líderes perseguidos, presos, desaparecidos e mortos pelo regime de exceção, uma vez mais se posiciona.

Uma vez mais, o Sindicato dos Bancários e das Bancárias de Brasília vai à luta contra todo e qualquer tipo de esquecimento e de anistia para golpistas e torturadores porque, como bem diz a sabedoria popular, “sem memória não há futuro”.

SEM MEMÓRIA NÃO HÁ FUTURO

“Descobri que não é verdade o que dizem a respeito do passado, essa história de que devemos enterrá-lo. Porque, de um jeito ou de outro, ele sempre consegue escapar.”
Khaled Hosseini, em “O caçador de pipas”



CEDOC/BANCÁRIOS-DF

Nós, bancários e bancárias de Brasília somos o resultado da resistência pioneira de militantes como Alvimar Figueira da Fonseca, Milton Schelb, Adelinno Cassis e tantos outros dirigentes visionários, que fizeram brotar, da poeira do chão de uma capital em construção, um movimento sindical bancário capaz de perdurar – e prosperar – por seis décadas de luta e resistência.

No começo, quando surgiu a primeira Associação dos Bancários de Brasília, em 1960, e o nosso Sindicato, em 1961, éramos umas poucas centenas, cerca de 400 pessoas sindicalizadas. Agora, já não somos um/a, nem dois/duas, somos milhares de bancários/as com a filiação em dia no Sindicato.

Somos essa mistura de sonhos amputados e de lutas rebrotadas que não nasceu do acaso. Sofremos, como todo o movimento sindical brasileiro, as consequências do arrocho salarial, do fracasso de políticas econômicas insustentáveis e das frequentes investidas do capital nacional, com amplo suporte internacional, para privatizar nossos bancos públicos.

Passamos, como todo o movimento social brasileiro, por momentos turbulentos e trágicos durante os 21 anos da ditadura. Nosso Sindicato sofreu intervenção. Nossas lideranças foram presas, desaparecidas, mortas, banidas, cassadas e caçadas. Sob total controle do regime militar, os bancos demitiram, sumariamente, nossas combativas lideranças sindicais.

Tivemos, depois dos anos de chumbo, que embarcar nas asas de uma anistia incompleta e recomeçar. Com a “distensão” forjada pelas lutas populares contra o regime militar, na década de 1970 recuperamos nosso Sindicato e fomos à luta pelos direitos trabalhistas da categoria e pela democracia.

Com a Anistia de 1979, algumas de nossas lideranças tiveram suas demissões sumárias e suas aposentadorias revistas. Finalmente elas puderam se reintegrar às atividades bancárias, porém não raro em agências distantes de seus lares e de suas referências políticas e culturais.

Algumas não tiveram sequer essa sorte. Foram declaradas mortas. Ou continuam desaparecidas. Vítimas da ditadura, tivemos que lamber nossas feridas e recomeçar.

Como nos ensina Francisco no capítulo VII da Encíclica *Fratelli Tuti*, refizemos o percurso de um novo encontro com a luta e recomeçamos, a partir da verdade de uma história que não permite o perdão nem o esquecimento.

Não é questão de “remoer” o passado. É, sim, questão de reconhecer que as gerações presentes e futuras têm o direito de saber o que aconteceu. Não há como colocar em um imaginário baú da desmemória a crueldade perversa de um regime de exceção.

Ao contrário, para que a opressão nunca mais aconteça, é que, nesses 60 anos do golpe militar, compartilhamos com nossa categoria bancária, com a sociedade de Brasília e com todo o povo brasileiro, esta publicação com esses rasgos de uma história que não pode deixar de ser contada e recontada.

Sem perdão, sem anistia, e sem esquecimento!

Eduardo Araújo

Presidente do Sindicato dos Bancários



Resistência Candanga - Operários de obras fazem protesto na Esplanada dos Ministérios, 1960. A Associação dos Bancários já estava lá. Foto: Arquivo Público do DF

CONTAR A HISTÓRIA QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA

*“Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra.”*
Samba-enredo da Mangueira 2019

No que diz respeito ao golpe militar de 1964, o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com seu próprio povo.

Em deferência à memória dos e das que foram tragados pelo “rabo de foguete” da ditadura militar, é dever do Estado contar a verdade sobre os anos de chumbo do regime militar e dar à sociedade brasileira o direito de lutar por reparação e por justiça.

É também dever nosso, dirigentes do movimento sindical e da sociedade civil organizada, “contar a história que a história não conta”.

Só nós podemos, hoje, tirar a poeira dos calabouços da ditadura, para honrar nossos heróis e heroínas.

Apesar dos desmandos de um longo e sangrento regime de opressão, é o exemplo dessas mulheres e homens que deram suas vidas pela liberdade, que nos fez chegar até aqui.

Esta revista, honrosamente publicada pelo Sindicato dos Bancários de Brasília, em parceria com a Fetec-CUT/CN, nos 60 anos do golpe, representa nosso esforço para trazer à luz páginas de um livro que parte do Brasil insiste em apagar.

Com ela, nós temos a chance de colocar na parede este retrato de um país que precisa saltar às vistas de quem, como nós, luta por direitos e por democracia.

Cleiton dos Santos Silva
Ex-Presidente da Fetec-CUT/Centro Norte



SEM ANISTIA!

“É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte.

É preciso estar atento e forte
Não temos tempo de temer a morte.”

Gilberto Gil/Caetano Veloso, em “Divino Maravilhoso”

Resistir parece ser o destino histórico da nossa frágil democracia, sempre açoitada por golpes, como o militar de 1964 e o jurídico-midiático de 2016, ambos com o trágico resultado da deposição do presidente João Goulart e da presidenta Dilma Rousseff. São tragédias que massacram a alma democrática do povo brasileiro.

O golpe de 1964 afundou nosso país em 21 anos de torturas, assassinatos e desaparecimentos de militantes, muitos e muitas delas da nossa categoria bancária. Já o golpe de 2016 escancarou as portas do arbítrio para os 580 dias da prisão de Lula e para a chegada ao poder do ex-presidente inelegível, artífice da intentona golpista de 2022.

Um golpe alimenta o outro, ou a tentativa de outro. A Anistia incompleta de 1979, que poupou a caserna da punição pelas mortes e massacres perpetrados pelo regime militar (1964-1985), abriu brechas para a tentativa fracassada do golpe de 2022, orquestrada, majoritariamente por militares, e para que elementos golpistas da extrema-direita venham, agora, neste ano de 2024, clamar por Anistia para os crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito.

Do movimento sindical, da sociedade brasileira e, em especial, da nossa categoria bancária e demais trabalhadores/as do ramo financeiro, a resposta só pode ser uma: não permitiremos aos detratores e às detratadoras de democracia, a passagem impune por mais esta página triste da nossa história. Para que nunca mais se repitam as sofridas histórias de mortes, torturas e desaparecimentos aqui retratadas, é preciso que nos unamos em uma só voz de luta e resistência: SEM ANISTIA!

Rodrigo Britto

Presidente da Fetec-CUT/Centro Norte



RESISTÊNCIA SINDICAL BANCÁRIA PRÉ-GOLPE MILITAR DE 1964

DATA	GREVES E OUTROS ATOS DE RESISTÊNCIA
21/04/1958	De 21 a 27 de abril do mesmo ano de 1958 foi realizado, em Belo Horizonte, o VII Congresso Nacional dos Bancários. O vice-presidente da República, João Goulart, compareceu à sessão de encerramento. Vitórias do VII Congresso: reconquista da aposentadoria ordinária (tempo de serviço) pela Lei 3.322; nomeação dos delegados regionais do IAPB eleitos pelos bancários; ganhos no IAPB, inclusive com aplicação exclusiva de seu patrimônio no interesse da classe; e reemprego para os bancários de bancos liquidados extrajudicialmente.
28/07/1958	Fundação da CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores as Empresas de Crédito. Foi a primeira confederação organizada por trabalhadores e não por decreto governamental. Tanto a Federação DF/RJ/ES quanto a Contec funcionaram em salas cedidas pelo Sindicato do Rio, até a regularização do processo de financiamento das duas instituições. Em dezembro foi eleita a nova diretoria do Sindicato, encabeçada por Aluízio Palhano. Em 17 de agosto de 1959, solenidade comemora o reconhecimento da Contec, com a presença do vice-presidente João Goulart.
23/02/1960	Várias lideranças bancárias participavam das organizações intersindicais regionais e nacionais, assim como de fóruns tripartite, com destacada atuação dos bancários cariocas que, além dessa atuação de cunho mais político, se empenhavam em fortalecer o Sindicato junto à categoria, construindo uma organização de base, centrada nas comissões por banco, e investindo numa estrutura que aproximasse o Sindicato dos locais de trabalho e moradia. Dentro dessa diretriz, o Sindicato de Bancários, em 23 de fevereiro de 1960, inaugurou sua 1ª delegacia, no bairro de Madureira (a segunda será a de Campo Grande, em 24 de março de 1962).
24/03/1960	Ocorreu a 1ª Convenção Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Sindicato dos Bancários e de Securitários de todo país), 24 a 28 de março, que elaborou pauta de reivindicações: aumento salarial de 50% e mais 7% ao ano, os bancários definiram outros itens de negociação, como estabilidade no emprego a partir de dois anos de serviço e fim do expediente aos sábados.
01/08/1960	Durante o III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores a direção da Contec defendeu a proposta de formação de uma Central Sindical. Ao final do encontro, foi eleita uma comissão executiva nacional composta de 11 membros titulares e 11 substitutos, cuja função seria coordenar e unir os trabalhadores sob uma única direção nacional em oposição aos "divisionistas" da CNTI, da CNTC e da CNTTT.
22/09/1960	Assembleia de fundação da Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em Brasília, formalidade necessária para atender as exigências do Ministério do Trabalho para criação do Sindicato.
01/04/1961	O início da campanha nacional foi marcado oficialmente.
08/05/1961	2ª Convenção Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, de 08 a 13 de maio, definiu uma campanha centrada nos seguintes eixos: fim do trabalho aos sábados, estabilidade aos dois anos de serviço e repúdio à possibilidade de retorno da jornada de oito horas de trabalho, cogitada pelos banqueiros. de Bancários e Securitários, no Rio de Janeiro, que se encerrou com um almoço no Saps (Serviço de Alimentação da Previdência Social) da Praça da Bandeira, ao qual compareceram várias autoridades, dentre elas o vice-presidente João Goulart. O ano de 1961 seria marcado pela crise política devido à renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Setores da direita tentam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que só se viabilizaria em setembro. O Sindicato participou ativamente da organização da resistência ao golpe liderado por setores conservadores que já se articulavam por uma solução de força como resposta à crescente mobilização política do movimento de massas.
25/08/1961	Renúncia do Presidente Jânio Quadros
08/09/1961	Posse de João Goulart
19/12/1961	A Portaria 67/61 do Tribunal, extingue o trabalho aos sábados, com compensação de meia hora nos demais dias da semana.

DATA	GREVES E OUTROS ATOS DE RESISTÊNCIA
18/10/1961	Os bancários deflagram em todo o país a "greve da dignidade", que dura oito dias e prolongaria até o dia 26. A polícia cercou as agências, e os trabalhadores ocuparam as ruas com passeatas e piquetes. A greve provocou uma corrida da população aos bancos e precisou da ação do governo parlamentarista para encontrar uma solução negociada, diante da intransigência dos banqueiros. Com a mediação do primeiro-ministro Tancredo Neves e do ministro do Trabalho, Franco Montoro, a categoria obtém conquistas: reajuste imediato de 40% com piso de 7 mil cruzeiros, salário profissional, gratificação de função, pagamento integral dos dias parados e instituição da Data Base em 1º de Setembro. Na Assembleia foi aprovada um contribuição de 1 dia de salário pra combir custos da Campanhae outros 10% a partir de 1º de abril do ano seguinte. Essa foi a 3ª Greve Nacional da Categoria, a segunda em 1946 e a primeira em 1934.
19/12/1961	A Portaria 67/61 do Tribunal, estingue o trabalho aos sábados, com compensação de meia hora nos demais dias da semana.
01/12/1961	Surge a Comissão Permanente da Organização sindical, que reúne bancários, textéis, graficos e marceneiros, no Rio de Janeiro.
30/01/1962	O presidente João Goulart autoriza o IAPB a comprar o Hospital dos Bancários - que seria inaugurado em 15 de dezembro de 1962 – que é hoje o Hospital da Lagoa.
01/06/1962	Com o início das negociações para a formação de um novo conselho de ministros devido à renúncia de Tancredo Neves, os órgãos sindicais integrantes do Comando Nacional de Greve — entre os quais a CNTI, o PUA, a Contec e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais, e Aéreos (CNTTMFA) — se mobilizaram e ameaçaram deflagrar uma greve geral caso o Congresso aprovasse essa indicação senador Auro de Moura Andrade.
28/04/1962	I Encontro Fraternal Sindical dos Trabalhadores em Brasília - 28/04/1962 a 01/05/1962 26 Entidades Sindicais marcaram presença.
14/06/1962	Passeata da Fome - Do Eixo Monumental até o Congresso Nacional, sindicalistas e estudantes são recebidos por parlamentares do PB, PSD, UDN e PR.
05/07/1962	1ª Greve Geral Nacional, deflagrada 18 dias após o Brasil conquistar a Copa do Mundo pela 2ª vez, conquistou a garatia do 13º Salário, em meio a instensa disputa ideológica entre esquerda e direita. Nos transportes, ferrovias, bancos e portos, a paralisação foi expressiva, assim como nas refinarias e distribuidoras da Petrobras. Cruzaram os braços trabalhadores de São Paulo, Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Campina Grande (PB), Vitória, Santos e Cubatão (SP), Belo Horizonte, Paranaguá (PR), Itajaí (SC) e Criciúma (SC), entre outras.
17/08/1962	o Comando Geral dos Trabalhadores, CGT, é criado no IV Encontro Sindical Nacional, dele participando três Confederações: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec). Das Federações aderem, entre outras, a dos Ferrovários e a Federação Nacional dos Arrumadores.
21/08/1962	Acordo com os banqueiros extingue o trabalho aos sábados, pois nem todos os bancos respeitavam a portaria da Justiça do Trabalho.
06/12/1962	Deflagrada greve nacional dos bancários, por 24 horas, contra o projeto de reforma bancária conservadora; pelo pagamento do 13º salário e pela equiparação dos bancos oficiais mineiros ao BB. Na Guanabara, a greve parou todos os bancos. A Contec lança o decálogo de princípios da reforma bancária progressista, que norteou o projeto de lei apresentado na Câmara pelo deputado federal Salvador Romano Lessaco, sindicalista bancário de São Paulo, um dos incluídos na primeira lista de cassações em 1964.
01/01/1963	A partir das lições tiradas das greves de 1961 e 1962, em 1963 são instituídas as "grevilhas", ou "greve bossa nova", que eram paralisações sequenciais de 24 horas por grupos de bancos. Na pauta, reajuste salarial, pagamento do 13º salário e cumprimento da extinção do trabalho aos sábados, que alguns bancos ainda insistiam em ignorar. Esta tática levava em conta a absorção dos processos de paralisação geral da categoria por parte dos bancos que, inclusive, barganhavam compensações do governo após as greves.
18/09/1963	Indo além, os bancários incluíram durante aquelas anos em seu elenco de temas para a discussão interna e nas pautas de reivindicações das mobilizações, o Contrato Coletivo de Trabalho, com abrangência nacional, que mesmo sendo pensado como algo não totalmente oposto à estrutura sindical vigente, constituiria na prática um contraponto à função mediadora do Estado.
13/03/1964	Os bancários junto com outras categorias, através da Comissão Permanente de Organização Sindical (CPOS), organizam o histórico comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, para acelerar as reformas de base do presidente João Goulart. Cerca de 200 mil pessoas comparecem.

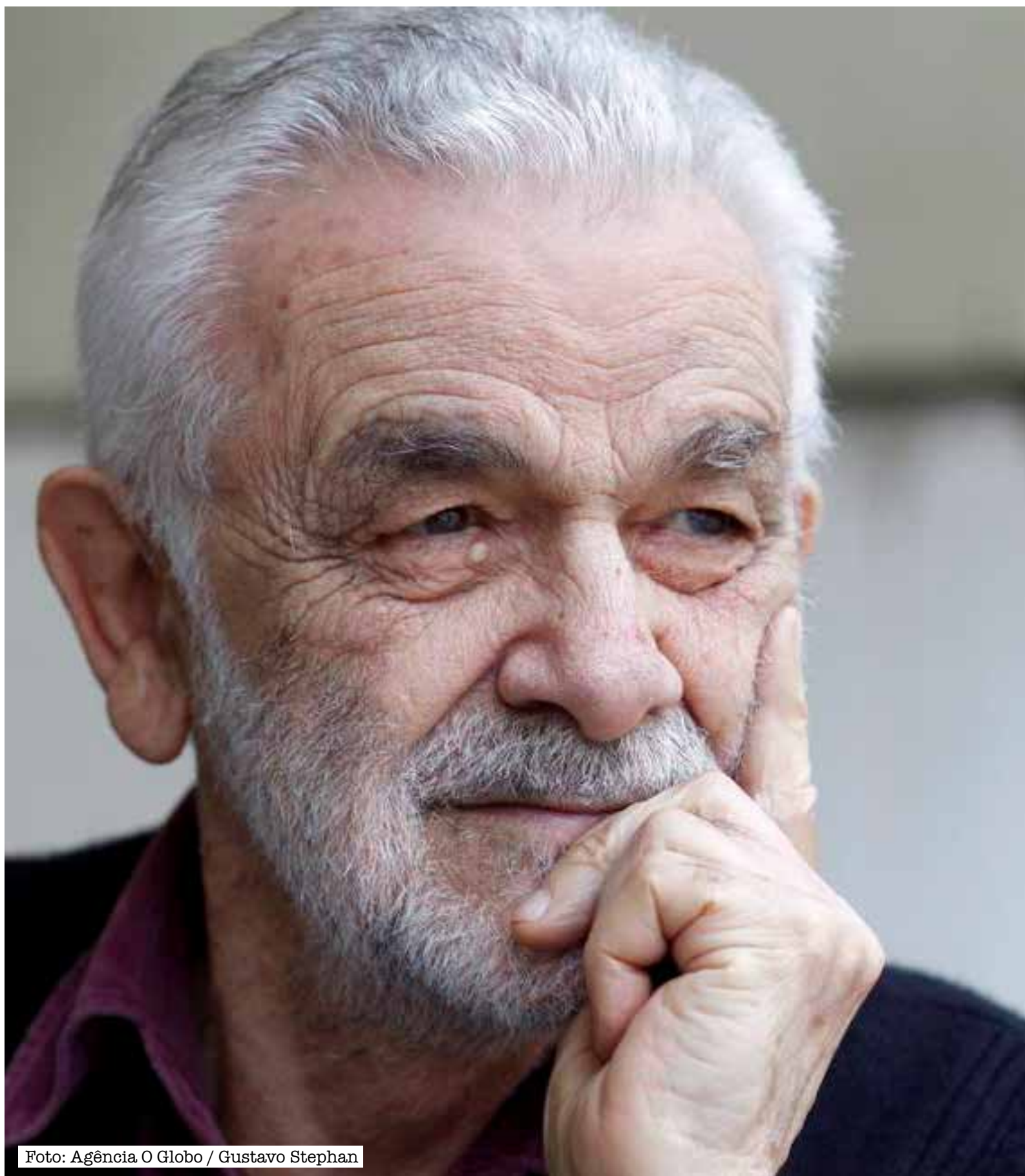


Foto: Agência O Globo / Gustavo Stephan

JOSÉ VILLANI CÔRTEZ: PRIMEIRO BANCÁRIO PRESO PELA DITADURA

“Para quem não viveu
convém contar.
A quem já se esqueceu
quero lembrar.”

Thiago de Mello - Poeta perseguido pela ditadura

Antes mesmo do 1º de abril, “Dia D do Golpe”, as perseguições e prisões políticas já haviam começado a partir de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Um dia antes da tropa do general Olympio Mourão deixar Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, na ação considerada como a intentona do início do golpe militar, um sindicalista, José Villani Côrtes, presidente do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora, era preso em Minas.

Na manhã do dia 30 de março, Côrtes estreou a cadeia da ditadura, tornando-se o primeiro preso político do golpe de 1964.

Interpelado na sede da Cooperativa de Consumo dos Bancários, dali o sindicalista foi levado para a delegacia de polícia, onde foi interrogado, fichado e colocado na carceragem: “não tinha ninguém preso lá, só eu.” Segundo seu próprio relato, só Villani foi preso naquela cadeia naquele momento.

Enquanto José Villani Côrtes, 35 anos, era preso, tropas golpistas, contrárias ao governo de Jango, se preparavam para ocupar postos de gasolina — que passariam a abastecer apenas carros militares —, veículos de comunicação e agências dos Correios, e evitar tentativas de mobilização de populares e de grupos de esquerda.

Nos onze meses de prisão, Villani, segundo a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, um dos 151 militantes políticos de Juiz de Fora que passaram por algum tipo de tortura ou violação de direitos humanos durante a ditadura, passou por várias unidades militares de Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Conforme a CMV-JF, a prisão do bancário foi estratégica porque, para os militares, tratava-se de um líder sindical influente na Zona da Mata mineira.

Era ele quem mobilizava trabalhadores e trabalhadoras para comícios e greves. O socialista José Villani Côrtes oferecia grande perigo de organizar atos de resistência contra a ditadura.

À Comissão da Verdade, Villani relatou ter sofrido torturas físicas — “bordoadas” — nas unidades militares de Belo Horizonte. Já em Juiz de Fora, “o pior era o medo imposto pelos torturadores, porque as ameaças eram constantes. Escutávamos tiros e gritos. Não sabíamos se eram militares encenando ou se alguém estava sendo morto.”

O sono era outra forma de tortura: “Não nos deixavam dormir. Toda hora aparecia alguém que ficava olhando pra gente sem falar nada. Ficávamos vários dias com luz em nossos olhos para perdermos a noção do tempo. Cheguei a ficar um mês sem banho. Em meio às torturas psicológicas, eu era obrigado a ficar em uma cela molhada permanentemente, sem poder deitar no chão para dormir.”

Posto em liberdade, Villani foi transferido de agências do Banco do Brasil várias vezes, passando por cidades do Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, supostamente para que não pudesse formar grupos de mobilização de esquerda.

Durante os governos militares, Villani e sua família foram intimidados. Mesmo assim, reconstruiu sua militância política na AFABB (Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil), onde tornou-se diretor.

José Villani Côrtes, bancário, sindicalista, primeiro preso político da ditadura, cidadão benemérito de Juiz de Fora conforme legislação municipal de 1996, morreu na noite do dia 14/02/2017, aos 88 anos, em Juiz de Fora, no seu amado estado de Minas Gerais.

Eu espero a festa do mundo inteiro
a cantar a manhã que chegou
mais bela que as outras manhãs,
porque a noite que a precede é uma noite
mais negra que o comum das noites todas.

Eu espero a festa do mundo
mas também eu construo
anônimo entre todos, mas ligado a todos
porque a festa do mundo vai ter que chegar
é a festa da manhã geral.

Eu construo a festa do mundo
armado das minhas convicções
que são as verdades do mundo,
que são as verdades do homem.

Pois eu construo a festa
cantando e lutando por um mundo
liberto e igual,
pelo mundo que vai chegar
com a manhã mais bela que as
manhãs todas,
com a festa dos homens livres.
E eu luto pela festa do mundo.

Honestino Guimarães

“A Festa do Mundo”

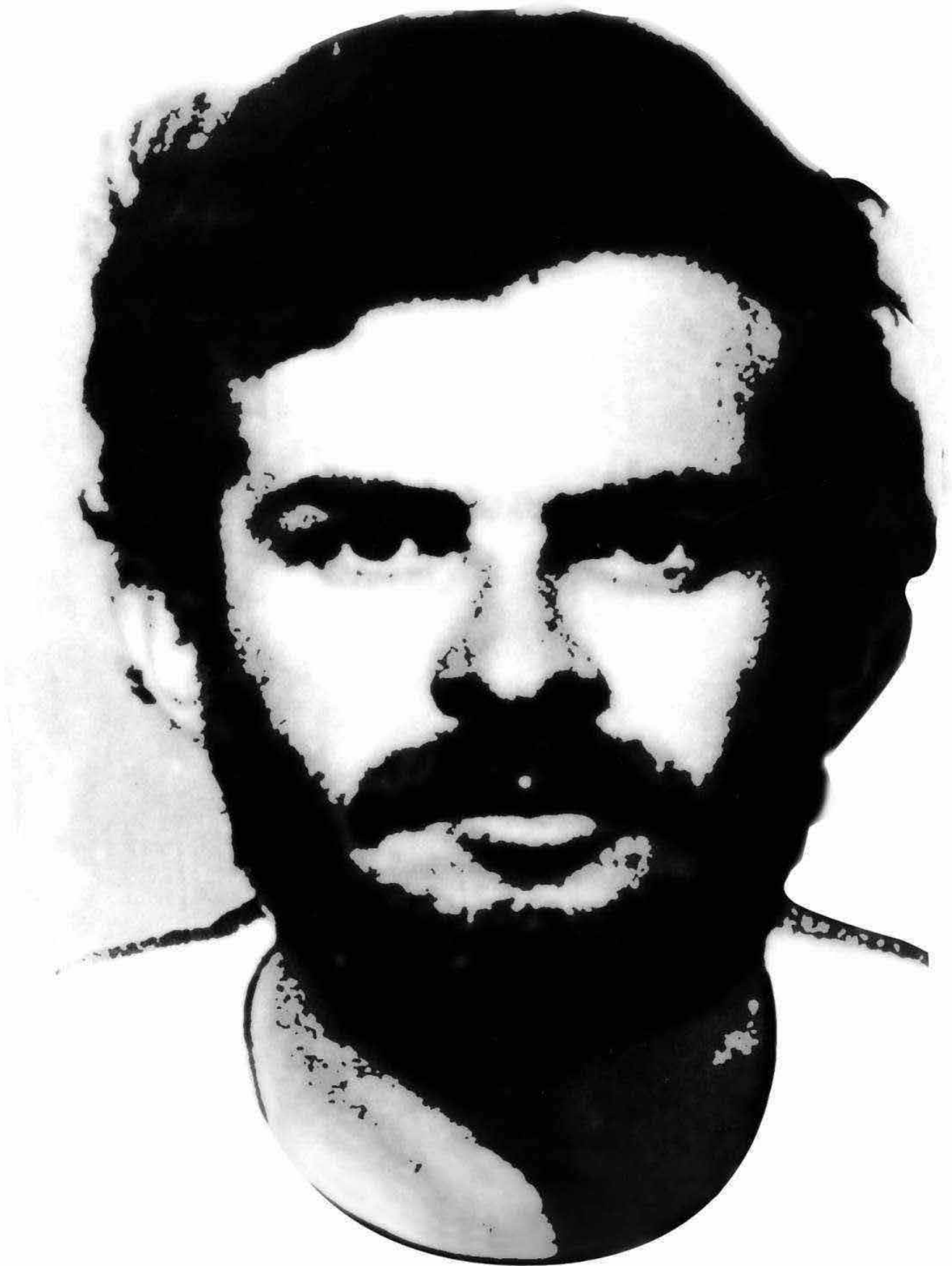
Poema datado de 27/11/1965.

“Desaparecido” pela ditadura,
foi visto pela última vez em 10/10/173.

Em 20/09/2013,

Honestino Monteiro Guimarães
foi oficialmente anistiado pelo Estado brasileiro.





COMISSÃO DA VERDADE BANCÁRIOS/AS BRASÍLIA: MEMÓRIA DE UMA BUSCA POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO



Foto: Revista Extratos 2015

Em Brasília, para registrar a memória das lideranças do movimento sindical bancário do Distrito Federal que, a duras penas, contribuíram para os avanços conquistados pela categoria durante os anos de chumbo da ditadura, o Sindicato dos Bancários criou, em 04/12/2013, a sua própria Comissão da Verdade.

Nesta edição especial da Revista Extratos, além de incluir dados complementares sobre militantes do movimento sindical bancário perseguidos/as, mortos/as e desaparecidos/as nos aparatos de repressão do regime militar, adicionamos dados históricos e informações atuais da conjuntura, todos relacionados com os temas tratados pela Comissão da Verdade.

O relatório da Comissão, “Bancários e Familiares do Distrito Federal vítimas da ditadura militar”, foi entregue à diretoria do Sindicato dos Bancários em 29/05/2015 e desde então encontra-se disponível para consulta em:

<chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpccglefindmkaj/https://bancariosdf.com.br/portal/wp-content/uploads/2017/02/Revista-Extratos-07-15-WEB.pdf> CEDOC

Além de realizar entrevistas, colher depoimentos e buscar informações em seu próprio acervo, a equipe de pesquisa da Comissão da Verdade, coordenada pelo Centro de Documentação do Sindicato (CEDOC), sob a supervisão de Josefa Santos e Antônio Pádua de Maia, também consultou arquivos na Biblioteca Sérgio Buarque de Holanda, nos Diários Oficiais dos anos 1960, no Arquivo Nacional, no Arquivo Público do Distrito Federal e em acervos particulares.

O CEDOC tem por missão tornar-se um espaço vivo de registro da história do movimento sindical bancário, com um olhar dinâmico sobre a luta por cidadania e por liberdades, pela ampliação de direitos e de conquistas trabalhistas, e por melhores condições de vida para todos e para todas.

Segundo Eduardo Araújo, presidente do Sindicato, o trabalho do CEDOC permanecerá, porque há, ainda, muito a ser pesquisado, analisado e documentado sobre a luta e a resistência do movimento sindical bancário em Brasília e no Brasil, sobretudo nos tempos doídos dos 21 anos ditadura militar, instalada no Brasil com o golpe de 1964, para que outra barbárie como essa nunca mais aconteça.

“É muito importante que esse compilado de informações e memórias de resistência e luta seja preservado. Aqui está um pouco da história de Brasília e do Brasil. Uma história que não pode se repetir, e por isso precisa ser contada, disseminada, conhecida, ao ponto de ninguém, no futuro, querer tê-la de volta.”

Josefa Santos

Coordenadora Executiva da Comissão

“Expresso minha gratidão à diretoria do Sindicato dos Bancários de Brasília por fazer chegar às gerações presentes e futuras a história dos/as companheiros e companheiras que, na luta, fizeram a sua parte para que hoje possamos viver em paz e com democracia.”

Antônio de Pádua Maia

Integrante da Comissão

COMISSÃO DA VERDADE BANCÁRIOS BRASÍLIA



Membros da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília

 Dulcinéia Cassis Psicóloga, ex-bancária, filha de Adelino Cassis	 Antônio de Pádua Maia Bancário e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília nas gestões de 1980, 83 e 95	 José Francisco Ex-bancário e perseguido pela ditadura militar
 Eduardo Araújo de Souza Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília	 Dario Nogueira Advogado, bancário e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília nas gestões de 86, 89 e 95	 Nair Heloisa Bicalho de Sousa Professora da Universidade de Brasília
 Ivan Andrade Coura (in memoriam) Bancário aposentado e diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília em 1962 e 1964	 Josefa Santos Coordenação do CEDOC	 Renato Alves Jornalista e editor
 Lindomendes José de Almeida Coordenador da Secretaria-Geral	 Maria Cristina de Souza Fonseca Filha de Alvimar Figueira da Fonseca	 Wandeir Severo Secretário de Finanças do Sindicato
	 Maria do Carmo de Souza Fonseca Esposa do diretor e fundador Alvimar Figueira da Fonseca	 Silvana Machado do Carmo Assistente de Pesquisa do CEDOC

Revista Extratos



Cantarei versos de pedras.

Não quero palavras débeis
para falar do combate.
Só peço palavras duras,
uma linguagem que queime.

Pretendo a verdade pura:
a faca que dilacere,
o tiro que nos perfure,
o raio que nos arrase.

Prefiro o punhal ou foice
às palavras arredias.
Não darei a outra face.

“Da Resistência”
Lara de Lemos (1923-2010)
Jornalista, psicanalista e poeta
presa durante a ditadura



UM GOLPE CONTRA O POVO BRASILEIRO

Em 01/04/1964, há exatos 60 anos, o Brasil virou de ponta-cabeça. Um golpe militar, gestado na caserna, com o apoio e conivência do empresariado brasileiro, da imprensa nacional e de órgãos de inteligência dos Estados Unidos, depôs o presidente João Goulart, eleito democraticamente e, conforme pesquisas do Ibope à época, respaldado por 70% do povo brasileiro.

O golpe que, por longos 21 anos, implodiu a democracia e instalou no Brasil um sangrento regime de terror e ódio, capaz de produzir e deixar para as gerações de agora e futuras um terrível saldo de milhares de banimentos, prisões, torturas, mortes e “desaparecimentos” políticos, não aconteceu por obra do acaso.

Desde o final da Era Vargas, encerrada com o suicídio de Getúlio em 1954, às insurreições contra Juscelino Kubitschek, às pressões contra Jânio Quadros e às conspirações ostensivas que terminaram por derrubar Jango, o Brasil sempre viveu momentos de tensão e medo, ante a possibilidade iminente do rompimento do Estado Democrático de Direito, pela tomada do poder por um golpe militar.

Esse é um pesadelo que parece sempre querer voltar. Em 2014, contestaram o processo eleitoral. Em 2016, depuseram Dilma, empossaram um traidor, desmantelaram a democracia. Em 2018, sem crime e sem provas, prenderam Lula, elegeram um genocida golpista, desmontaram os avanços sociais dos governos do PT, deixaram o povo morrer de Covid-19, voltaram o Brasil pro Mapa da Fome. E, de novo, em 08/01/2023, o Brasil passa pelo trauma de mais intentona golpista.

Não venceram, é certo. Não houve rebelião militar, é certo. Mas também é certo que acampamentos golpistas, montados à luz do dia nos portões das bases militares do Exército brasileiro, serviram de aparelho para a escalada terrorista que vandalizou os prédios dos Três Poderes no 8 de janeiro.

Em poucas horas, em plena tarde de um domingo, uma turba ensandecida de vândalos, clamando

por intervenção militar, depredou vidras e obras de arte no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional, e no Supremo Tribunal Federal.

Hoje já se sabe que a intentona de golpe foi articulada pelo próprio ex-presidente da República, de dentro dos palácios de governo, com o apoio de militares graúdos das Forças Armadas da República Federativa do Brasil. Das listas de pessoas presas – financiadoras, executoras e mandantes – além dos/as chamados/as “bagrinhos/as” ou “patriotas raiz”, constam expressivos nomes vinculados ao capital financeiro e à elite política brasileira.

Os mesmos segmentos conservadores que, em 1964, derrubaram um presidente da República, por

defender um projeto progressista de Nação, centrado em Reformas de Base – agrária, urbana, eleitoral, educacional, fiscal, bancária e administrativa – os mesmos que tentaram golpear a democracia em 1945, 1954, 1955 e 1961, parecem seguir à espreita de uma oportunidade para, usando da boa fé do povo, tentar barrar – a qualquer custo – as poucas conquistas sociais e econômicas da maioria pobre e excluída do povo brasileiro.

Não, nós já não podemos permitir que um novo golpe aconteça, que um outro regime repressivo venha a ancorar a face odionda do poder em milhares de prisões arbitrárias, em centenas cassações de direitos políticos, nos exílios, nas torturas,

nos desaparecimentos nas mortes de presos/as políticos/as.

Ou que nossos/as estudantes tenham que arriscar suas vidas em passeatas reprimidas pela polícia contra a edição de Atos Institucionais como o AI-5, para legitimar um “golpe dentro do golpe”, dando ao regime instrumentos ainda mais poderosos de intimidação e repressão, fazendo do direito de prender, torturar, “suicidar”, matar e “desaparecer”, política de Estado.

“Desaparecer” também, porque, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), 210 lideranças da luta contra a ditadura continuam desaparecidas, depois de serem vistas pela última vez em espaços clandestinos, como a “Casa da Morte”, denunciada pela presa política Inês Etienne Romeu, que ficava em Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Não mais a repressão contra greves da classe trabalhadora, como a que levou à prisão de Lula e de outros/as dirigentes sindicais no ABC paulista e por todo o Brasil, no campo e na cidade, na segunda metade dos anos 1970. Não mais os atos terroristas como a bomba do Riocentro, em 1981, ou os ataques violentos a Brasília, depois da diplomação de Lula, em dezembro de 2023.

Não mais um impeachment, como o que tirou Dilma da presidência em 2016. Não mais uma prisão do maior líder político do Brasil pós-redemocratização, como a que tirou Lula das eleições de 2018, fatos que levaram Brasil aos seis anos de calabouço, entre a posse do vice traíra em 2016 e a fuga do presidente “covardão” no final de 2022, até a chegada de Lula novamente ao poder, em 01/01/2023.

Não mais uma anistia incompleta, como a de 1979 que, apesar de permitir “a volta do irmão do Henfil” para a luta política pela cidadania em solo brasileiro, deixou impunes assassinos e torturadores, militares e agentes de repressão, responsáveis pela dor pungente das “Marias e Clarices” que, como diz Amelinha Teles, presa política torturada nos porões da ditadura, “é uma ferida que sangra sempre, que nunca cicatriza.”

Ditadura Nunca Mais!



Tu sabes,
conheces melhor do que eu
a velha história.
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

“No caminho, com Maiakovski”

Eduardo Alves da Costa

Preso político nos cárceres da ditadura

O SALDO DA TRUCULÊNCIA

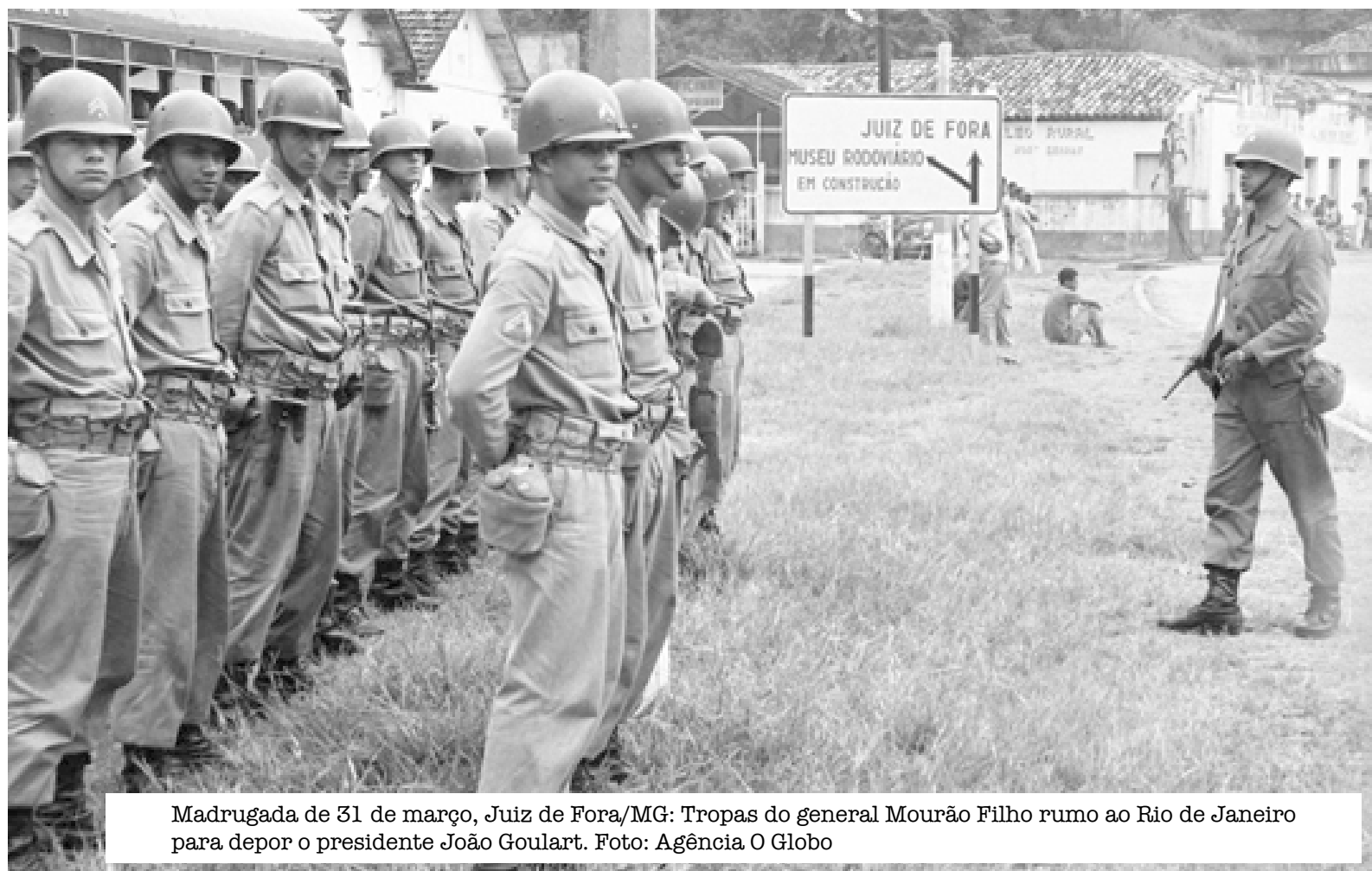


Painel pintado no muro do antigo prédio do Dops/MG faz menção ao cárcere e tortura de presos/as políticos/as durante o regime militar. Foto: Alexandre Guzanshe/EM/D.A. Press

Conforme dados da CNV, corroborados ou complementados por informações da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a cruel repressão implantada pelo regime militar brasileiro resultou em:

VIOLÊNCIA	SALDO
Mortes e desaparecimentos	434
Assassinatos no campo	1.654
Condenações à pena de morte	4
Cassações, das quais 168 de parlamentares federais	4.862
Banimentos	130
Inquéritos	10.034
Indiciamentos por crimes políticos	7.736
Perseguições de militares por oposição à ditadura	6.952
50 mil prisões, somente nos primeiros anos do golpe	Mais de 50.000

UM TREM NO CAMINHO DO GENERAL MOURÃO



Madrugada de 31 de março, Juiz de Fora/MG: Tropas do general Mourão Filho rumo ao Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart. Foto: Agência O Globo

“O Sindicato dos Ferroviários de Minas Gerais era muito forte, a ponto de articular uma ação contra a chegada das tropas do general Mourão ao Rio de Janeiro.

O comunicado aos ferroviários partiu do almirante Cândido Aragão, que era contra o golpe. A ordem era atravessar o caminho do general Mourão, e isso foi feito.

No dia 1º de abril, o maquinista José de Souza atravessou a composição na Estação de Leopoldina, no Rio. Mourão até conseguiu se reunir com os outros generais, mas as pracinhas não puderam continuar o trajeto.

O maquinista foi levado pelos militares ao Dops e jogado do oitavo andar. A morte foi divulgada

como suicídio. A família do maquinista até hoje não recebeu qualquer indenização. Ele foi a primeira vítima da intentona, porque até então não tinha, Mourão chegou [ao Rio] sem dar um tiro.

Diante da composição atravessada, as tropas foram enviadas para o Maracanã. Ele veio de Minas, estavam todos naqueles caminhões - que não andava direito aquilo não, ainda da guerra de 45 -, e então foram para o Maracanã, ficaram acantonados lá. E o Mourão foi se entender com seus generais, Figueiredo, Castello Branco, essa turma.”

Edison Nogueira da Silva – Aposentado da Companhia de Estrada de Ferro Leopoldina – Depoimento à CMV-JF, em 12/12/2014.



Tanques circulando nas ruas do Rio de Janeiro em 02/04/1964.
Foto: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/golpe-civil-militar-inicia-a-ditadura/>

O CALENDÁRIO DO GOLPE



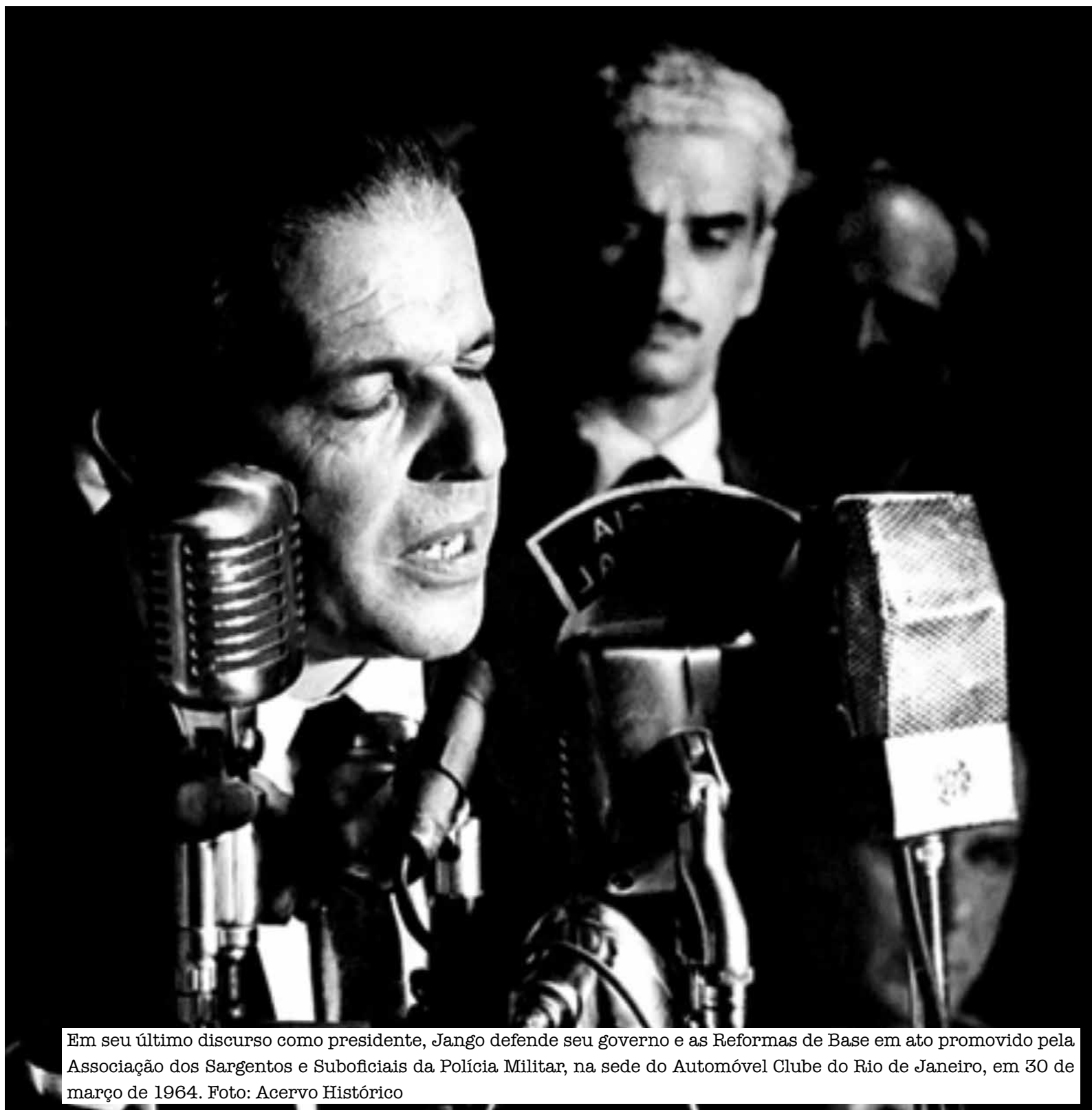
Foto: Acervo M



Memorial da Democracia

O CALENDÁRIO DO GOLPE	
DATA	FATO POLÍTICO
13 Março Rio de Janeiro	COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL: O também chamado Comício das Reformas reuniu cerca de 300 mil pessoas em defesa das Reformas de Base, na frente da Estação Ferroviária no Rio de Janeiro. Em seu discurso, Jango deu a entender que havia abandonado a política de conciliação e assinou decretos de encampação de refinarias, de tabelamento dos aluguéis e de desapropriação das margens de rodovias para a reforma agrária.
19 Março São Paulo	MARCHA COM DEUS CONTRA JANGO: Em reação ao Comício da Central do Brasil, onde Jango havia anunciado seu programa de Reformas de Base, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por setores da igreja católica e associações femininas conservadoras, reuniu 500 mil pessoas de segmentos da classe média temerosos do "perigo comunista" favoráveis à deposição do presidente da República e à intervenção militar.
25 março Rio de Janeiro	REVOLTA DE MARINHEIROS: A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, considerada ilegal pela Marinha, reúne 2 mil marinheiros para celebrar seu aniversário de fundação. O Ministro envia fuzileiros para prender os marujos, mas os fuzileiros aderem à celebração. Tropas do Exército cercam o prédio e prendem os rebeldes. Jango substitui o ministro e anistia os marinheiros. Parte da oficialidade da Marinha vê quebra de disciplina e hierarquia. Setores golpistas das Forças Armadas se fortalecem e isolam Jango.
30 Março São Paulo	KRUEL DEBANDA PRO GOLPE: Amaury Kruel, general comandante do II Exército, suposto aliado do presidente, retira seu apoio ao governo. Jango fica cada vez mais isolado, sem condições de resistência.
31 Março Minas Gerais	MOURÃO MOVE TROPAS: Olympio Mourão Filho, general comandante da 4ª Divisão de Infantaria, coloca suas tropas em marcha de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, para derrubar o governo. Jango tinha conhecimento de que o golpe em curso tinha apoio dos Estados Unidos e, para evitar uma guerra civil, rejeitou qualquer resistência.
31 Março Estados Unidos	OPERAÇÃO BROTHER SAM: Em uma articulação do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, parte da frota naval norte-americana se desloca para o porto de Santos, com previsão de chegada para o dia 11 de abril, para apoiar os militares brasileiros em caso de resistência. Dois dias depois, o governo dos EUA suspende o deslocamento. A intervenção foi considerada desnecessária depois que o presidente deposto partiu para o exílio no Uruguai desmobilizando qualquer resistência.
1 Abril Rio – Brasília	DIA D DO GOLPE: Em primeiro de abril de 64 a presidência é declarada vaga, o presidente João Goulart é deposto, mesmo estando em Brasília, sem ter renunciado ao cargo, acusado de tramar a favor do comunismo. Não era uma brincadeira de primeiro de abril. Era o começo de uma ditadura que durou 21 anos. Duas décadas que ficaram marcadas pelas perseguições políticas, pelo cerceamento da liberdade e pela resistência de mulheres e homens que ousaram lutar contra o regime e, em não raras vezes, foram perseguidas, cassadas, torturadas, mortas e desaparecidas.
2 Abril Brasília	CONGRESSO CONSUMA O GOLPE: O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume a presidência, subordinando-se a uma junta militar. Jango deixa a capital federal e voa para o Rio Grande do Sul.
3 Abril Porto Alegre	JANGO PARTE PARA O EXÍLIO: Jango deixa o Brasil pela fronteira sul e parte para o exílio no Uruguai. Com o poder nas mãos, os militares desencadeiam em todo o país uma onda de prisões de lideranças políticas, estudantes, camponeses e sindicais.
9 Abril Brasília	COMANDO SUPREMO DECRETA O AI-1: Os militares apresentam o "Comando Supremo da Revolução", formado pelo General Artur da Costa e Silva, pelo Vice-Almirante Augusto Rademaker e o Tenente-Brigadeiro Correia de Melo. No mesmo dia, o "Comando Supremo" edita o Ato Institucional nº 1, o primeiro dos instrumentos arbitrários de repressão utilizados pelo regime militar, durante a ditadura de 1964-1985, suspendendo as garantias. O AI-1 suspendeu as garantias constitucionais, deu aos militares amplos poderes para mudar a Constituição e determinou a eleição, pelo Congresso, de um presidente para completar o mandato de Jango, que iria até janeiro de 1966.
10 Abril Brasília	100 PRIMEIROS BRASILEIROS CASSADOS PELO REGIME DA DITADURA: No dia 10 de abril, o "Comando Supremo da Revolução" mandou divulgar a lista com os nomes dos 100 primeiros brasileiros atingidos pelo AI-1.
11 Abril Brasília	CONGRESSO ELEGE CASTELO BRANCO: Intimidado e mutilado pelas cassações, elege para a Presidência da República o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e para Vice-Presidente o deputado federal José Maria Alkmin, do PSD de Minas Gerais. Candidato único, obteve 361 votos contra 72 abstenções, tornando-se o primeiro dos cinco generais presidentes em 21 anos de ditadura.
15 Abril Brasília	CASTELO BRANCO É EMPOSSADO PRESIDENTE: Tutelado pelos ministros militares, o presidente interino da Câmara, Ranieri Mazzilli, transmitiu o cargo para Castelo Branco, ex-chefe do Estado Maior do Exército no governo Jango. Os três membros do Comando Supremo da Revolução mantiveram-se nos ministérios militares. Três meses depois, Castelo obtém do Congresso o cancelamento das eleições previstas para 1965, com prorrogação de seu mandato até 15/03/1967, adiando as eleições presidenciais para 03/10/ 1966.

O ÚLTIMO DISCURSO DE JANGO



Em seu último discurso como presidente, Jango defende seu governo e as Reformas de Base em ato promovido pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, na sede do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964. Foto: Acervo Histórico

A crise que se manifesta no país foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação, libertando-os da penúria e da ignorância.

O momento que estamos vivendo exige de cada brasileiro o máximo de calma e de determinação, para fazer face ao clima de intrigas e envenenamentos, que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo, contra os mais altos interesses da Pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas.

Para compreender o esquema de atuação desses grupos que tentam impedir o progresso do país e barrar a ampliação das conquistas populares, basta observar que são comandados pelos eternos inimigos da democracia, pelos defensores dos golpes de estado e dos regimes de emergência ou de exceção.

Na crise de 1961, os mesmos fariseus que hoje exibem um falso zelo pela Constituição, queriam rasgá-la e enterrá-la sob a campa fria da ditadura fascista. Tudo isto é história recente, que não pode ser repetida, porque está indelevelmente gravada na memória do povo brasileiro.

Vimos, de repente, os políticos que mais pregaram o ódio neste país estenderem a mão para os políticos mais corruptos da história brasileira e juntos terem o cinismo de falar em nome dos sentimentos católicos do povo. Passaram a acusar de anticatólicos, não apenas ao Presidente da República, mas ao próprio Cardeal de São Paulo.

Na hora em que ainda ressonam as Encíclicas Sociais de João XXIII, é demasiada audácia a desses aventureiros se atreverem a falar em nome da Igreja. Não me cabe, porém, combater essa usurpação, pois a Ação Católica de Minas e de São Paulo já tomou essa iniciativa.

E a maior resposta a esses fariseus foi dada por aquele prelado brasileiro que, a 2 de fevereiro de 1963, afirmava que os ricos da América Latina falam muito em Reformas de Base, mas chamam de comunistas aqueles que se decidem a levá-las à prática.

Ele explicava: “É fácil de entender: os ricos da América Latina continuam a deter o Parlamento e tem o grande idealismo da fé no futuro”.

Dizia por fim: “O egoísmo de muitos ricos, sua cegueira, é um problema muito mais grave do que o próprio comunismo”.

Esse sacerdote, Dom Hélder Câmara, acaba de ser designado pelo papa para ser Arcebispo de Recife, uma das cidades que mais refletem a crise social do nosso país. Reconheço que há muitos iludidos de boa-fé. Venho adverti-los de que estão sendo manipulados em seus sentimentos por grupos de facções políticas, agências de publicidade e órgãos de cúpula das classes empresariais.

Aconselho, portanto, a todo brasileiro que hoje esteja envolvido, por motivos religiosos, em comícios políticos, que medite um pouco se está realmente defendendo a doutrina daquele que pela salvação da humanidade morreu na cruz, ou apenas os interesses de alguns grupos financeiros ou eleitorais.

Recorde-se da palavra de Pio XI que, tomando consciência de que a Igreja se estava transformando em escudo de privilégios injustificáveis, reconheceu que “o grande escândalo do nosso tempo foi a Igreja ter perdido contato com a classe operária”. Continuemos, ao lado das nossas mães, mulheres e filhos, a acompanhar as suas orações e a prestigiar e respeitar a sua fé e os seus sentimentos, que são também os nossos.

Mas não nos iludamos diante da torpe exploração que procura envolver os sentimentos mais puros, como se a religião e a fé fossem servir de escudo a interesses contrários ao nosso país - e muito menos podemos admitir que o dinheiro do Ibad venha a macular a pureza das nossas instituições cristãs e do sentimento religioso dos nossos filhos.

Não podemos permitir que esse dinheiro espúrio venha macular os sentimentos puros das nossas famílias, os sentimentos puros do povo brasileiro. Mas, senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados.

Que respeitem a hierarquia legal, que se mantenham cada vez mais coesos dentro das suas unidades e fiéis aos princípios básicos da disciplina.

Que continuem prestigiando as nossas instituições, porque em nome dessas instituições, em nome dessa disciplina, os sargentos jamais aceitarão sectarismos, partam de onde partirem, porque o caminho que lhes está traçado é o caminho que me foi traçado também.

As reformas que nós pedimos, senhores suboficiais, senhores sargentos, as pedimos rigorosamente dentro da Constituição. As atitudes que vêm caracterizando a ação do governo, as suas providências, as leis e os decretos que vem assinando o governo em benefício do povo são também efetuados rigorosamente dentro da lei e dentro da Constituição. O Ibad, os interesses econômicos, os grandes grupos nacionais e internacionais não têm competência para julgar os atos do Presidente da República.

Existem poderes constituídos como a Suprema Corte de Justiça do nosso país, como outros poderes constitucionais que podem aquilatar e julgar os atos do Presidente da República. Os Constituintes em 1946 estabeleceram no Artigo 217 da nossa Constituição o princípio de que ela poderia ser modificada. Compreenderam os legisladores que as Constituições não devem servir apenas para resguardar as instituições do presente, mas as constituições devem, acima de tudo, resguardar as instituições do futuro.

Triste do país que tivesse uma Constituição intocável. As constituições têm que evoluir à medida que evoluem os povos e as nações. Mas outra crítica que constantemente se levantava contra o Presidente da República, diariamente transcrita e bem paga na imprensa brasileira, era a de que o Presidente não revelava quais as reformas que desejava o povo brasileiro.

Este argumento agora não prevalece mais, porque o Presidente da República, acaba de enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo claramente, em com todas as letras, como o povo brasileiro deseja as reformas. Reformas que não podem mais ser adiadas, reformas que não podem mais ser transferidas, porque essas reformas constituem, acima de tudo, reivindicações legítimas e sentidas do povo brasileiro e são indispensáveis ao desenvolvimento do nosso país.

Com fé em Deus e confiança no povo, quero afirmar, claramente, nesta noite, na hora que, em nome da disciplina, se estão praticando as maiores indis-

ciplinas, que não admitirei que a desordem seja promovida em nome da ordem; não admitirei que o conflito entre irmãos seja pregado e que, em nome de um antirreformismo impatriótico, se chegue a conclamar as forças da reação para se armarem contra o povo e contra os trabalhadores; não permitirei que a religião de meus pais, a minha religião e a de meus filhos, seja usada como instrumento político de ocasião, por aqueles que ignoram o seu sentido verdadeiro e pisoteiam o segundo mandamento de Deus.

O meu mandato, conferido pelo povo e reafirmado pelo povo numa segunda vez, será exercido em toda a sua plenitude, em nome do povo e na defesa dos interesses populares. Enganam-se redondamente aqueles que imaginam que as forças da reação serão capazes de destruir o mandato que é do povo brasileiro.

Ainda agora, procura-se, em nome da disciplina militar, criar uma crise para dividir as gloriosas Forças Armadas do país. Quem fala em disciplina? Quem está alardeando disciplina nesta hora? Quem está procurando intrigar o Presidente da República em nome da disciplina? São aqueles mesmos que, em 1961, em nome de uma falsa disciplina, em nome de pretensa ordem e de pretensa legalidade que defendiam, prenderam dezenas de oficiais e sargentos brasileiros.

Em nome dessa disciplina, prendeu-se um dos mais ilustres e eminentes comandantes do Exército Brasileiro; prendeu-se numa fortaleza, aqui no Rio de Janeiro, um Marechal, pelo crime de defender a Constituição que ele tinha jurado. Esse grande militar, de uma tradição ilibada nas fileiras de nossa Exército, símbolo de disciplina e de bravura das nossas Forças Armadas, o grande Marechal Henrique Teixeira Lott, foi punido, com recolhimento a uma fortaleza.

Fiel à minha formação cristã, não guardo qualquer mágoa daqueles acontecimentos. Jamais remanesceu no meu espírito qualquer ressentimento com relação àqueles que, num determinado instante, não souberam defender a Constituição da República, não souberam interpretar as leis do país. E o mesmo espírito que me guiou em 1961 foi o espírito que me guiou agora na crise da Marinha, que está servindo de tantos pretextos para intrigas nas Forças Armadas.

Estava no Sul, quando soube da crise que irrompia na Marinha de Guerra. Desloquei-me imediatamente para o Rio de Janeiro. E aqui a minha primeira recomendação – recomendação compreendida e sentida pelo Exército e pela Aeronáutica – foi a de que eu não permitiria jamais que se praticasse qualquer violência contra aqueles brasileiros que se encontravam desarmados na sede de um sindicato.

Eu estaria faltando a vocês, sargentos, às suas esposas e às suas mães, se naquele instante, rigorosamente dentro da lei e das minhas atribuições, confiei o problema, na sua plenitude, ao atual ministro da Marinha, que se encontra aqui conosco. Não tive mais nenhuma interferência, a não ser dar autoridade ao novo ministro que assumia naquela hora o comando da nossa Marinha de Guerra.

Ninguém mais do que eu, neste país, desejo o fortalecimento e a coesão das nossas Forças Armadas. Ninguém mais do que eu deseja a glória da nossa Marinha de Guerra. Ninguém mais do que eu deseja que ela viva permanentemente num clima de compreensão, de entendimento, de respeito e de disciplina.

Mas a disciplina não se constrói sobre o ódio e a exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que são comandados. Mas também faltaria com o meu dever se não alertasse o alicerce básico das nossas Forças Armadas – os sargentos – contra a terrível campanha que neste país [ilegível] contra o Presidente da República e mais especificamente contra o pensamento representado pelo Presidente.

Se os sargentos me perguntassem – estas são as minhas últimas palavras – donde surgem tantos recursos para campanha tão poderosa, para mobilização tão violenta contra o governo, eu diria simplesmente, sargentos brasileiros, que tudo isto vem do dinheiro dos profissionais da remessa ilícita de lucros que recentemente regulamentei através de uma lei.

É do dinheiro maculado pelo interesse enorme do petróleo internacional e de companhias nacionais contra a lei que também assinei do monopólio da importação de petróleo pela Petrobrás. É do dinheiro que se levantou contra outro ato que também praticou o Presidente da República, que foi a encampação de todas as companhias particulares de refino, mas atos que pratiquei rigorosamente

dentro da lei e no espírito da Lei 2004, criada pelo grande e imortal Presidente Vargas.

Esse é o dinheiro graúdo. Se os sargentos me perguntarem sobre o dinheiro mais miúdo, mas também muito poderoso, eu diria que é o dinheiro dos proprietários profissionais de apartamentos em todo o Brasil, de apartamentos que estavam sendo negados aos brasileiros, de apartamentos que não se alugavam mais em cruzeiros, de apartamentos cujo aluguel já se exigia pagamento em dólar, como se Copacabana fosse um país estrangeiro, como se os brasileiros vivessem subordinados a outros interesses.

É o dinheiro, por outro lado, senhores sargentos, de comerciantes desonestos que estavam explorando e roubando o povo brasileiro e que o governo, no direito legítimo que lhe confere a lei, defendeu e deu ordem ao Ministro Jurema para que não mais permitisse a exploração e que defendesse o povo em toda a sua integridade.

Enfim, trabalhadores, enfim, militares, enfim, brasileiros, é o dinheiro dos grandes laboratórios estrangeiros de medicamentos. De laboratórios que terão que cumprir a lei ou terão que ser subordinados à lei porque o Presidente da República não vacilará um instante sequer na execução de todas as leis e de todos os decretos.

Publicado no **Jornal do Brasil**, em 31 de março de 1964.



ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 1 RASGA A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Em 10/04/1964, apenas um dia depois da edição do AI-1, o “Comando Supremo da Revolução” divulgou os nomes dos primeiros 100 brasileiros cassados pelo regime militar, com o líder comunista Luiz Carlos Prestes no topo da lista que, em sua 1ª edição, não incluiu mulheres.

Entraram na primeira leva de cassados os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória, o governador Leonel Brizola, o intelectual Darcy Ribeiro, o líder camponês Francisco Julião e o sindicalista Aluizio Palhano. O presidente Juscelino Kubitschek escapou da primeira lista, mas foi cassado logo em seguida, em 08/06/1964.

Entre 1964 e 1985, cerca de 3.500 pessoas – deputados e deputadas federais e estaduais, oficiais das Forças Armadas, lideranças políticas, funcionários e funcionárias do serviço público, estudantes, camponeses, camponesas, dirigentes de movimentos sociais e dirigentes sindicais ou apenas desafetos políticos – entraram nas listas de cassações.

Muitas dessas lideranças exiladas passaram anos e décadas fora do país. Algumas voltaram clandestinamente, se engajaram na luta armada e foram presas, mortas ou “desaparecidas” pelo regime. Outras retornaram ao Brasil em 1979, com a Lei da Anistia. Os nomes dos 100 brasileiros cassados aparecem na ordem divulgada pelo “Comando Supremo” em 10/04/1964.

Uma semana depois de derrubar o governo constitucional, os chefes militares decretaram o Ato Institucional que revogou as garantias democráticas da Constituição em vigor desde 1946.

O Ato, que seria o primeiro de uma série de decretos autoritários, instituiu o Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros militares que já vinham exercendo o poder: Costa e Silva, da Guerra (Exército); Augusto Rademaker, da Marinha; e Correia de Melo, da Aeronáutica. A imunidade parlamentar foi suspensa e o Coman-



Artur da Costa e Silva assina o AI-1
Foto: Acervo Histórico

do Supremo cassou mandatos e suspendeu por dez anos os direitos políticos de cem cidadãos.

O ex-ministro Celso Furtado e 40 deputados federais, além de sindicalistas, intelectuais e oficiais das Forças Armadas. Os atingidos que não foram presos passaram para a clandestinidade ou buscaram asilo em embaixadas. Seriam os primeiros exilados do regime militar.

O Ato Institucional determinou também que o Congresso, expurgado dos parlamentares cassados, indicasse em 48 horas um presidente para concluir o mandato de Jango, com duração prevista até 31/01/1966.

100 PRIMEIROS BRASILEIROS CASSADOS PELO AI-1



Memorial Luiz Carlos Prestes – Porto Alegre
Foto: Clara Aguiar/Divulgação

Abelardo Jurema
Adahil Barreto Cavalcante
Adão Pereira Nunes
Ademar Latrilha
Almino Affonso
Aluizio Palhano Ferreira
Álvaro Ventura
Amauri Silva
Antonio Garcia Filho
Antonio Pereira Netto
Armando Temperani Pereira
Arthur Lima Cavalcante
Barros Barreto
Benedito Cerqueira
Celso Furtado
Clodomir Moraes
Clodsmith Riani
Clovis Ferro Costa
Dante Pellacani
Darcy Ribeiro
Demistóclides Baptista
Djalma Maranhão
Eloy Dutra
Feliciano Wanderley
Felipe Ramos Rodrigues
Fernando de Sant'Ana
Francisco Julião
Francisco Mangabeira
General Luiz Gonzaga O. Leite
General Sampson da Nóbrega Sampaio
Gilberto Mestrinho
Heber Maranhão
Helio Vitor Ramos
Henrique Oest

Hércules Corrêa
Hermes Caíres de Brito
Hugo Regis dos Reis
Humberto Melo Bastos
Humberto Menezes Pinheiro
Jairo José Farias
Jânio da Silva Quadros
Jesus Soares Pereira
João Batista Gomes
João Doria
João Goulart
João Pinheiro Neto
José Anselmo dos Santos
José Aparecido
José Campelo Filho
José de Aguiar Dias
José Joffily
José Lamartine Tavora
Josué de Castro
Leonel Brizola
Lincoln Oest
Luiz Carlos Prestes
Luiz Fernando Bocayuva Cunha
Luiz Gonzaga de Paiva Muniz
Luiz Hugo Guimarães
Luiz Viegas da Mota Lima
Marco Antonio
Marechal Osmino Ferreira Alves
Mario Soares Lima
Max da Costa Santos
Meçando Rachid
Miguel Arraes
Milton Garcia Dutra
Moysés Lupion

Murilo Costa Rego
Neiva Moreira
Newton Oliveira
Ney Borges
Olympio Fernandes de Mello
Osny Duarte Pereira
Oswaldo Pacheco
Othon Canedo Lopes
Paulo de Santana
Paulo de Tarso Santos
Paulo Mincarone
Pelopidas Silveira
Plinio de Arruda Sampaio
Rafael Martinelli
Raimundo Castelo de Souza
Ramon de Oliveira Netto
Raul Ryff
Roberto Morena
Rogê Ferreira
Roland Corbisier
Rubens Paiva
Rubens Pinho Teixeira
Salvador Romano Losacco
Samuel Wainer
Santos Vahlis
Sergio Nunes de Magalhães Junior
Severino Schnaipp
Silvio Leopoldo de Macambira Braga
Ubaldo Santos
Waldemar Alves
Waldir Gomes dos Santos
Waldir Pires

ALUIZIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA: PRIMEIRO BANCÁRIO CASSADO PELA DITADURA

“Viver para lutar. Lutar para viver.”

Aluizio Palhano



Aluizio Palhano Pedreira Ferreira – Primeiro bancário cassado pelo regime militar
Foto: Acervo Histórico

Nascido em 1922 no município paulista de Pirajuí, ainda jovem Aluizio Palhano Pedreira Ferreira mudou-se para Niterói, no Rio de Janeiro, onde formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Em 1947 casou-se com Leda Pimenta e tiveram dois filhos: Márcia e Honésio.

Aos 21 anos, ingressou no Banco do Brasil, onde trabalhou até ser cassado pelo AI-1, em 10/04/1964.

De 1959 a 1963, por dois mandatos consecutivos, foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro. Daí, liderou as greves históricas de 1961 a 1963, responsáveis pela conquista de direitos decisivos para a categoria bancária, antes do golpe de 1964.

Em 1963, foi eleito presidente da Contec (Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito) e vice-presidente da antiga

CGT (Central Geral dos Trabalhadores), organização intersindical fundada em 1962, com o objetivo de coordenar e dirigir o movimento sindical brasileiro. Participou das campanhas reivindicatórias e em defesa das Reformas de Base do governo de João Goulart (1961-1964).

Em fevereiro de 1964 assinou manifesto de convocação para o comício presidido por Goulart no dia 13 de março, em frente à estação da Central do Brasil, no Rio, em defesa das liberdades democráticas, da extensão do voto aos analfabetos e soldados e da realização das Reformas de Base.

Em março, como representante da Contec, participou de um congresso da OIT (Organização Internacional do Trabalho) na República Democrática Alemã, de onde regressou no dia 15, dois dias após o Comício da Central. Por sua militância política, foi demitido do Banco do Brasil.

Em 10/04/1964, seu nome entrou na lista dos primeiros 100 brasileiros cassados pelo golpe militar. Palhano perdeu seus direitos políticos e passou a ser perseguido pelos órgãos de repressão. Em junho, exilou-se no México, onde viveu até o final do ano. Dali seguiu para Cuba, onde trabalhou na colheita de cana-de-açúcar e na Rádio Havana.

Em 1966, foi eleito representante do movimento sindical do Brasil na Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). No final de 1970, voltou ao Brasil clandestino, já como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), junto com José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, agente infiltrado que o entregou às forças de segurança do regime militar. Em 24/01/ 1970 fez o último contato com a família.

Palhano foi uma das primeiras vítimas do cabo traidor, que entregou a própria mulher grávida, Soledad Barret Viedma, militante da Vanguarda Popular Revolucionária-VPR, para ser assassinada pela ditadura, em 08/01/1973, em Paulista, Pernambuco. Depois de denunciá-la, Anselmo teria esperado para ouvir, a pouca distância, os tiros que mataram sua companheira.

De acordo com o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, baseado em testemunhos de ex-presos políticos, Aluizio Palhano foi preso em 9 de maio e assassinado no dia 21/05/1971, pelo torturador Dirceu Gravina, no DOI-Codi (Departamento de

Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo, órgão encarregado da repressão a grupos de oposição à ditadura e a organizações de esquerda que atuavam na região. O DOI-Codi estava sob o comando do então major Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Em 1975, presos políticos denunciaram sua prisão e morte por meio de uma carta-denúncia enviada ao Conselho Federal da OAB. O documento, conhecido como “Bagulhão”, atesta que Palhano teria sido preso e levado à sede do DOI-Codi do II Exército em 09/05/1971, onde foi barbaramente torturado.

Dado como desaparecido por décadas, os restos mortais de Aluizio Palhano foram localizados em 1990, em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus, em São Paulo, 47 anos depois do seu desaparecimento, junto com cerca de outras mil ossadas.

A confirmação de sua identidade veio a partir de um cruzamento genético e foi anunciada pela Comissão da Verdade no dia 03/12/2018, durante o I Encontro Nacional de Familiares de Desaparecidos Políticos, em Brasília.

O material genético e as amostras ósseas foram enviadas para a International Commission on Missing Persons, laboratório parceiro em Haia, Holanda, que apontou as conclusões da análise que revelaram a identificação do desaparecido político pelo cruzamento com o DNA de sua filha.

A identificação – a segunda ocorrida em 2018 – é resultado do trabalho do GTP (Grupo de Trabalho de Perus), laboratório criado pela Unifesp, em parceria com a SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo) – por meio do Departamento de Educação em Direitos Humanos – e Ministério de Direitos Humanos.

As autoridades da ditadura nunca reconheceram a prisão e a morte de Palhano. Porém, o seu nome foi incluído pela Comissão Especial no anexo da Lei nº. 9.140/95, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas no período de 02/09/1961 a 05/10/1988.

Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador ‘experiente’, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Minha arcada girou para o lado, me causando problemas até hoje, problemas no osso do suporte do dente. Me deram um soco e o dente se deslocou e apodreceu. Talvez uma das coisas mais difíceis de você ser no interrogatório é inocente. Você não sabe nem do que se trata. (...). Não se distinguia se era dia ou noite. O interrogatório começava. Geralmente, o básico era choque. Muitas vezes também usava palmatória; usava em mim muita palmatória. Em São Paulo usaram pouco esse ‘método’. No fim, quando estava para ir embora, começou uma rotina. No início, não tinha hora. Era de dia e de noite. Emagreci muito, pois não me alimentava direito. (...). Quando eu tinha hemorragia, na primeira vez foi na Oban (...) foi uma hemorragia (...) de útero. Me deram uma injeção e disseram para não bater naquele dia. Em Minas, quando comecei a ter hemorragia, chamaram alguém que me deu comprimido e depois injeção. Mas me davam choque elétrico e depois paravam. (...). O estresse é feroz, inimaginável. Descobri, pela primeira vez, que estava sozinha. Encarei a morte e a solidão. Lembro-me do medo quando minha pele tremeu. Tem um lado que marca a gente pelo resto da vida. (...) Acho que nenhum de nós consegue explicar a sequela: a gente sempre vai ser diferente. No caso específico da época, acho que ajudou o fato de sermos mais novos; agora, ser mais novo tem uma desvantagem: o impacto é muito grande. (...). Mesmo que a gente consiga suportar a vida melhor quando se é jovem, fisicamente, a médio prazo, o efeito na gente é maior por sermos mais jovens. Quando se tem 20 anos o efeito é mais profundo, no entanto, é mais fácil aguentar no imediato.

Dilma Rousseff

Relatos de violências e torturas sofridas
em cárceres de detenção e tortura do regime militar



**“AS MARCAS DA TORTURA SOU EU.
ELAS FAZEM PARTE DE MIM.”**



Ficha de Dilma no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
Foto: Arquivo Público do Estado de São Paulo



Iconografia

CHUMBO GROSSO CONTRA OS MOVIMENTOS SOCIAL E SINDICAL



Incêndio do prédio da UNE no Flamengo, Rio de Janeiro, na madrugada de 01/04/1964.

Foto: Memorial da Democracia

Em 01/04/1964, dois estudantes que defendiam a legalidade do governo deposto foram assassinados no Recife. Também no mesmo dia e na mesma cidade, o ex-deputado e líder comunista Gregório Bezerra foi amarrado pelo pescoço e espancado em praça pública por militares do Exército.

No Rio, onde se tentava organizar a resistência, tocaram fogo no prédio da UNE (União Nacional dos Estudantes), com a conivência da polícia do governador golpista da Guanabara, Carlos Lacerda.

Tropas reprimiram protestos contra o golpe também em Porto Alegre e em várias outras capitais do país. Em Belo Horizonte, destruíram a sede do “Binômio”, um jornal popular. E o pior ainda estava por vir.

Nos dias seguintes, o Brasil virou de ponta cabeça. Uma avassaladora onda de prisões arbitrárias atingiu mais de 50 mil pessoas. Protestos foram violentamente reprimidos. Com a imprensa conivente ou censurada os militares montaram, a partir do golpe, o mais cruel sistema repressor que o país já viveu.

Dali pra frente, por duas infundáveis décadas, sobretudo nos chamados “anos de chumbo”, no início do regime, e a “ditadura escancarada”, de 1968 até metade da década de 1970, ao mesmo tempo em que uma brutal concentração de renda agravava no país o fosso da desigualdade, o Brasil tornou-se o país da perseguição, da violência, da prisão, da tortura, dos desaparecimentos e das mortes.

No país dos calabouços, ocultos pela propaganda ostensiva do “milagre econômico”, milhares

de famílias brasileiras sentiram a dor da perda de seus entes queridos, mortos e “desaparecidos” nos porões da ditadura. Pelo menos 434 pessoas constam da lista de mortos e “desaparecidos” da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Os restos mortais de muitas delas nunca foram encontrados.

Nesse Brasil subterrâneo, o leque de violência e crueldade foi muito além da esquerda armada. Vítimas de uma caçada insana, centenas de estudantes, intelectuais, sindicalistas, parlamentares e figuras políticas, incluindo os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, foram cassados e mandados para o exílio.

Sobrou também para as entidades de defesa da classe trabalhadora. Não foram poucas as intervenções nos sindicatos. Também não foram poucas as lideranças sindicais perseguidas.

Houve demissões e prisões. Cassaram toda uma geração de sindicalistas, forjada em anos de lutas, apenas para quebrar a capacidade de resistência do movimento sindical.

O movimento sindical bancário sofreu intervenções não só na confederação e federações, mas também em quase todos os sindicatos e associações, Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram usados para controlar a militância bancária e evitar a retomada da luta sindical.

Na primeira onda repressiva da ditadura, logo depois do golpe, apenas no Banco do Brasil, foram 376 pessoas atingidas pelo Ato Institucional No 1, de 09/04/1964.

RESISTÊNCIA DIREITOS DEMOCRACIA



Sindicato dos Bancários do ABC

O MOVIMENTO SINDICAL LUTA CONTRA A REPRESSÃO

“O movimento sindical mostrou que em conjunturas de ameaça à democracia, o sindicalismo luta não apenas por seus salários, mas também pelos direitos democráticos de todo o povo brasileiro.”

Gilney Amorim Viana



Foto: Iconografia

Com a ditadura militar, estabeleceu-se uma conjuntura política extremamente desfavorável para a luta sindical, ao longo dos anos 1964-1967.

Além da repressão policial, dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares), das intervenções, das leis de arrocho, de greve e de segurança nacional, criou-se um clima de terror, mesclando demissões e ameaças de demissões por motivação política, e vigilância patronal e policial sobre quaisquer movimentos dentro dos bancos.

Suprimiu-se a estabilidade, introduziu-se o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) que facilitava as demissões, extinguiu-se o IAPB (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários), que era um suporte varguista ao poder sindical.

E, não menos importante, a ditadura implantou uma reforma bancária que facilitou a concentração do capital, o surgimento do sistema financeiro e a introdução de novos métodos e tecnologias para o trabalho bancário.

Enfrentando as adversidades e adaptando-se à realidade do trabalho, surgiu uma nova geração de sindicalistas de base, por agência e por bancos, quase sempre se organizando em oposições sindicais, orientados por antigos e novos militantes que desenvolveram uma visão crítica sobre a estrutura sindical anterior ao golpe (e, porque não dizer, inspirada por novos partidos de esquerda).

BANCÁRIOS/AS PERSEGUIDOS/AS NOS PRIMEIROS MOMENTOS DA DITADURA



Protesto em São Paulo
Manifestantes seguram retratos de desaparecidos/as políticos/as
Imagem: Memorial da Democracia

Em seus primeiros momentos, o golpe de 1964 atingiu em cheio o conjunto do movimento sindical e popular, principalmente os sindicatos. O objetivo imediato era desarticular a resistência ao golpe e ao novo regime e, assim, dificultar a luta da classe trabalhadora contra o arrocho salarial imposto pelo regime militar.

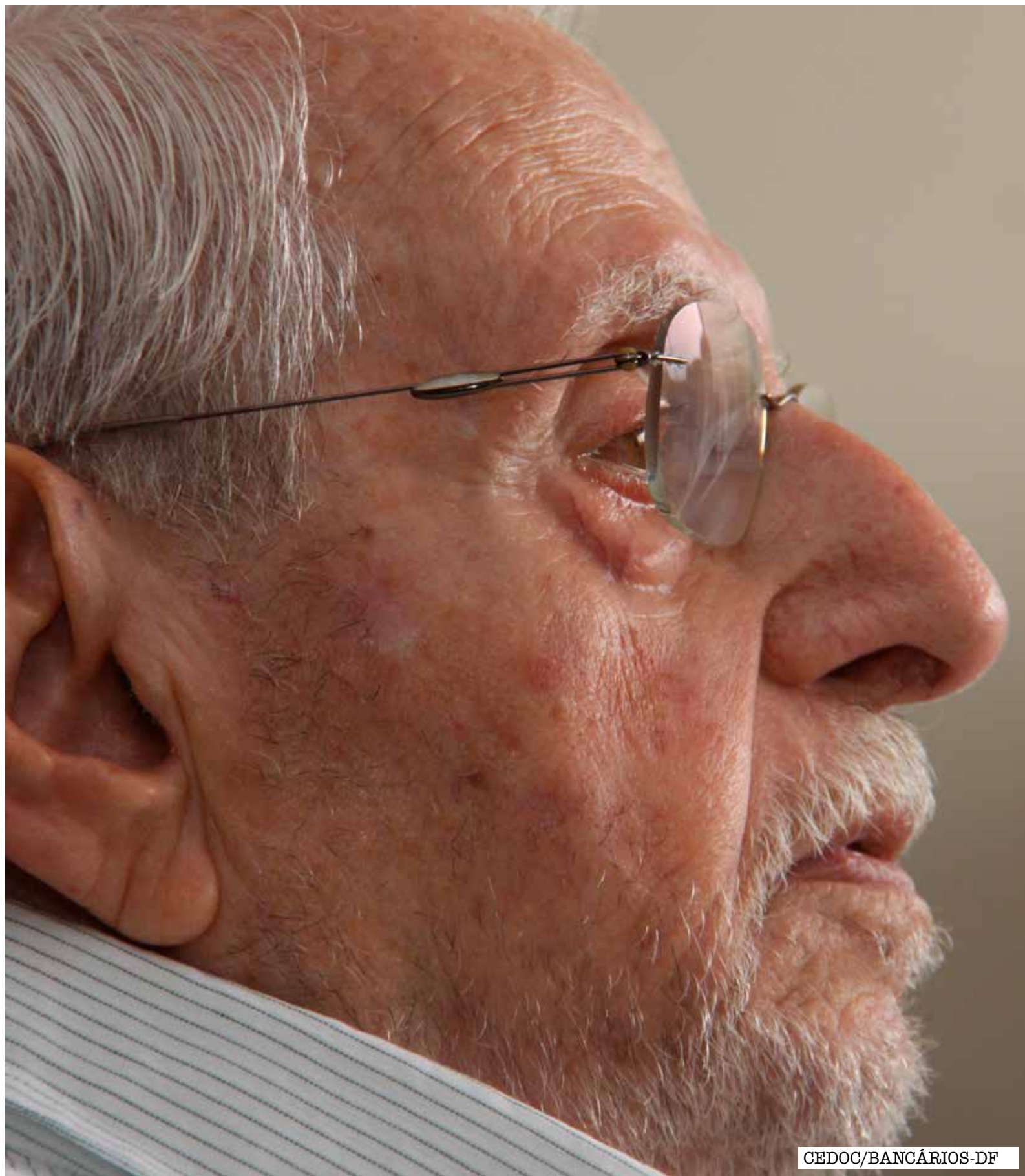
Cassaram uma geração de sindicalistas, forjada em anos de lutas, com o objetivo claro de impedir a retomada da luta sindical e de quebrar o protago-

nismo político da classe trabalhadora. O movimento sindical bancário sofreu intervenções não só na confederação e federações, mas também em quase todos os sindicatos e associações.

Além das cassações, demissões e prisões, usaram de demorados IPMs (Inquéritos Policiais Militares) para controlar a militância e evitar a retomada da luta sindical. Apenas no Banco do Brasil, o AI-1 atingiu 376 funcionários, funcionárias e dirigentes sindicais.

NOME	CARGO	ENTIDADE	LOCAL
Adelino Cassis	Presidente	Sindicato	Brasília/DF
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	Presidente	Contec	Rio de Janeiro/GB
Alvimar Figueira da Fonseca	Dirigente	Sindicato	Brasília/DF
Antônio de Farias Lopes	Presidente	Sindicato	Belo Horizonte/MG
Antônio Guarnieri	Presidente	Sindicato	Santos/SP
Armando Ziller	Presidente	Federação MG/GO	Belo Horizonte/MG
Darcy Leite	Presidente	Sindicato	Recife/PE
Fernando Tristão Fernandes	Presidente	Federação PR	Curitiba/PR
Humberto Archibald Campbell	Presidente	Sindicato	Rio de Janeiro/GB
Humberto Menezes Pinheiro	Ex-Presidente	Contec	Rio de Janeiro/GB
José Campelo Filho	Presidente	Sindicato	Natal/RN
José de Moura Beleza	Presidente	Sindicato	Fortaleza/CE
José Raimundo da Silva	Presidente	Fed. Norte/Nordeste	Recife/PE
José Ribamar Viana	Presidente	Sindicato	Teresina/PI
José Villani Côrtes	Presidente	Sindicato	Juiz de Fora/MG
Luís Viegas da Mota Lima	Presidente	Federação GB/RJ	Rio de Janeiro /GB
Nilo Izidoro Biazetto	Presidente	Sindicato	Curitiba/PR
Pedro Francisco Iovine	Presidente	Sindicato	São Paulo/SP
Raimundo Leite	Presidente	Sindicato	Salvador/BA
Rubens Vasconcelos	Presidente	Federação SP/MT	São Paulo/SP

Fonte: Lista compilada por Gilney Viana, em 2014 e atualizada pela Revista Xapuri, em 2024.



CEDOC/BANCÁRIOS-DF

ADELINO CASSIS: DIRIGENTE SINDICAL PERSEGUIDO E PRESO PELA DITADURA

Adelino Cassis, militante político e sindicalista, foi o primeiro presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal. Transferido do Rio de Janeiro, chegou a Brasília em 1960, ano da inauguração da capital federal.

No Rio, Adelino Cassis foi diretor e redator chefe do Sindicato dos Bancários, no período de 1954 a 1960, ocasião em que foi designado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) para iniciar a organização do Sindicato dos Bancários em Brasília.

Em Brasília logo fundou a Associação que, um ano depois, tornou-se o Sindicato dos Bancários de Brasília. “A razão de eu ficar na presidência do Sindicato é que eu sabia como organizar, eu vinha de uma experiência adquirida em várias outras entidades lá no Rio.” Foi na gestão de Adelino comprou sua primeira sede, no edifício Arnaldo Villares.

Adelino Cassis foi o responsável, no Distrito Federal, pela organização da primeira greve dos bancários de Brasília, em 1961, e pela primeira greve dos bancários em todo o Brasil em 1962.

Dirigente do PCB desde 1941, colocado na ilegalidade em 1947, com o golpe de 1964 Cassis foi perseguido pela ditadura e demitido sumariamente do Banco do Brasil por sua militância política.

“Eles me pegaram ali no Edifício Palácio do Comércio, no início da W3 Sul. Eu fiquei preso por volta de dois meses. Fui mantido preso no Batalhão da Guarda Presidencial, o BGP.”

Ex-preso e desempregado, o sindicalista passou dificuldades financeiras. Para garantir a sobrevivência dele e de sua família, a categoria bancária se cotizou para ajudá-lo a abrir um restaurante, o Tabuleiro da Baiana, na 104 Sul, onde funciona o Carpe Diem hoje. No restaurante, sofreu várias ameaças: “Os policiais iam lá, comiam e saíam sem pagar a conta.

Eles me ameaçavam de maneira sutil, mas me ameaçavam.”

Em meados dos anos 1970, Adelino Cassis, junto ao Partido Comunista, organizou um movimento para lutar pela anistia e para ajudar as lideranças que foram perseguidas. Havia também uma associação de luta pela anistia, que durou até 1979, quando ela foi concedida e Adelino anistiado.

Cassis não foi reintegrado, ele apenas voltou a trabalhar no Banco do Brasil. A reintegração envolvia uma série de benefícios que lhe foram negados. Apesar de todo o sofrimento, constrangimento e sentimento de injustiça, até seus últimos dias, Cassis afirmava que “se pudesse, faria tudo outra vez.”

Em 1979, Adelino Cassis foi aposentado pelo Banco do Brasil. A família teve, então, que deixar o apartamento funcional. O Banco propôs vender o apartamento à vista para Cassis, quando a prática era financiar o imóvel funcional para aposentados.

Adelino comprou o apartamento e vendeu em seguida para pagar dívidas. A família passou a morar de aluguel, a cada ano em um lugar diferente, porque também nem sempre tinha o dinheiro para pagar o aluguel.

Mesmo passando por tremendas dificuldades financeiras, depois da anistia Cassis fundou a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil, primeira associação a filiar-se à CUT.

Adelino Cassis faleceu na capital federal em 31/07/2011, no mesmo dia do encerramento da 13ª Conferência Nacional dos Bancários, em São Paulo. Sob aplausos e forte emoção, a Conferência foi encerrada com um vídeo sobre o legado do camarada Cassis, o bancário que dedicou sua vida à luta por uma sociedade menos desigual e mais democrática.

DULCINEIA CASSIS: MEMÓRIAS DE MEU PAI

Meu pai, Adelino Cassis, veio antes, mas nossa família só chegou a Brasília no dia 07/01/1962. Foram três dias de viagem, fazendo várias paradas.

Éramos seis filhos (eu, a quarta filha). O mais velho, Paulo Sérgio, na época tinha 16 anos e a mais nova, a Márcia, tinha acabado de nascer. Fomos morar em um apartamento da 114 Sul, porque meu pai era funcionário do Banco do Brasil.

No dia 01/01/1964, meu pai estava no Rio de Janeiro, onde a gente mantinha um apartamento, para uma atividade política. Apesar de sermos de São Paulo, viemos do Rio. Meu pai viajava bastante. Participava das reuniões do PCB, era próximo do Luiz Carlos Prestes.

Minha mãe, naquele dia, reuniu os filhos e falou: “Estourou a revolução. Seu pai foi cassado, está viajando e não sabemos quando vai voltar.” Nessa época, eu tinha 10 anos. Na minha cabeça estourou uma bomba. E caçado para mim era com ç. A imagem que eu tinha era a de que estavam estourando bombas no Brasil inteiro e que meu pai estava sendo, literalmente, caçado.

Um dia os “tiras” foram lá em casa de madrugada. Minha mãe disse a eles: “Vocês podem entrar. Só vão encontrar crianças dormindo e muita fé em Deus.” Ela mostrava: “Aqui tem duas crianças dormindo, ali tem mais duas crianças dormindo e no terceiro quarto tem mais duas crianças dormindo.” Quando chegou no último quarto, eles começaram a vasculhar, como se ele estivesse escondido lá, mas meu pai não estava em casa.

A segunda invasão se deu na hora do jantar. Eles se vestiam de terno preto e estavam armados. Eles reviraram os papéis, reviraram tudo. Havia uma Bíblia de capa vermelha, em árabe, que era da minha avó Zahia, mãe do meu pai. Eles levaram essa Bíblia de minha avó porque acharam que era um livro comunista.

Eles também fecharam a porta do quarto com meu irmão mais velho, Paulo Sérgio, que era estudante secundarista e o ameaçaram. Na saída, falaram pra minha mãe: “Ou você tira esse rapaz daqui ou ele será preso.”

Então meu irmão, que só tinha 17 anos, precisou sair de Brasília, foi terminar os estudos em Catanduva, no interior de São Paulo. Depois voltou, passou em segundo lugar para Engenharia da UnB e também foi perseguido pela Ditadura.

A terceira invasão foi pela manhã. Eles levaram muitas coisas, incluindo um radioamador que servia como rádio. Minha mãe conta que eles mexeram nas cartas da minha avó para ela. Foi outra tremenda invasão do nosso lar, na presença dos filhos.

Essas violências ocorreram entre abril e agosto, que foi quando meu pai, depois de ficar um período na clandestinidade, foi preso e levado para o BGP, em Brasília.

O Banco do Brasil suspendeu o salário dele, foi demitido sumariamente, nós éramos seis filhos e minha mãe trabalhava como professora na Secretaria de Educação. Nós só não passamos fome porque os vizinhos todos, as mães dos nossos colegas, faziam coletas de alimentos e doavam pra nossa família.

Mas nós íamos buscar os alimentos e elas pediam para que não falássemos para ninguém. Elas tinham medo de que soubessem que estavam nos ajudando.

Nós sofriamos uma discriminação muito grande. Os filhos dos próprios funcionários do Banco nos discriminavam e falavam: “seu pai está preso”.

As pessoas tinham muito medo do contato conosco, mesmo aquelas que nos ajudavam. Não recebíamos ajuda da família. A da minha mãe ainda dava roupas usadas ou coisas assim. Ao do meu pai, não me lembro de termos recebido alguma coisa.

Em 1964, tivemos o privilégio de visitar e levar comida pro meu pai na cadeia, onde ele ficou 50 dias presos preventivamente. Em setembro, no dia 23, véspera do aniversário dele, os “tiras” permitiram que ele fosse em casa, acompanhado de seus “amigos. Fizemos uma comemoração cercada por policiais.

Depois que ele foi liberado, precisava sustentar os filhos, que eram todos menores. Os colegas dele se cotizaram para que pudéssemos montar um negócio. Sem experiência alguma como comerciantes, meu pai comprou um restaurante. Não deu certo. Meu pai era um comunista e queria sempre distribuir os bens, socializar o lucro. Acabou falindo.

Nós fazíamos de tudo pra nos virar. Vendíamos marmitta em casa, alugávamos quarto, fazíamos de tudo pra nos virar. Todos nós estudávamos em escola pública, mas éramos seis bocas pra sustentar.

Meu pai vendia salgadinho na rodoviária, vendia marmitta. Meu irmão de 15 aos arrumou um emprego de caixa. Eu só tinha dez anos e parei de brincar. No período de 1964 a 1979, meu pai ficou tentando sobreviver.

Entre 1968 e 1979, de vez em quando meu pai era chamado para prestar algum depoimento. Houve um fato, hilário, em que eles o chamaram para depor porque encontraram uma foto dele na Ilha do Governador, com Luiz Carlos Prestes.

Ele então explicou que havia sido no aniversário de Prestes. Que tinha uma filha que fazia aniversário no mesmo dia e que haviam se encontrado. Eles ficaram satisfeitos com a explicação. A filha era eu e no dia do meu aniversário ele estava com Luiz Carlos Prestes.

Com 18 anos, comecei a trabalhar e em 1974 eu passei no concurso do BRB e me tornei arrimo de família. Meu irmão era do Banco do Brasil. As coisas começaram a melhorar.

Dulcineia Cassis: Depoimento composto com base em entrevista concedida por Dulcineia Cassis, filha de Adelino, para a Revista Extratos, edição especial, ano 5, número 7, publicada pelo Sindicato dos Bancários no ano de 2015.



CEDOC/BANCÁRIOS-DF

ALVIMAR FIGUEIRA DA FONSECA: DIRIGENTE SINDICAL PERSEGUIDO E PRESO PELA DITADURA

Alvimar Figueira da Fonseca, dirigente sindical perseguido pela ditadura, nasceu em Minas Gerais, em 06/11/1929, em uma família com poucos recursos materiais, mas rica em dignidade, respeito e amor. Estudou Belo Horizonte, estudou o primário no Colégio Olegário Maciel e o ginásio no Colégio Santo Agostinho.

Também em BH, em um dos carnavais de sua juventude, encontrou a namorada que se tornou esposa e mãe de seus cinco filhos. Considerava-se com sorte na vida por sua companheira, cúmplice em todos os momentos, e por ter trabalhado no Banco do Brasil.

Aos 14 anos, começou a trabalhar em uma fábrica de móveis. Depois foi contrarregista na Rádio Inconfidência e trabalhou também na Secretaria de Agricultura de BH. Estudou Filosofia e quis ser professor de Matemática, mas foi com a aprovação no concurso público para o Banco do Brasil que encontrou sua profissão de vida.

No BB, trabalhou em agências do Rio de Janeiro, onde tomou posse em 17/05/1952; em Curvelo e Pará de Minas; em Brasília; em Patos, na Paraíba; e, depois da Anistia, em Taubaté, no estado de São Paulo, onde se aposentou.

A Brasília, chegou em janeiro de 1960 e logo, com outros companheiros, fundou a Associação dos Bancários, em princípio para recepcionar e alocar os bancários que eram transferidos para a nova capital. Veio só. A família só chegou em agosto de 1961.

Na posse de João Goulart, em 17/09/1961, com fundador e presidente da Associação, Alvimar recebeu o incentivo da Presidência da República, para transformá-la no Sindicato dos Bancários, o que ocorreu em fevereiro de 1962, sendo eleito seu 1º secretário-geral na 1ª diretoria eleita.

Em fevereiro de 1964, foi reeleito para a diretoria e, logo após, colocado à disposição do gabinete da Presidência da República e nomeado delegado do Instituto de Assistência e Previdência dos Bancários

(IAPB). Em 1º de abril, Alvimar foi preso, no mesmo dia do golpe.

Ficou preso por um período de 28 dias e, em junho do mesmo ano, por mais 52 dias. Posteriormente, em 25/08/1964, foi decretada sua transferência compulsória para a cidade de Patos, na Paraíba. Em 09/10/1964, foi aposentado pelo Banco no cargo de Escriturário, com 41% de seus proventos.

Empreendedor, tornou-se comerciante, empresário da indústria do vestuário e fazendeiro, enfrentando sempre as adversidades com versatilidade e consciência social, sintetizando sua pessoa e sua conduta em uma só palavra: honestidade.

Anistiado em 1980 pela Lei da Anistia de 1979, retornou ao seu trabalho no Banco do Brasil, em Taubaté, no interior de São Paulo, onde se aposentou. Apaixonado por história e literatura, dedicou seus últimos dias ao estudo da árvore genealógica de sua família, para que seus descendentes pudessem conhecer as origens e a história de sua família.



Alvimar e esposa - CEDOC/BANCÁRIOS-DF



Trabalhadores na construção de Brasília Foto: Mário Fontenelle/Arquivo Público do DF

ANTUNES DE QUEIROZ CHAVES

DIRIGENTE SINDICAL PERSEGUIDO E PRESO PELA DITADURA

Antunes Queiroz Chaves, sindicalista, dirigente do Sindicato dos Bancários de Brasília entre 1962 e 1964, pai de sete filhos, filiado, à época, ao Partido Comunista Brasileiro, foi o responsável pela formação dos dirigentes do Sindicato nos dois anos do período pré-golpe.

Em entrevista concedida para a professora e doutora Nair Heloísa Bicalho, da UnB (Universidade de Brasília) e estudiosa da ditadura, publicada na Revista Extratos, 2015, falando sobre o período em que esteve na direção do Sindicato, Antunes relata que “todos os momentos da luta eram bons, tudo era festa”.

O trabalho consistia em ação permanente nas agências bancárias, “onde o representante sindical se encarregava do circuito das notícias e o pessoal da compensação bancária pelas ligações telefônicas comunicando sobre as reuniões e as assembleias”. Depois do trabalho, vinha o encontro nos botecos com Denone, Guerra, Custódio, Dirceu, Miguelzinho e Magela, seus companheiros de militância e de lazer.

Antunes de Queiroz Chaves foi preso no dia 3 de abril e ficou encarcerado por 37 dias. Na cela, sua pior tortura “foi ficar sentado nu em cima de uma lata de óleo por um mês inteiro”. Depois da prisão, sofreu três Inquéritos Policiais Militares (IPMs): um na Bahia, outro em Vitória e um terceiro em Brasília, que resultou em uma nova prisão por anos.

Ao sair da cadeia, foi para São Paulo, trocou de nome, se casou com nome falso, e ingressou na guerrilha, mas perdeu os contatos e ficou isolado em uma lavoura de Goiás, onde sobreviveu por mais uns anos. Depois, fez e passou no concurso para o Fisco de Goiás. Foi alocado para o município de Porangatu, onde trabalhou até 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia.

Em 1980, com a Anistia voltou para o seu trabalho no Banco do Brasil, mas se sentiu “completa-

mente deslocado”, mas não retornou à militância sindical. Mas, para os e as dirigentes dos dias atuais, deixou recado companheiro: “Façam o que vocês já estão fazendo!” e, de sua residência em Goiânia, mandou também um recado para as gerações mais jovens de bancários e bancárias:

“Os bancários jovens têm que entender que eles, sim, é que vão construir o Sindicato. O pessoal lá de trás já está para se recolher ao aconchego, então são os novos que têm que assumir, porque os direitos que o Sindicato defende não só para os antigos, são para toda a categoria. Esses que são novos hoje serão os antigos amanhã. Mas, enquanto estão novos, precisam fazer o Sindicato se fortalecer para que cumpra sua finalidade.”



CEDOC/BANCÁRIOS-DF

JOSÉ FRANCISCO BARBOSA

DIRIGENTE SINDICAL PERSEGUIDO E PRESO PELA DITADURA

José Francisco Barbosa, bancário, começou sua vida política no movimento estudantil, em Belo Horizonte, quando tinha apenas 14 anos. Depois, na década de 1960, veio para Brasília, fez concurso, passou e começou a trabalhar imediatamente no Banco do Estado de Goiás. Ao mesmo tempo, se filiou ao Sindicato dos Bancários e ao PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Em seguida, como um jovem que tinha por sonho mudar os rumos da política do governo, começou tripla militância: como estudante, como bancário e junto aos movimentos sociais que tinha em Brasília na época. Entrou para a lista dos e das militantes perseguidos pelo regime militar.

Entre 1978 e 1989, passou a ser veladamente monitorado, e começaram as perseguições no Banco. Em agosto de 1983, foi demitido sem justa causa, mesmo tendo três estabilidades: uma por ter carteira assinada, outra por ser delegado sindical, outra por ser membro da CIPA, também eleito pelos bancários. Mesmo com essas três estabilidades, José Francisco foi demitido.

Por não conseguir um atestado de “bons antecedentes”, o militante do PCB entrou para a categoria de desempregados e passou a fazer concursos – da Embratel, do Banco Central, da Petrobras, da Fundação Educacional. Nos concursos, José Francisco passava, só não era chamado. Chamavam pessoas com menor pontuação, nunca José Francisco.

Cansado de esperar por uma nomeação, José Francisco ameaçou entrar com um mandado judicial. Deu certo, foi admitido. Em 08/03/1983, foi admitido na Fundação Educacional como professor. Tornou-se delegado sindical da categoria. Em dezembro do mesmo ano foi demitido. Sem justa causa.

José Francisco tentou trabalhar como jornalista no Jornal de Brasília. Em 22/02/1983 também foi demitido. Outra vez sem justa causa. Ou seja,

no mesmo ano foi demitido sem justa causa de três empregos. Em dois deles, tinha estabilidade. Depois disso, ficou difícil arrumar emprego.

Toda essa instabilidade prejudicou muito José Francisco na relação com a família e com suas amizades, que passou a ter problemas financeiros e psicológicos com as pessoas à sua volta. “Era uma repressão silenciosa, uma tortura psicológica que me prejudicava e nos prejudicava como trabalhadores”, testemunhou José Francisco em depoimento à Revista Extratos, no ano de 2015.

“Eu tinha quatro profissões. Um bom currículo. Era formado em Administração pela UnB. Tinha uma experiência de quase 15 anos como bancário. Mandava currículo. Era chamado para entrevistas. Ao final delas, me diziam que meu perfil não encaixava. Por fim, alguém me disse que não me aceitavam por ser sindicalista e militante do PCB.

Em 1985, fui chamado de volta pela Fundação Educacional. Dessa história toda o que posso dizer é que não tem dinheiro que pague e nem nada que apague a tortura emocional e psicológica que a ditadura me fez passar.”



CEDOC/BANCÁRIOS-DF

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: INSTRUMENTO DE REPARAÇÃO E DE JUSTIÇA



Entrega do Relatório da CNV à Presidenta Dilma em dezembro de 2014. Foto: Thiago Vilela

Muitos dos conteúdos desta Revista foram extraídos dos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília (<https://bancariosdf.com.br/portal/relatorio-da-comissao-da-verdade-2015/>), em parte registrados na Revista Extratos, do Sindicato dos Bancários, publicada em 2015.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), ou Comissão da Verdade (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/fale-com-a-cnv>), foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012.

A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05/10/1988.

Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Nessa data, as sete personalidades que compuseram a CNV – Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, João Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha – entregaram à presidenta Dilma o relatório final da Comissão.

VERDADE, JUSTIÇA E PAZ: UM LONGO CAMINHO AINDA POR PERCORRER

O Brasil, a exemplo de muitos países que vivem períodos de conflitos e ditaduras, vem percorrendo um longo caminho para efetivar políticas que levem a uma justiça de transição, com a adoção de mecanismos que erradiquem os germes criados ou crescidos na ditadura, que garantam a não repetição das graves violações de direitos humanos e, especialmente, que reconheçam as pessoas como seres iguais em direitos e respeitadamente diferentes.

Lembrar a perseguição política contra indivíduos e instituições e reconhecer os traumas advindos das práticas criminosas, é salvaguarda da democracia. O falso dilema de quem acusa o resgate da memória e da verdade como revanche, incorre no risco de acreditar que o esquecimento é condição para a superação do sofrimento. Testemunham aqueles e aquelas que foram presos/as, torturados/as ou perseguidos/as que, mesmo enquanto dormem, não conseguem retirar de suas memórias as marcas da ditadura.

Hoje, decorridos 60 anos do golpe interrompeu o projeto econômico, social e político direcionado especialmente para a população credora de educação, saúde pública, reforma agrária, assistimos, boquiabertos/as, a um percentual da nossa população desconsiderar que a ditadura foi um período de grande sofrimento e involução social na economia, na cultura, nas artes, nas ciências e nas instituições responsáveis pela defesa dos direitos humanos, sociais e políticos de todo o povo brasileiro.

A instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) revigorou o anseio da classe trabalhadora de participação do resgate da verdade. Por isso, organizações dos e das trabalhadoras também arregaçaram as mangas para contribuir com a CNV. Instalada a CNV, e concomitantemente, comissões estaduais, municipais e legislativas em todas as esferas, das Universidades, todo mundo se juntou para resgatar a verdade enterrada nos porões da ditadura. Nesse processo, vivemos uma grande

luta por liberdade, paz e justiça em nosso país.

Decorridas seis décadas do golpe, graças à CNV, temos hoje, ainda que incompletos, números estimados de prisões, desaparecimentos, mortes, torturas, sequestros, cassações e, em alguns casos, as circunstâncias em que ocorreram as graves violações de direitos humanos durante o regime militar em nosso país. Depois de dois anos de intenso trabalho, no dia 10/12/2014, a CNV fez a entrega de seu relatório para a presidenta Dilma Rousseff.

O relatório da CNV condena veemente o golpe militar e em suas Recomendações indica, dentro do possível, um caminho que passa pela reforma das instituições e pelo aperfeiçoamento da democracia para o alcance da paz e da justiça como exigências para uma reconciliação, depois da experiência do país de passar por um golpe de Estado.

É dever, portanto, da classe trabalhadora, seguir resgatando a memória e a verdade, para que os exemplos revelados de quem defendeu a democracia e lutou pela justiça sejam conhecidos e empregados nos materiais educativos e pedagógicos e se tornem de conhecimento das novas gerações para, assim, servirem de referência nas lutas e embates do presente e do futuro.

Temos, ainda, um longo caminho por percorrer. A disputa de classe nos impõe uma vigilância diária e, a todo momento, verificamos a falta de responsabilização dos e das que cometeram crimes contra vidas humanas e contra organizações legitimamente constituídas pela sociedade brasileira.

Que aqueles e aquelas que perpetraram atrocidades durante o regime de exceção sejam um dia julgados e responsabilizados pelos crimes que cometeram, sem anistia, sem esquecimento e sem perdão. E que no DNA da memória do povo brasileiro prevaleça cada vez mais a identidade do amor, da paz, da justiça e das relações fraternas com todos os povos e nações.

INSTRUMENTO	CONSEQUÊNCIAS
Leis, Decretos e Leis	Embora o regime de exceção seja uma marca de toda ditadura, no caso do Brasil a ditadura apresenta uma singularidade: a preocupação em criar um aparato legal para conferir ao regime uma aparência democrática. Não por acaso, com raríssimas exceções dos períodos em que foi posto em recesso, o Congresso funcionou durante os 21 anos da ditadura. Dentro dessa aparente normalidade, 168 parlamentares foram cassados, perderam seus direitos políticos, foram sumariamente excluídos da vida pública, mas o Congresso continuou, de forma indireta e sob o estrito controle do regime militar, mas continuou votando para presidente, porque o calendário das eleições presidenciais foi mantido. Para corroborar o quadro de “normalidade institucional” o regime militar governou com uma extensa lista de atos, decretos e leis.
Ato Institucional 1 AI-1 09/04/1964	Ministros militares declaram-se como “poder Constituinte”, cassam mandatos, suspendem direitos políticos, perseguem adversários com inquéritos militares, prescrevem a CGT, as Ligas Camponesas, a UNE, a Frente de Mobilização Popular e outras entidades. O AI-1 atribui ao Executivo (Comando Supremo da Revolução) poderes para expurgar as principais instituições do país. Cria exigências que tornam praticamente impossível a deflagração de greves. Proíbe greves no serviço público.
Ato Institucional 2 AI-2 27/10/1965 02/02/1966	Extingue os partidos políticos e cria a Arena e o MDB. Suspende as eleições presidenciais. Abre nova temporada de casações.
Ato Institucional 3 AI-3	Extingue eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais e municípios considerados de segurança nacional.
Ato Institucional 4 AI-4 07/12/1966	Transforma o Congresso Nacional em Assembleia Nacional Constituinte para, sob pressão dos militares, elaborar a nova Constituição do país, legitimando as regras da ditadura.
Lei do FGTS Lei 507 13/09/1966	A lei que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço acaba com o direito à estabilidade do empregado com dez anos de empresa, fragilizando a organização dos trabalhadores.
Nova Constituição Federal 24/01/1967	Legaliza e institucionaliza a ditadura militar consequente do golpe de 1964. Incorpora as medidas político-administrativas da ditadura. Legitima os mecanismos de repressão do regime. Altera o nome do país de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil. Entra em vigor em 15/03/1967.
Lei de Imprensa Lei 5.250 09/02/1967	Cria normas para a censura de jornais e revistas e estabelece penas para jornais e jornalistas considerados “subversivos”. Seria agravada pela edição do AI-5.
Lei de Segurança Nacional Decreto-Lei 314 13/03/1967	Institucionaliza as medidas coercitivas do regime. Até esta data, havia sido mantida a LSN de 153, instituída em plena Guerra Fria, durante o 2º governo Vargas (1951-1954), que tratava de mecanismos para o combate ao “perigo vermelho” no Ocidente.
Ato Institucional 5 AI-5 13/12/1968	Suspende o direito de habeas corpus e as garantias dos juízes; fecha o Congresso Nacional, amplia a censura, confere todo poder aos chefes militares. Suspende a garantia de habeas corpus. Permite o regime militar a tomar controle integral da cidadania e da sociedade brasileira.

O APARATO JURÍDICO DA REPRESSÃO

Ato Institucional 13 AI-13 05/09/1969	Institui a pena de banimento do Território Nacional, retirando a concessão de passaportes para as pessoas banidas, com o objetivo de transformá-las em apátridas. Entretanto, como a Convenção de Genebra não reconhece facilmente essa condição, os “trocados” através dos sequestros mantiveram a nacionalidade ante a comunidade signatária da Convenção. Mas os filhos e filhas de “apátridas” não podiam ser registrados nas embaixadas brasileiras e não recebiam a cidadania brasileira.
Ato Institucional 14 AI-14 14/09/1969	Estabelece a aplicação da pena de morte e da prisão perpétua nos casos de guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva, além do confisco de bens em casos de enriquecimento ilícito.
Decreto-Lei 477 26/02/1969	Prevê a punição de professores, professoras, estudantes e funcionários/as de universidades que o regime da repressão considere com suspeição de “atividades subversivas”.
Lei de Segurança Nacional Decreto-Lei 898 29/09/1969	Reitera o AI-14 e restaura a pena de morte no Brasil para todos os crimes, sejam eles praticados ou não com objetivos políticos.
Lei de Segurança Nacional Decreto-Lei 510 20/03/1969	Coloca assaltos a banco e sequestros como crimes contra a segurança nacional.
Censura Prévia Decreto-Lei 1077 26/01/1970	Cria as normas da censura prévia, obrigando jornais e revistas a submeter textos e ilustrações, antes da publicação, ao Departamento de Censura da Polícia Federal.
Decreto-Lei 69.534 11/09/1971	Dá ao presidente o poder de redigir decretos secretos relativos a quaisquer situações nas quais a segurança nacional estivesse ameaçada. Abria-se, assim, uma brecha na legislação para justificar as prisões sem mandado ou acusação formal.
Pacote de Abril 13/04/1977	Fecha o Congresso, suprime garantias do Judiciário, cria os “senadores biônicos” (indicados pela ditadura), suspende eleições diretas para governador, que estavam previstas para 1978.
Lei de Segurança Nacional Lei 6.620 17/12/1978	Readequa as penas dos “terroristas” – aqueles que escolheram ingressar na luta armada e cometeram “crimes de sangue” – já que não havia intenção em anistiá-los. Seus nomes foram excluídos da Lei de Anistia promulgada em agosto de 1979.
Lei da Anistia Lei 6.683 28/08/1979	Promulgada pelo último general presidente, João Batista Figueiredo, após ampla mobilização social, durante a ditadura militar. Proíbe qualquer punição, judicial ou administrativa, aos agentes da repressão que cometeram “crimes conexos”, como tortura, sequestros e assassinatos, ou seja, deixa de fora quem cometeu atrocidades contra presos políticos e presas políticas nas masmorras das prisões da ditadura.
Estatuto do Estrangeiro Lei 6.815 19/08/1980	Submete a concessão de vistos de trânsito e permanência de estrangeiros à “segurança nacional”, visando especialmente religiosos que atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Pai, afasta de mim esse cálice, pai
Afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta
(...)

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoa
Atordoados eu permaneço atento
Na arquibancada pra qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa
(...)

De muito gorda a porca já não anda (cálice)
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai (pai), abrir a porta (cálice)
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade
(...)

Talvez o mundo não seja pequeno (cálice)
Nem seja a vida um fato consumado (cálice, cálice)
Quero inventar o meu próprio pecado
(Cálice, cálice, cálice)
Quero morrer do meu próprio veneno
(Pai, cálice, cálice, cálice)
Quero perder de vez tua cabeça (cálice)
Minha cabeça perder teu juízo (cálice)
Quero cheirar fumaça de óleo diesel (cálice)
Me embriagar até que alguém me esqueça (cálice)

“Cálice”

Chico Buarque e Gilberto Gil

Música contra o regime militar, vetada pela censura



A DITADURA ESCANCARADA

*“Cala a boca moço
Do que eu queria explicar
Cala a boca moço
Cala o peito, cala o beijo
Calabouço, calabouço”*
Sérgio Ricardo, em “Calabouço”



Caça ao estudante. Sexta-feira Sangrenta. Rio de Janeiro, 1968.

Foto: Evandro Teixeira/Acervo IMS

Em 13/08/1968, com a edição do Ato Institucional nº 5, o AI-5, entrou em curso o período mais duro do regime militar. A “ditadura escancarada” aconteceu em meio a crescentes protestos e manifestações e protestos da sociedade, como a passeata dos 100 mil, manifestação popular organizada pelo movimento estudantil no Rio de Janeiro, em 26/06/1968.

Em resposta, o governo da ditadura decidiu intensificar a repressão. No final do ano, é editado o Ato Institucional, instalando o terrorismo de Esta-

do no Brasil. Com o AI-5, o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e câmaras municipais foram fechados.

Uma nova leva de parlamentares, intelectuais, estudantes e lideranças camponesas, comunitárias, políticas e sindicais tiveram seus direitos políticos cassados, e foram presas, torturadas, desaparecidas e mortas. O período mais violento da repressão foi da edição do AI-5 até o extermínio dos últimos e das últimas militantes da Guerrilha do Araguaia, em 1974.

UM POTE ATÉ AQUI DE MORTOS/AS

Por sua autonomia e capacidade de luta antes do golpe, por enfrentar os banqueiros e defender a democracia, por lutar contra o arrocho salarial e, em todos os 21 anos da ditadura, por lutar pela redemocratização do país, o movimento foi severamente punido com a intervenção nos sindicatos, a “caça” ostensiva de suas principais lideranças.

Centenas de dirigentes sindicais foram perseguidos/as, presos/as e torturados/as. Muitos/as foram mortos/as e muitos/as, até hoje, constam das listas de desaparecidos.

Em um dos três volumes do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, tornado público em dezembro de 2014, a CNV inclui os nomes de 434 pessoas mortas ou ‘desaparecidas’ pela repressão do Estado brasileiro entre 1946 e 1988.

A maioria delas morreu ou ‘desapareceu’ depois do golpe de 1964. Pelo menos 18 delas eram ou haviam sido bancários/as em algum momento de suas vidas.

Algumas se destacaram como dirigentes sindicais. Outras se tornaram militantes de esquerda, vinculadas aos movimentos de resistência, especialmente durante os anos de chumbo e, em seguida, no período da ditadura escancarada.

Suas histórias de luta estão registradas nesta edição especial da Revista Extratos. Os dados foram compilados por Gilnei Viana, em 2014 e atualizados por Zezé Weiss, em 2024.

Fica o registro “para que ninguém se esqueça”. E “para que nunca mais aconteça”.



BANCÁRIOS E BANCÁRIAS

ASSASSINADOS/AS OU DESAPARECIDOS/AS PELA DITADURA

Nome	Banco
Abelardo Rausch de Alcântara	Caixa
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	Banco do Brasil
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas	Mercantil/SP
Aurora Maria Nascimento Furtado	Banco do Brasil
Cayupi Alves de Castro	-
Fernando Augusto da Fonseca	Banco do Brasil
Ivan Mota Dias	-
João Leonardo Silva Rocha	Banco do Brasil
José Júlio de Araújo	Lavoura/MG
José Toledo de Oliveira	Crédito Real/MG
Luís Alberto Andrade de Sá Benevides	Estado da Guanabara
Maria Célia Corrêa	Nacional/MG
Maria Regina Marcondes Pinto	City Bank/SP
Miguel Pereira dos Santos	Intercontinental/RJ
Nilda Carvalho Cunha	Econômico/BA
Paulo César Botelho Massa	Banco do Brasil
Paulo Roberto Pereira Marques	Banco de Minas Gerais
Pedro Alexandrino de Oliveira	Banco Hipotecário
Raimundo Gonçalves de Figueiredo	Agrícola Sete Lagoas
Roberto Macarini	-
Vitorino Alves Moitinho	-

ABELARDO RAUSCH DE ALCÂNTARA



Foto: Memorial da Resistência

Abelardo Rausch de Alcântara foi morto quando se encontrava sob a tutela do PIC (Pelotão de Investigações Criminais), em 23/02/1970, em Brasília. A versão oficial da morte de Abelardo não se sustenta.

Uma nota divulgada à época pela SSP-DF (Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal), relata que Abelardo foi convocado para prestar esclarecimentos sobre a ocorrência de um roubo na agência bancária, em Taguatinga (DF) onde trabalhava. Durante o interrogatório, ele teria quebrado um copo de vidro e, com os cacos, cortado o próprio pulso.

Segundo a nota, atendido no local pelo serviço médico do Batalhão de Polícia do Exército, Abelardo teria sido encaminhado para o Hospital Distrital. Durante o trajeto, a ambulância que o conduzia

teria se chocado contra um veículo da Secretaria de Governo do Distrito Federal, em frente ao Palácio do Buriti. Abelardo teria então falecido em virtude das lesões sofridas no acidente.

Na manhã do dia 13/02/1970, de acordo com o depoimento da esposa de Abelardo, Elza Souza de Alcântara, três homens trajando terno e gravata, que se identificaram como servidores da Caixa Econômica, estiveram em sua casa.

Embora não os tenha reconhecido, o bancário concordou em acompanhá-los à Caixa, porque naquele momento ocorriam investigações na sede da agência em que estava alocado. Naquela noite, sem notícias do marido, Elza decidiu buscar informações.

Após uma primeira tentativa frustrada na agência da Caixa, foi informada de que seu marido estaria na delegacia localizada no centro de Taguatinga. Abelardo estava supostamente prestando depoimento e em breve seria liberado.

Na manhã do dia seguinte, 14 de fevereiro, Elza recebeu uma nova visita em sua residência. Um indivíduo desconhecido solicitou roupas de trabalho para Abelardo que, supostamente, ainda estava prestando depoimento, mas iria para o trabalho após a entrevista.

Depois de algum tempo, Elza recebeu em sua casa uma mulher, Doralice Tavares, que aparentava estar muito nervosa. Doralice trazia a informação de que um homem, que ela não conhecia, havia estado em sua casa para dizer que Abelardo havia falecido e estava sendo velado na capela número 01 do Cemitério Campo da Esperança.

No Cemitério, Elza encontrou o corpo do marido, inchado e enfaixado, sendo velado junto a dois outros indivíduos desconhecidos. O corpo de Abelardo estava vestido com as mesmas roupas que Elza havia entregue, horas antes, para homem desconhecido.

Com hematomas, marcas de queimaduras, feridas variadas e o braço esquerdo quebrado, conforme relatos de dona Elza, o corpo de Abelardo Rausch foi enterrado no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília, no Distrito Federal.

ANTONIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS

“FERREIRA” – “ZÉ FERREIRA”

“A quem possa interessar: vamos em frente!”

Trecho final de uma carta de Guilherme Ribas,
escrita na cela do DOPS paulista em 22/09/1968.

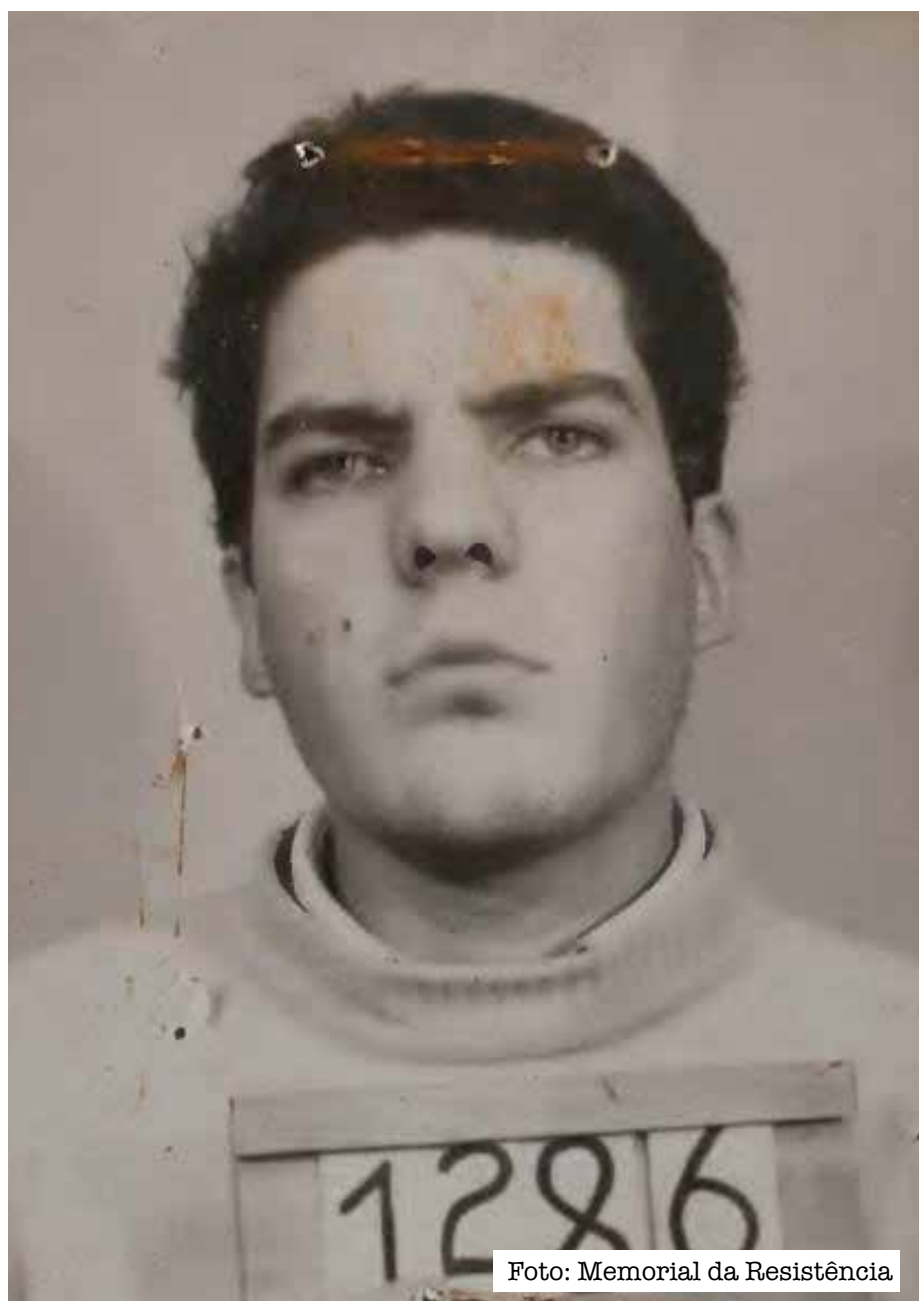


Foto: Memorial da Resistência

Antonio Guilherme Ribeiro Ribas tornou-se presidente da UPES (União Paulista dos Estudantes Secundaristas), em 1967. Em 1968, foi detido pela primeira vez por agentes do DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social), durante protestos do dia 07 de setembro contra o ditador Costa e Silva.

Após 34 dias, Antonio foi solto por meio de habeas corpus e, em seguida, foi novamente detido durante o 30º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Ibiúna (SP).

Assim, foi condenado a cumprir pena de um ano e seis meses de prisão. Novamente liberado em abril de 1970 passou a viver na clandestinidade, enquanto militava pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Integrou a Guerrilha do Araguaia, da qual participou do Destacamento B, na região do rio Gamaleira.

Segundo consta, Antonio Guilherme teria falecido em confronto com as forças de repressão, próximo da Grota do Nascimento, no âmbito da Operação Marajoara. Até hoje, seus restos mortais não foram encontrados e devolvidos à família.

Em 2010, a CIDH (Corte Interamericana de Direitos Humanos) da OEA (Organização dos Estados Americanos) condenou o Brasil pelo desaparecimento de 62 pessoas na região do Araguaia no caso Gomes Lund e outros, entre elas, Antonio.

AURORA MARIA NASCIMENTO FURTADO

“LOLA” – “MÁRCIA” – “MARIA” – “PATRICIA”



Foto: Memorial da Resistência

Aurora Maria Nascimento Furtado participava do movimento estudantil entre os anos de 1968 e 1969. Era estudante de Psicologia da USP (Universidade de São Paulo). Fazia parte da Dissidência Estudantil do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e foi responsável pela imprensa da UEE/SP (União Estadual dos Estudantes de São Paulo).

Trabalhou no Banco do Brasil na capital paulista, mas passou a viver na clandestinidade quando entrou em vigor o AI-5 (Ato Institucional nº 5), em dezembro de 1968. Nessa época passou a integrar a ALN (Ação Libertadora Nacional) e esteve à frente da publicação do jornal “Ação”.

Aurora Furtado morreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 10/11/1972, depois de ter sido presa e torturada por agentes da repressão. A versão divulgada à época pelos órgãos oficiais do Estado

dizia que Aurora havia sido atingida por disparo de arma de fogo e morrido em confronto armado com agentes militares.

A nota emitida pelos órgãos oficiais e publicada pelos jornais afirmava que Aurora, presa no dia 09/11/1972, conduzia agentes policiais a um aparelho da ALN localizado no Méier quando teria tentado fugir, correndo em direção a um veículo estacionado nas proximidades do local. A versão sugere que Aurora estaria sendo resgatada por outros militantes.

Nesse momento, teria começado intenso tiroteio entre os ocupantes do veículo e a polícia, fato que resultou na morte de Aurora. Investigações empreendidas ao longo dos anos identificaram evidências de que Aurora morreu em razão das torturas a que foi submetida.

Conforme destacou a CEMDP e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, o laudo cadavérico de Aurora, elaborado pelos médicos legistas Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano, atesta que os tiros foram disparados contra Aurora quando ela já estava morta.

O laudo descreve, no total, 29 perfurações, mas não especifica as entradas e saídas dos tiros. O documento também aponta para a existência de lesões no crânio que não foram provocadas por balas de arma de fogo, o que permite inferir que resultaram de tortura.

Em depoimento à CEMDP, Sandra Maria Furtado de Macedo, irmã de Aurora, responsável por identificar seu corpo no IML, afirmou serem evidentes as marcas de tortura no corpo, como machucados na boca, fraturas nos braços, além de visível afundamento do crânio, posteriormente associado à técnica de tortura a que teria sido submetida, conhecida como “Coroa de Cristo”, na qual se aperta gradativamente uma fita de aço na cabeça da vítima.

Além disso, em depoimento no livro “Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão”, o general de Brigada da reserva e ex-comandante do CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) do I Exército, Adyr Fiúza de Castro, afirmou que Aurora foi levada à Invernada de Olaria, onde, confundida inicialmente com uma traficante, foi brutalmente torturada e morta.

CAIUPY ALVES DE CASTRO



Foto: Memorial da Resistência

Nascido no Rio de Janeiro, Caiupy exerceu durante muitos anos a profissão de bancário. Depois de aposentado, tornou-se sócio da empreiteira São Tomé, na qual permaneceu até ser vítima de desaparecimento. Em meados da década de 1940, Caiupy filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mantendo-se próximo aos debates políticos de seu tempo.

Foi detido pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) no Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara, em maio de 1968, quando participava de uma manifestação de 1º de maio, próxima ao campo de São Cristóvão. Na ocasião, foi mantido incomunicável por 11 dias no edifício do DOPS-GB.

O Sindicato dos Bancários interveio, mas as autoridades competentes negaram sua prisão. Foi posto em liberdade vinte dias depois de preso, por meio de um pedido de habeas corpus, sem que, no entanto, o processo judicial fosse formalizado ou qualquer fato fosse apurado.

No período de sua detenção, foi tratado pelos órgãos de segurança e informações como um militante do PCB, embora sua relação com o partido não fosse próxima nesse momento. Em 1971, Caiupy viajou ao Chile, onde passou 20 dias, para encontrar

um amigo, o major Joaquim Pires Cerveira, que lá se encontrava em exílio por ter sido banido do Brasil em junho de 1970, depois do sequestro do embaixador alemão, quando 40 presos políticos foram trocados pelo diplomata, regressou ao Brasil em seguida, onde permaneceu até a data de seu desaparecimento, em 21/11/1973, aos 45 anos.

Caiupy vivia em situação legal no Rio de Janeiro e foi visto pela última vez no dia 21/11/1973, às 19 horas, em Copacabana. Marli Paes Leme, sua esposa, percorreu os hospitais da cidade e chegou a ir ao próprio DOPS, mas nada encontrou. Ela ainda pediu a generais conhecidos por informações sobre seu marido, mas não obteve êxito. Nenhum órgão de segurança assumiu a prisão de Caiupy.

Marli ainda tentou fazer um anúncio em jornais diários pedindo pistas sobre o destino de Caiupy, mas enfrentou a recusa destes meios de comunicação. Segundo Marli, somente depois de muita procura, ela conseguiu colocar um anúncio por dois dias no Diário de Notícias, mas nenhuma nova informação surgiu.

O nome de Caiupy constou em uma nota do ministro da Justiça, Armando Falcão, de fevereiro de 1975, emitida em resposta às denúncias feitas em 1974 pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e por dom Paulo Evaristo Arns sobre 22 desaparecidos políticos.

De acordo com a nota apresentada, Caiupy era identificado como “militante comunista, detido pelo DOPS-GB, em maio de 1968, participando de agitações de rua. Foi posto em liberdade após prestar declarações. Encontra-se desaparecido”.

Em junho de 2014, a Comisión Provincial de la Memoria (Argentina) disponibilizou à CNV o relatório Víctimas del Terrorismo de Estado que reúne documentos sobre o desaparecimento de 11 cidadãos brasileiros na Argentina e de seis argentinos no Brasil encontrado no Arquivo da DIPBA (Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires).

Os documentos comprovam a coordenação entre os países para a captura do amigo de Caiupy, Joaquim Pires Cerveira, já que o ingresso do major na Argentina foi informado pela Polícia Federal brasileira em 28/11/1973, poucos dias antes de seu desaparecimento.

FERNANDO AUGUSTO DA FONSECA

“COMPRIDO” – “FERNANDO SANDÁLIA”



Foto: Memorial da Resistência

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), Fernando Augusto da Fonseca estudou Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde o final da década de 1960, trabalhava na agência central do Banco do Brasil, de onde acabou demitido em 1970.

Fernando iniciou a militância política entre os quadros da Corrente Revolucionária e, em seguida, ingressou no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), do qual chegou a ser membro da direção nacional e um dos responsáveis pela publicação do jornal “O Avante”.

Após uma série de prisões de integrantes do PCBR, ocorridas no início da década de 1970, para escapar das perseguições policiais e continuar a sua militância, Fernando decidiu mudar-se para Maceió (AL).

Fernando Augusto da Fonseca morreu no dia 29/12/1972, em ação comandada pelo DOI-CODI/I Exército (Destacamento de Operações de Informações), para onde foi transferido depois de ter sido preso e torturado por agentes do Estado no DOI-CODI do IV Exército, em Recife.

As operações contra o grupo teriam se viabilizado graças a informações obtidas a partir da prisão de lideranças regionais do PCBR e da apreensão de documentos relativos ao planejamento de ações futuras.

A prisão de Fernando Augusto da Fonseca, importante quadro do PCBR, em Recife, no dia 26/12/1972, teria possibilitado o desmonte do chamado “Grupo de Fogo do PCBR”.

Segundo a mesma versão, em seu interrogatório, Fernando Augusto teria fornecido às equipes de investigação informações sobre dois aparelhos do PCBR, localizados no Rio de Janeiro.

De posse dessas informações, os agentes do DOI-CODI/IV de Recife teriam conduzido Fernando até o Rio de Janeiro, onde ele teria acompanhado um grupo de agentes a um “ponto” no bairro do Grajaú, que estava marcado para o encontro de outros quatro militantes.

No Grajaú, ao se aproximar do carro no qual aguardavam outros quatro integrantes do partido, Fernando teria sido baleado por seus próprios companheiros que, percebendo o cerco policial, decidiram abrir fogo.

Na sequência, um intenso tiroteio com as forças de segurança teria resultado na morte de José Bartolomeu Rodrigues, Getúlio de Oliveira Cabral e José Silton Pinheiro, cujos corpos teriam sido carbonizados dentro do veículo, incendiado em decorrência da troca de tiros.

As investigações realizadas pela CEMDP e pela CNV (Comissão Nacional da Verdade) revelaram a existência de indícios que permitem desconstruir a versão oficial divulgada pelos órgãos da repressão. A análise dos registros fotográficos do local das mortes pela equipe pericial da CNV, concluiu que o carro foi carbonizado de dentro para fora, uma vez que o motor e o tanque de combustíveis estavam intactos.

IVAN MOTA DIAS

“CABANAS” – “COMANDANTE CABANAS” – “ELI”



Foto: Memorial da Resistência

Ivan Mota Dias nasceu em Passa Quatro, no interior de Minas Gerais. Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no curso de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Neste período, atuou como bancário, tradutor freelancer e professor de um cursinho pré-vestibular. Em 1968, quando faltavam apenas dois meses para se formar, Ivan foi preso, no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), do qual participava como representante do Diretório Acadêmico da UFF.

Após ser libertado, sua prisão preventiva foi decretada e ele passou a viver na clandestinidade. Ivan foi preso novamente no dia 15/05/1971, aos 29 anos. Sua família não teria mais notícias de seu paradeiro. A prisão de Ivan foi realizada por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica-CI-SA, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro. No mesmo dia, a família recebeu um telefonema anônimo, avisando-lhes do fato.

Meses antes do ocorrido, seu nome integrava uma lista de militantes procurados pelo DOI-CODI do I Exército. Segundo informações de Alex Polari de Alverga, que estava preso na Base Aérea do Galeão no mesmo período, os alto-falantes do local anunciaram a prisão do “Comandante Cabanas”, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que era o codinome de Ivan.

Logo em seguida ao seu desaparecimento, os familiares de Ivan solicitaram um habeas corpus, que foi negado sob a justificativa de que ele nunca esteve preso. Em seu relato, Inês Etienne Romeu informou que o torturador conhecido como “Dr. Guilherme” lhe teria confessado que Ivan, referido como dirigente da VPR, fora preso no dia 15/05/1971.

Pouco tempo depois, afirmou-lhe que Ivan teria sido morto. Apesar da declaração de Inês indicar que agentes que a torturaram na “Casa da Morte de Petrópolis” conheciam Ivan, nenhuma evidência foi encontrada pela Comissão Nacional da Verdade, para determinar sua passagem por aquele centro clandestino.

Por falta de informações do Estado brasileiro, Ivan ainda integra o quadro de desaparecidos políticos durante a ditadura militar. A angústia de seus familiares continua, sem evidências sobre as circunstâncias de sua morte e a localização de seus restos mortais.

JOÃO LEONARDO DA SILVA ROCHA

“ZÉ CARECA”



Foto: Memorial da Resistência

João Leonardo fez seus primeiros estudos na cidade de Amargosa (BA) e o curso secundário em Salvador (BA), sua cidade natal, no colégio dos Irmãos Maristas. Mudou-se para São Paulo em 1962. Ainda trabalhando no Banco do Brasil, e começou também a dar aulas em escolas do ABC paulista.

Estudou Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, onde foi colega de Arno Preis (morto pela ditadura militar em 15/02/1972). Dirigiu a Casa do Estudante, moradia de baixo custo para os alunos da faculdade. Militante da ALN (Ação Libertadora Nacional), foi preso em 1969 sob acusação de participar do Grupo Tático Armado, indiciado inclusive no inquérito que investigou a morte do oficial americano Charles Chandler.

Com o sequestro do embaixador norte-americano em 1969, João Leonardo foi um dos 15 prisioneiros políticos libertados em troca do diplomata. Seguiu para o México e foi banido do país através do Ato Complementar nº 64.

Do México mudou-se para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha, momento em que passou a integrar a dissidência da ALN denominada Molipo (Movimento de Libertação Popular). Ao retornar ao Brasil ilegalmente, em 1971, se estabeleceu em São Vicente, distrito de Itapetim, em Pernambuco, no Sertão do Pajeú, na divisa com a Paraíba.

Lá passou a ser conhecido como Zé Careca por ter raspado totalmente a cabeça. Comprou na cidade um sítio e se tornou lavrador. Nessa época, entre 1971 e 1972, tentava construir as bases rurais do Molipo. Sentindo que estava sendo perseguido e sob risco de ser identificado na região, João Leonardo mudou-se para o interior da Bahia.

Foi um dos poucos sobreviventes do Molipo depois de intensa perseguição ao grupo no norte de Goiás e oeste da Bahia. Em um episódio ainda não completamente esclarecido, João Leonardo foi executado por agentes da Polícia Militar da Bahia em Palmas de Monte Alto (BA), em 04/11/1975.

JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO

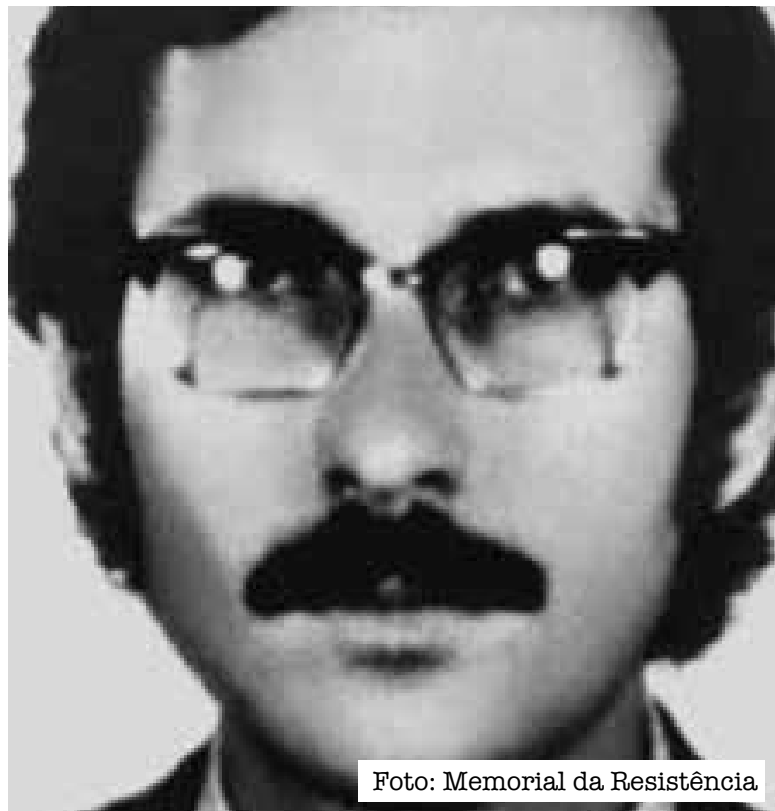


Foto: Memorial da Resistência

Em 18/08/1972, José Júlio foi abordado por policiais da Equipe C do DOI-CODI, em um bar da Vila Mariana, em São Paulo, onde, pela versão oficial, tentou resistir à voz de prisão e foi ferido com uma coronhada na cabeça desferida por um dos agentes policiais. Às 17 horas desse mesmo dia, José Júlio foi retirado do DOI-CODI e assassinado.

Um relatório dos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, de 1983, registra que: Por volta das 14:30 horas do dia 18 último [...] foi notada, pelos policiais de serviço no local, a presença de um homem em atitude suspeita e, presumivelmente, armado. Após ter se afastado do local, o homem foi seguido pelos policiais até a rua Cubatão, quando foi abordado. Ao ser interpelado reagiu, tentando sacar uma arma. [...] Imediatamente foi ouvido, tendo declarado chamar-se José Júlio de Araújo [...]. A 100 metros, o terrorista foi ferido mortalmente, caindo ao solo. Ao ser levado para o hospi-

tal, foi constatado que o mesmo já estava morto, sendo, então, levado para o Instituto Médico-Legal.

O laudo necroscópico, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e José Henrique da Fonseca, alinha-se à falsa versão e atesta que José Júlio foi atingido por quatro tiros: um no lábio, um no ombro direito, outro na cabeça e um no peito.

O laudo contradiz o exame de ossada realizado em 01/10/1991 pelos legistas do IML (Instituto Médico Legal) de Minas Gerais, José Frank Wiedreker Marotta e Geraldo Pianetti Filho, que afirmaram: “Com base na localização dos orifícios “E” (na região frontal direita) e “S” (na occipital à direita), infere-se que a trajetória descrita, pelo instrumento perfurocontundente que os produziu, foi de frente para trás, ligeiramente da direita para a esquerda e ligeiramente de cima para baixo”.

José Júlio foi enterrado como indigente no cemitério Dom Bosco, em Perus, na cidade de São Paulo, em agosto de 1972. Em 1975, seus restos mortais foram exumados e levados para Belo Horizonte por seu irmão Márcio, que escondeu a ossada no sótão da casa onde moravam e informou aos pais que havia feito um novo enterro no cemitério da Lapa, em São Paulo.

Em 1976, Márcio suicidou-se. Depois de sua morte, a mãe descobriu os ossos de José Júlio e decidiu manter o segredo, pois não dispunha de documento para comprovar a identificação. Anos depois, a ossada foi descoberta por um encanador foi contratado pela família para fazer reparos no sótão da casa, que denunciou o fato à polícia. A mãe e a irmã de José Júlio foram denunciadas por ocultação de cadáver.

O exame pericial constatou que os ossos eram de José Júlio de Araújo. O inquérito de ocultação de cadáver contra a família foi encerrado e José Júlio de Araújo foi sepultado em 06/11/1993, no cemitério Parque da Colina, com a presença de familiares, amigos, antigos companheiros de militância e representantes de movimentos de Direitos Humanos.

LUÍS ALBERTO ANDRADE DE SÁ

“JOSÉ CARLOS RODRIGUES”

Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, paraibano de João Pessoa, militou no Rio de Janeiro, onde trabalhou como bancário no Banco do Estado da Guanabara. Foi estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1968. Era dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Luís Alberto era vigiado pelos agentes da repressão. Um documento da Delegacia de Segurança Social apresentou relato dos antecedentes de Luís Alberto, no qual lhe eram atribuídos assaltos a bancos e automóveis no então estado da Guanabara. Em novembro de 1971, foi denunciado por crime contra a Lei de Segurança Nacional. Tornou-se foragido da Justiça.

Em virtude das perseguições sofridas no Rio de Janeiro, alguns membros do PCBR passaram a organizar ações no Nordeste.

Luís Alberto morreu em um acidente de automóvel, na BR-432, entre Cachoeirinha (PE) e São Caetano (PE), em 08/03/1972. As circunstâncias do acidente ainda não foram completamente esclarecidas.

Luís Alberto almejava viver na clandestinidade, por conta da perseguição e foi ao município de Cachoeirinha (PE) providenciar documentos na Junta de Serviço Militar (JSM), com o nome falso de José Carlos Rodrigues, nome que aparece em sua certidão de óbito.

A retificação do atestado de óbito foi feita apenas por decisão judicial, em 09/08/1993.



Foto: Memorial da Resistência

MARIA REGINA MARCONDES PINTO



Foto: Memorial da Resistência

Maria Regina Marcondes Pinto, nascida em Cruzeiro (SP), em 1946. Desaparecida em Buenos Aires, Argentina, em 10/04/1976, Maria Regina foi uma bancária, professora de português e guerrilheira brasileira, militante do Partido Operário Comunista e do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária).

Seu sequestro e desaparecimento é um dos casos investigados pela Comissão da Verdade, que apura mortes e desaparecimentos na ditadura mili-

tar brasileira. Ela se enquadra como desaparecida política, porque seus restos mortais não foram encontrados e nem entregues para os familiares até hoje.

No início de 1970, Maria Regina saiu do Brasil para encontrar com seu esposo, Emir Sader, que estava em Paris, na França. Após seis meses partiram para Santiago, no Chile, local em que se ligaram ao MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária).

Maria Regina permaneceu em Santiago, até que foi presa no Estádio Nacional, quando houve um golpe de Estado que depôs o presidente Salvador Allende no dia 11/09/1973.

Após o golpe contra Salvador Allende, Maria Regina foi detida na Comisaría de Policía de Ñuñoa, em Santiago do Chile. Mudou-se depois para Buenos Aires, para encontrar-se com Emir e auxiliar nas atividades do MIR na Argentina.

No dia 10/04/1976, Maria Regina foi se encontrar com o médico Edgardo Enríquez, filho do ex-ministro da Educação do governo Allende, ligado ao MIR, e nenhum dos dois foi visto novamente. Ela estava sob constante vigilância das forças de repressão do Brasil.

Em 29/11/1972 foi expedido pela DSI-MRE (Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores) o PB (Pedido de Busca) nº 2.196 contra Maria Regina Marcondes Pinto, conforme consta na ficha da brasileira na DSI-MRE. Nos arquivos da ditadura brasileira não foram localizadas informações sobre o período em que Maria Regina viveu na Argentina após sair do Chile em setembro de 1973.

Presume-se que Maria Regina Marcondes Pinto tenha sido sequestrada em Buenos Aires no mesmo dia 10 de abril em que Edgardo Enríquez foi executado. Maria Regina residia em um apartamento a poucas quadras do local onde Enríquez foi recolhido, mas não existem testemunhos ou documentos que forneçam detalhes mais precisos sobre as circunstâncias de seu sequestro e desaparecimento em Buenos Aires.

NILDA CARVALHO CUNHA



Foto: Memorial da Resistência

Nascida em Feira de Santana (BA), Nilda Carvalho Cunha começou a se aproximar das atividades políticas em 1968. Em 1969, aos 15 anos, mudou-se para Salvador e começou a trabalhar no Banco Econômico da Bahia, enquanto ainda cursava o secundário, atual Ensino Médio.

Em abril de 1970, começou a participar do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), onde se tornou uma das responsáveis pela edição do jornal “Avante”. Nos meses seguintes, abandonou seu emprego no banco e passou a atuar em um curso de alfabetização de adultos.

Na madrugada do dia 19 para 20/08/1971 foi presa em sua casa, em um cerco realizado pela

Operação Pajussara, montada para “capturar ou eliminar” Carlos Lamarca.

A prisão de Nilda foi comprovada pelo Relatório da Operação Pajussara, documento produzido pela 2ª seção do IV Exército, que também afirma que a Justiça Militar não expediu mandado de prisão contra ela.

Nilda foi libertada dois meses mais tarde, muito fragilizada devido às bárbaras torturas físicas e psicológicas a que havia sido submetida, além de ter presenciado os maus-tratos sofridos por seu namorado, Jaileno Sampaio. No início de novembro de 1971, foi ao quartel-general com sua mãe, Esmeraldina Carvalho Cunha, visitar Jaileno, mas não obteve autorização para vê-lo.

Ao sair do local, sentiu-se mal e percebeu que estava perdendo a visão e tinha dificuldades para respirar. A partir desse momento, passou a ter alucinações, crises de imensa tristeza, momentos de perda de visão repentina, desmaios e forte insônia, até que o psiquiatra Eduardo Saback recomendou sua internação para um tratamento de sonoterapia.

No mesmo dia em que chegou à Clínica, em 04/11/1971, recebeu a visita do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, que ameaçou prendê-la novamente. O estado de Nilda piorou sensivelmente. O médico responsável recomendou que ela fosse transferida para um hospital, tendo sido levada para o Sanatório Bahia.

Em 14/11/1971, Nilda morreu. O atestado de óbito apresentou como causa da morte “edema cerebral a esclarecer”. A família suspeita que um envenenamento possa ter ocasionado a sua morte, em razão do estado de saúde instável que Nilda vinha apresentando antes do falecimento.

Diante dessas circunstâncias, seu corpo foi enviado ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues que, no entanto, não entregou para a família o laudo da necropsia. O corpo de Nilda foi enterrado por sua família no Cemitério Quinta dos Lázaros, em Salvador (BA).

PAULO CÉSAR BOTELHO MASSA

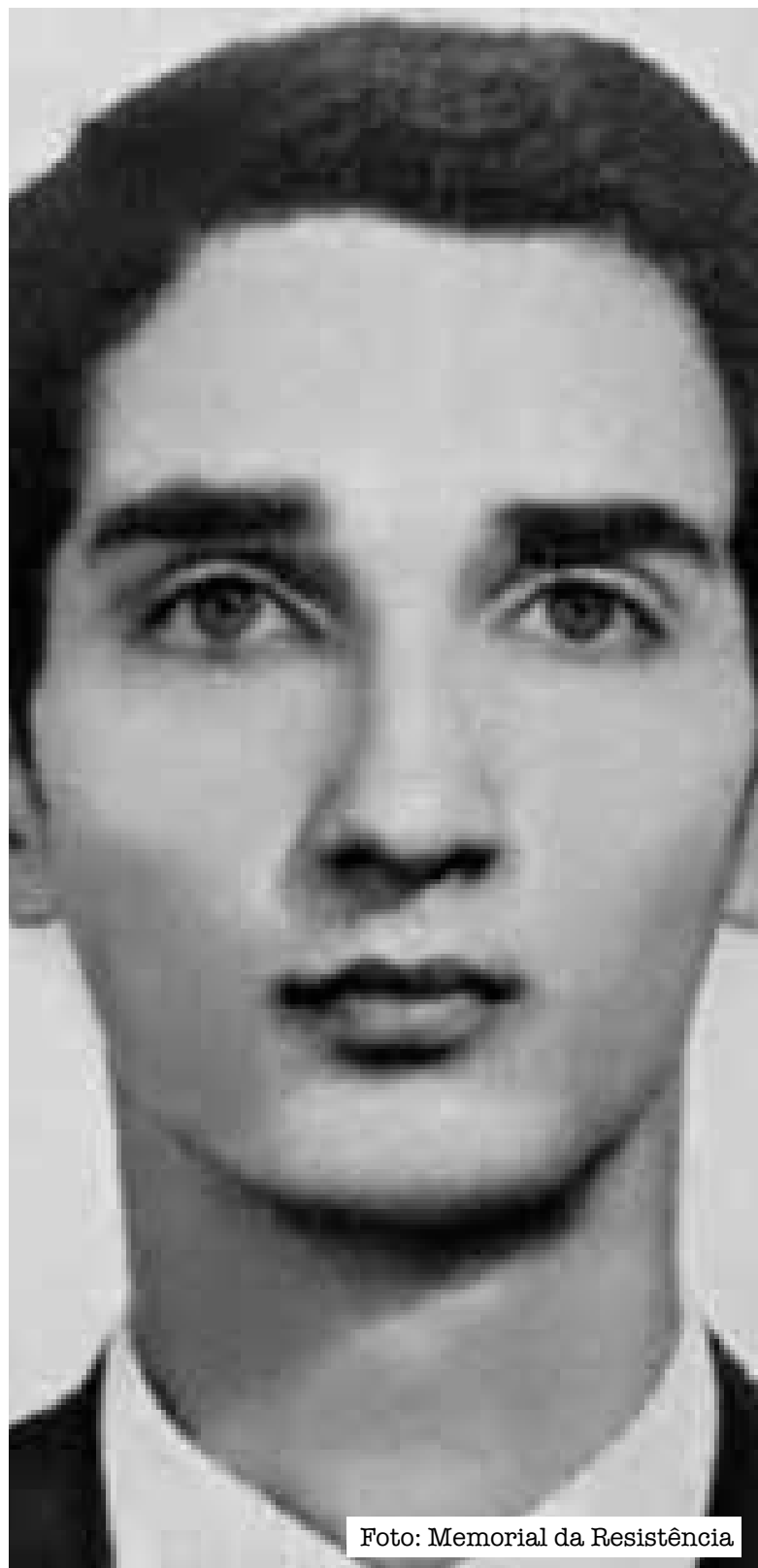


Foto: Memorial da Resistência

Nascido no Rio de Janeiro, Paulo César Botelho Massa foi aprovado aos 16 anos em um concurso para o Banco do Brasil.

Em 1968, começou o curso de Ciências Econômicas na Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e passou a atuar no movimento estudantil participando do Diretório Acadêmico da Universidade.

No dia 20/03/1969 foi preso por agentes do DOPS-GB (Departamento da Ordem Política e Social da Guanabara) para averiguações sobre suas atividades políticas. A partir de então, passou a ser perseguido e a responder diversos processos judiciais. Paulo César foi absolvido em todos eles.

Em junho de 1971, saiu da casa de seus pais e foi morar com companheiros da ALN (Ação Libertadora Nacional). No final de novembro do mesmo ano, pediu demissão do Banco do Brasil e passou a viver na clandestinidade.

Mesmo assim, continuou frequentando a casa dos pais. Foi sequestrado, junto com Iziz Dias de Oliveira, no dia 30/01/1972, e levado ao DOI/CODI-RJ (Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro) e, desde então, nunca mais foi visto.

Manifestação de Laís Maria Botelho Massa, mãe de Paulo César, feita perante a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), 01/04/1999, registra que, pouco depois do sequestro de Paulo César, três agentes que se identificaram como membros do DOPS revistaram a casa da família de Paulo César à procura de uma metralhadora.

Não tendo encontrado o que buscavam, os policiais deixaram a casa levando peças de roupas de Paulo, o que representou para a mãe de Paulo César uma indicação de que seu filho ainda estaria vivo.

Presume-se que Paulo César Botelho Massa tenha sido detido e torturado no DOI do I Exército, no Rio de Janeiro/RJ. A documentação disponível sobre o caso, no entanto, não permite identificar com precisão o local do desaparecimento e morte.

RAIMUNDO GONÇALVES DE FIGUEIREDO “CHICO”



Foto: Memorial da Resistência

Nascido em Curvelo (MG), Raimundo Gonçalves de Figueiredo era casado com Maria Regina Lobo Figueiredo. Pai de duas filhas, era técnico em contabilidade e trabalhou no Banco Agrícola, em Sete Lagoas (MG). Nessa época, já era um jovem ativo politicamente, participando da JOC (Juventude Operária Católica).

Tentou criar um sindicato, mas foi transferido a Belo Horizonte e depois despedido. Ingressou na

Ação Popular, depois participou na Ala Vermelha, e, na sequência, militou na VAR-Palmares. Raimundo Gonçalves foi baleado na casa de Áurea Bezerra, no Alto da Balança, no bairro Sucupira, em Recife, por agentes policiais do DOPS/PE (Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco) e da Polícia Federal, sendo preso em 27/04/1971.

A versão apresentada sobre sua morte em tiroteio foi divulgada em 01/07/1971, no Diário de Pernambuco. Tal versão foi desmentida por Arlindo Felipe da Silva, que, em depoimento à época da morte, relatou que “Chico’ não morreu reagindo à prisão, foi ferido e levado preso”. Há uma série de informações desencontradas que circundam o caso de Raimundo.

Raimundo Gonçalves foi identificado como José Francisco Severo Ferreira ou Francisco José de Moura pelos órgãos oficiais em diversos documentos. O laudo necroscópico assinado por Antônio Victoriano da Costa e Nivaldo José Ribeiro atesta que José Francisco Severo morreu, em morreu em 28/04/1971, em decorrência de “hemorragia interna, decorrente de transfixante do tórax, por projétil de arma de fogo”, havendo outros ferimentos à bala pelo corpo.

José Francisco Severo foi enterrado, aparentemente, no cemitério de Santo Amaro. A identidade de José Francisco foi confirmada como sendo de Raimundo Gonçalves em perícia dactiloscópica (exame de digitais) em julho do mesmo ano.

Há ainda um mandado de prisão, de agosto de 1971, no qual consta que o Conselho Permanente da Justiça do Exército condenou Francisco José de Moura a dois anos e meio de reclusão e dez anos de suspensão de direitos políticos, sendo que sua morte por obra do Estado ocorreu quatro meses antes desta sentença.

ROBERTO MACARINI

Roberto Macarini nasceu em 15/07/1950, na cidade de São Paulo. Era estudante, trabalhava como bancário e militava na VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Preso em 27/04/1970, na sede da OBAN/DOI-CODI, em São Paulo, foi torturado pelas equipes do comandante Waldyr Coelho, capitão Benoni de Arruda Albernaz e capitão Homero César Machado, conhecida como “Equipe C”, conforme relatório do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil.

O relatório do Comitê, datado de fevereiro de 1973, denunciou a morte de diversos presos, incluindo Roberto Macarini. O documento, que estava com Ronaldo Mouth Queiroz, militante da ALN (Aliança Libertadora Nacional), também assassinado pela ditadura, foi apreendido pelo DOPS. Nele, constava que Roberto foi “retirado do DOI, (...) em seguida, foi levado ao Viaduto do Chá, no Vale do Anhangabaú, e de lá foi lançado pelos torturadores”.

Havia também uma ficha do próprio Roberto Macarini, onde afirmava que havia sido torturado por uma equipe do Exército por dois dias seguidos.

A informação foi corroborada pela Comissão da Verdade, segundo a qual, no dia 28, já bastante debilitado pela tortura, Roberto foi retirado da OBAN e levado para o Viaduto do Chá, onde supostamente teria um “ponto” marcado com militantes da VPR. Dali, foi atirado rumo ao nada, por volta das 9h da manhã. Segundo a versão dos órgãos de segurança, Roberto se jogou do alto do viaduto e teve morte instantânea. Teria, portanto, cometido suicídio.

Um relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, confirma a versão inicial de suicídio. Entretanto, a certidão de óbito de Roberto Macarini foi registrada no dia 18/04/1970, 11 dias antes da data do alegado suicídio. O laudo de necropsia, apontando como causa de morte lesões e choque



Foto: Memorial da Resistência

traumático no crânio, foi assinado em 29/04/1970 pelos médicos legistas Samuel Haberkorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha e assinalado com um T de “terrorista”.

Roberto Macarini foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, por seus familiares. Seu nome consta do Dossiê ditadura: Mortos e Desaparecidos no Brasil (1964-1985), organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

VITORINO ALVES MOITINHO

“BRANCO” – “DOIDO”

Vitorino Alves Moitinho, nasceu em Poções (BA), em 03/01/1949. Na Bahia, além de estudante, foi bancário e operário – trabalhou como riscador de giz em uma fábrica. Em 1969, no curso de vestibular, conheceu militantes clandestinos do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). No mesmo ano, abandonou os estudos e seus empregos na Bahia, ingressou no PCBR e mudou-se para o Rio de Janeiro.

No Rio, trabalhou e tornou-se líder operário no estaleiro Caneco, no Caju, um complexo de indústrias responsáveis pela construção de navios para o Brasil e para a exportação. Por sua liderança no estaleiro e por sua militância política no PCBR, onde atuava usando os codinomes “Branco” ou “Doido”, Vitorino passou por vários processos e foi preso pela ditadura.

Sua primeira prisão ocorreu em 1972. Interrogado por mais de três horas no Quartel do Primeiro Batalhão de Guardas, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, pelo tenente coronel Mario Vital Guadalupe Montezuma, sob tortura Vitorino teria afirmado que não se arrependia de sua militância “consciente” no PCBR, orga-

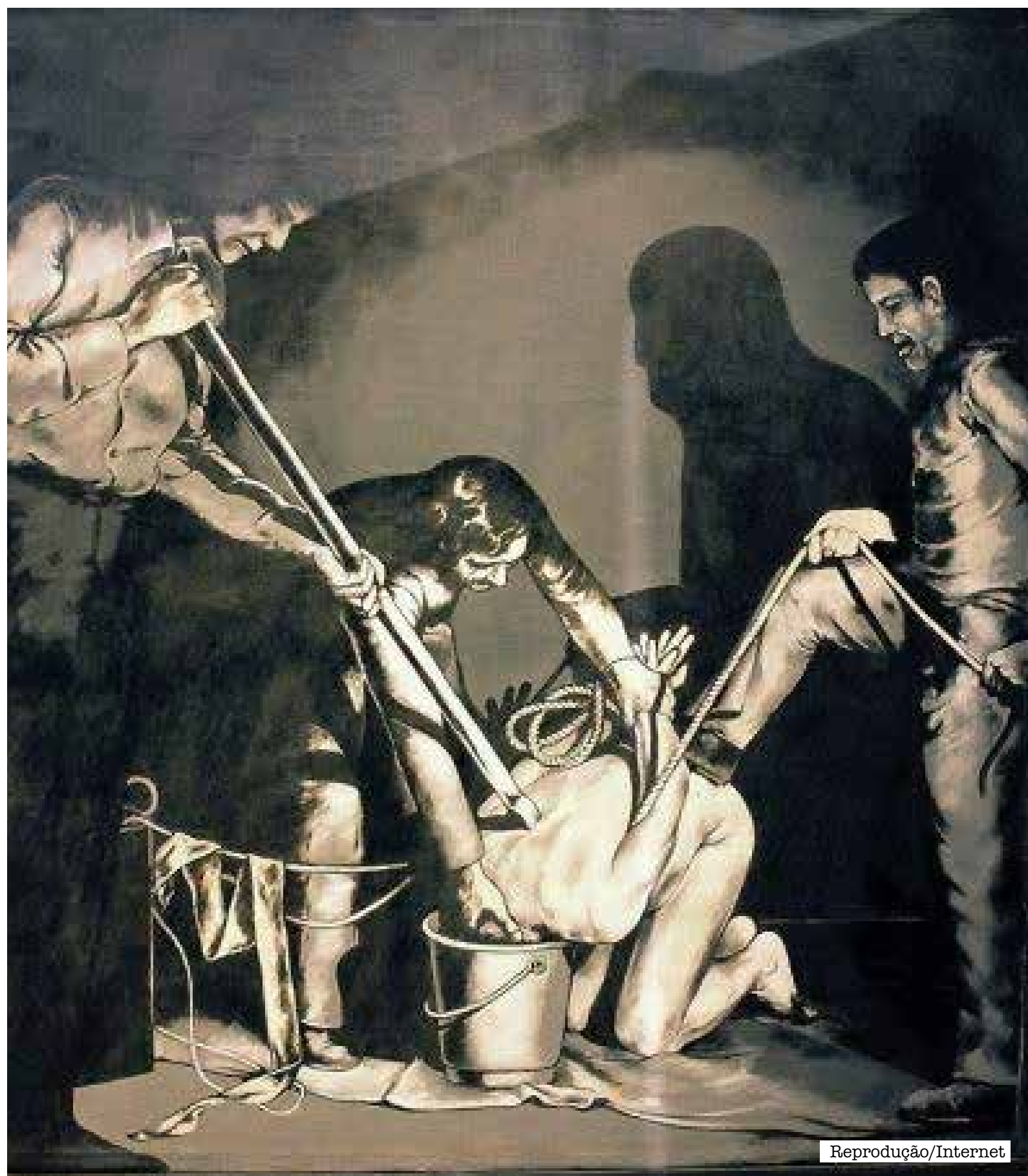
nização considerada ilegal e clandestina. Solto em 01/12/1972, passou a viver na clandestinidade.

Apenas em 1990, com a abertura dos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro, relatórios da Marinha e do Exército relatam que Vitorino morreu carbonizado dentro de um carro, em 27/10/1973, junto com outros três militantes do PCBR – Ranúcia Alves Rodrigues, Ramires Maranhão do Valle e Almir Custódio de Lima, na operação conhecida como “Chacina da Praça da Sentinela” ou “Massacre de Jacarepaguá”, comandada por agentes do DOI/CODI do I Exército.

O corpo de Vitorino teria dado entrada no Instituto Médico Legal (IML) como desconhecido e carbonizado, no dia 27 de outubro, e, no mesmo dia, teria sido enterrado clandestinamente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, subúrbio da Leopoldina, no Rio de Janeiro, juntamente com Ramiro Maranhão do Vale. Entretanto, como seus restos mortais nunca foram identificados e reconhecidos, Vitorino Alves Moitinho consta da lista de desaparecidos políticos da ditadura militar de 1964-1985.



Foto: Memorial da Resistência



Reprodução/Internet

GILNEY VIANA: MEMÓRIAS DE UM SOBREVIVENTE

Os primeiros anos da década de 1960 foram anos revolucionários, marcados pelo forte protagonismo político, social e cultural da classe trabalhadora, com os bancários na primeira linha de frente.

Quem viveu se lembra: da charanga dos Bancários durante as campanhas salariais; do lema “Reforma Agrária na Lei ou na Marra” dos camponeses no Congresso Unitário de 11/1971, em Belo Horizonte; da Campanha da Legalidade, que derrotou a tentativa de golpe de 1961 e garantiu a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia do presidente Jânio Quadros.

Da primeira greve nacional dos bancários em setembro de 1962; da criação do Comando Geral dos Trabalhadores CGT) no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores, em agosto de 1962; da Greve dos 700 Mil, em outubro de 1962, em São Paulo; do Centro Popular de Cultura da UNE; Da agitação nos colégios e universidades.

Da pluralidade de partidos políticos de esquerda, proibidos por lei, mas exercendo a “legalidade de fato” e, porque não dizer, da mobilização dos praças das Forças Armadas; e, finalmente, do grande comício de 13/03/1964, no Rio de Janeiro, em defesa da democracia.

Quem não viveu pode apreender através da literatura, das teses acadêmicas, das músicas e das peças teatrais, mas também pelos depoimentos dos que viveram e lutaram naquela época. Revisitar as memórias daquele tempo é, portanto, fundamental para entender a dimensão do que ocorreu no período posterior ao golpe.

O golpe de 01/04/1964 depôs o presidente eleito pelo povo e instaurou a ditadura militar, quebrando, pela repressão policial e militar, a curva ascendente das lutas e conquistas populares.

O Congresso Nacional foi fechado, com as cassações de mandatos eletivos. Ao mesmo tempo, veio a intervenção nos sindicatos, nos grêmios e nos

centros acadêmicos, o arrocho salarial, a lei contra greve, a censura, os Atos Institucionais, as prisões, as torturas, os assassinatos e os desaparecimentos políticos.

Os bancários estiveram entre os primeiros atingidos pela repressão. Todos os seus 165 sindicatos, 8 federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) sofreram intervenção. Cerca de 2 mil dirigentes tiveram seus mandatos sindicais cassados e/ou foram demitidos dos seus empregos.

Centenas responderam a Inquéritos Policiais Militares (IPMs), muitos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN), incluindo Aluizio Palhano, presidente da Contec (desaparecido em 21/05/1971) e Adelino Cassis, presidente do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

Diante de tanta violência, a classe trabalhadora foi obrigada a procurar outros caminhos para se organizar. Os bancários, a partir das oposições sindicais e comissões de bancos, retomaram as direções sindicais em Belo Horizonte (1967) e Fortaleza (1968).

Algumas categorias ousaram fazer greves, como os metalúrgicos de Contagem e Osasco e os camponeses de Cabo de Santo Agostinho, em 1968, alargando o espectro social da oposição, cujo pico foi a Passeata dos Cem Mil, no dia 28 de março, no Rio de Janeiro.

A ditadura percebeu o tamanho da derrota política, e apelou para a ação militar e o terrorismo de Estado, criando e intensificando seus centros de tortura, assassinato e desaparecimento (alguns até os dias de hoje) de presos políticos.

Nessa conjuntura, setores da oposição optaram pela resistência armada, nos anos de entre 1969 e 1974. A repressão regou a terra e tingiu o asfalto com o sangue de heróis e heroínas, que merecem respeito.

A ditadura tentou se legitimar com o crescimento econômico que enganou alguns poucos, mas não a maioria do povo, que demonstrou seu descontentamento votando no partido da oposição, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em 1974, indicando uma tendência que obrigou os generais e empresários a repensarem suas estratégias.

Na iminência da derrota nas eleições seguintes, o general Geisel, com respaldo do estamento militar, impôs, em 1977, uma reforma constitucional para forjar uma maioria no Congresso. Dessa forma elegeu, em 1978, o último ditador, general João Figueiredo, para “promover a transição”.

A classe trabalhadora, ao seu modo, pouco a pouco, a partir de pequenas lutas moleculares acumula forças para reaparecer no cenário político, sobretudo com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978, 1979 e 1980, seguidas pelas greves dos bancários e pelas primeiras mobilizações massivas dos camponeses.

As representações da classe trabalhadora assumem a luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita e a Luta por Liberdades Democráticas. A combina-

ção da luta parlamentar e eleitoral com a luta de massas, na Campanha pelas “Diretas Já”, em 1984, tornou irreversível a transição do regime ditatorial para o Estado democrático.

Nesses 60 anos depois do golpe, é preciso rememorar as lutas da classe trabalhadora que fizeram história nas condições que lhes foi possível. É preciso, também, intensificar pesquisas para identificar pessoas, comunidades, segmentos da sociedade, como indígenas, quilombolas, camponeses, religiosos, comunidades de periferia, que foram perseguidas e até agora não foram conhecidas e menos ainda reconhecidas pela Justiça de Transição.

Hoje e sempre: que possamos honrar a memória dos lutadores e das lutadoras que foram perseguidos/as pela ditadura, incluindo os/as 793 bancários/as requerentes da Comissão de Anistia, e as 12 lideranças bancárias reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade como mortas e desaparecidas.

Gilney Viana - Bancário aposentado. Ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte. Ex-preso político, torturado nos porões da ditadura.



Foto: Reprodução/Internet

AS MUITAS FORMAS DE LUTA CONTRA O REGIME MILITAR



O capitão Lamarca dá treinamento de tiro para uma bancária no quartel de Quitaúna (SP).

Foto: Acervo Memorial da Democracia

AÇÃO POLÍTICA: organizações como MR-8, PCBR, AP e a Dissidência de São Paulo (futura ALN) tinham forte influência no movimento estudantil até 1968. Colina e Corrente, em Minas Gerais, VPR, APML e Ala Vermelha, em São Paulo e no Rio de Janeiro, atuaram em sindicatos e fábricas, buscando combinar a luta armada com a organização das massas.

PROPAGANDA ARMADA: Distribuição de panfletos e realização de comícios-relâmpago, com cobertura de militantes armados. Em favelas e bairros pobres, houve distribuição de alimentos tomados de caminhões e supermercados. Pelo menos duas vezes, emissoras de rádio foram tomadas para transmitir manifestos revolucionários.

TREINAMENTO MILITAR: Realizado em sítios e fazendas, em condições precárias. Militantes da ALN e do Molipo receberam treinamento militar em Cuba. Do PCdoB e APML, na China. Em 1970, a VPR manteve no Vale do Ribeira (SP) um campo de treino de guerrilheiros que escaparam ao cerco de 2 mil policiais e militares.

GUERRILHA NO CAMPO: Praticamente todas as organizações planejavam criar focos ou colunas móveis de guerrilheiros na zona rural, mas apenas o PCdoB estabeleceu um núcleo na região do rio Araguaia, onde 64 militantes combateram e foram dizimados pelo Exército entre 1972 e 1974. Duas tentativas do MNR fracassaram, em 1965 e 1967.

EXPROPRIAÇÕES: Assaltos a bancos, carros-fortes e empresas, para arrecadar o dinheiro necessário à manutenção da rede de militantes e para a aquisição de terras para a guerrilha rural. Eram chamadas de “expropriações da burguesia”. A maior delas foi o roubo do cofre do ex-governador Adhemar de Barros, com 2,5 milhões de dólares, em 1969.

CAPTURA DE ARMAMENTO: Assaltos a quartéis, lojas de armas, empresas de segurança; roubos de militares, policiais e vigilantes. Em pedreiras e mineradoras eram obtidos explosivos (dinamite). Também eram “expropriados” automóveis para as ações, máquinas gráficas e equipamentos hospitalares (para socorrer militantes feridos).

SEQUESTRO DE AVIÕES: Utilizados para fazer propaganda política e para permitir a fuga de militantes visados pela repressão. O destino da maioria dos voos sequestrados era Havana. Apenas uma tentativa fracassou, com a morte de um militante em solo.

SEQUESTRO DE DIPLOMATAS: Ações para libertar presos políticos, em troca de diplomatas estrangeiros. Entre 1969 e 1971, quatro ações desse tipo foram bem-sucedidas, permitindo a libertação de 130 prisioneiros, todos banidos do país.

ATENTADOS A BOMBA: Ações de propaganda pouco utilizadas no Brasil, contra quartéis, consulados dos EUA e outros alvos. O de maior impacto foi contra o quartel do 2º Exército em São Paulo (pela VPR, em 1969), que deixou um soldado morto.

JUSTIÇAMENTOS: Pelo menos quatro assassinatos de agentes e colaboradores da repressão: o capitão do Exército dos EUA Charles Chandler, agente da CIA (1968); o industrial Henning Albert Boileisen, financiador da Oban (1971); o delegado Otávio Moreira Jr., torturador (1973); e o comerciante Manoel Henrique de Oliveira, que denunciou clientes da ALN em seu restaurante, assassinados em seguida (1973).

SOLIDARIEDADE: Redes de simpatizantes (familiares, religiosos, políticos ou cidadãos inconformados com a ditadura) apoiavam com socorro médico, esconderijo temporário, organização de fugas, em contatos diplomáticos e na defesa de presos. A manutenção dessas redes era um risco comparti-

lhado entre militantes e apoiadores. Também era comum a solidariedade entre organizações rivais para proteger e salvar militantes.

LUTA TEÓRICA: Além de enfrentar a ditadura, as diversas organizações de esquerda disputavam entre si a liderança política da revolução brasileira. Isso exigia dos dirigentes o estudo exaustivo de livros proibidos; escrever, discutir e divulgar textos teóricos que acabavam servindo como prova de “subversão” nos tribunais militares.



Reprodução/Internet

LUTA ARMADA UM COMBATE DESIGUAL

“Sem tempo para ter medo.”

Carlos Marighella



Marighella assassinado dentro de um fusca na alameda Casa Branca, em São Paulo.
Foto: Acervo Memorial da Democracia

A truculência do golpe militar interrompeu o maior processo de ascensão das forças populares, do campo e da cidade, ocorrido no Brasil antes de 1964.

O projeto de país representado na luta pelas Reformas de Base (agrária, urbana, da economia, da educação) mobilizou milhões de trabalhadores e trabalhadoras Brasil afora, conquistando amplos setores sociais e incendiou a imaginação de artistas e intelectuais.

As razões para que tenha arrebanhado jovens da época estiveram na escalada do autoritarismo a partir do golpe de 1964, na frustração com a políti-

ca institucional e numa conjuntura mundial marcada pela Guerra Fria, lutas anticoloniais, contestação cultural e rebelião da juventude.

Em 48 horas, esse projeto ruiu sem que as lideranças políticas progressistas conseguissem esboçar uma reação organizada ao golpe desfechado pelos principais chefes militares, com o apoio dos grandes grupos econômicos e da maioria dos meios de comunicação, e ativa sustentação do governo dos Estados Unidos.

O combate desigual entre o aparelho militar-policial de repressão e um punhado de organizações socialistas e nacionalistas é um dos capítulos mais

sombrios – e também dos mais heroicos – da resistência à ditadura militar no Brasil.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), que era a maior organização de esquerda, pagou o preço pela frustração. Outras forças, como a Ação Popular, de inspiração católica, e os marxistas do PCdoB e da Política Operária (Polop), acusaram então o PCB de ter ficado a reboque do governo João Goulart, numa linha “pacifista de colaboração de classes”, ao invés de preparar “as massas” para lutar pela Constituição e pelas Reformas de Base.

Nos anos seguintes, a questão da luta armada se tornaria um divisor de águas na esquerda, atraindo também políticos nacionalistas e militares (marinheiros e sargentos, principalmente) atingidos pelo golpe.

No cenário da Guerra Fria, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por movimentos armados de libertação nacional que levaram governos populares e socialistas ao poder na Argélia, no Congo, em Cuba. No Vietnã, com apoio da China, o governo comunista do Norte e o exército popular vietcongue enfrentavam o poderoso exército dos EUA.

As teses de Frantz Fanon, sobre a revolução argelina; de Mao Tsé-tung e Ho Chi-Minh, sobre a Guerra Popular, e de Ernesto Che Guevara, sobre o foco guerrilheiro cubano, influenciavam a esquerda ao redor do mundo.

Guerrilha e revolução eram palavras comuns no noticiário internacional, que também mostrava a luta dos negros pelos direitos civis nos EUA e os grandes protestos estudantis contra a invasão do Vietnã.

Tudo isso num ambiente em que a juventude mundial se rebelava abertamente contra as estruturas tradicionais: a explosão do rock, a liberdade sexual incentivada pelo lançamento da pílula anti-concepcional, o movimento hippie e a contracultura. O mundo estava em ebulição política, social e de costumes.

Em 1964, militares e políticos ligados ao ex-governador Leonel Brizola, exilado no Uruguai, criaram o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Com apoio cubano, o MNR lançou, em 1965, a primeira guerrilha contra a ditadura.

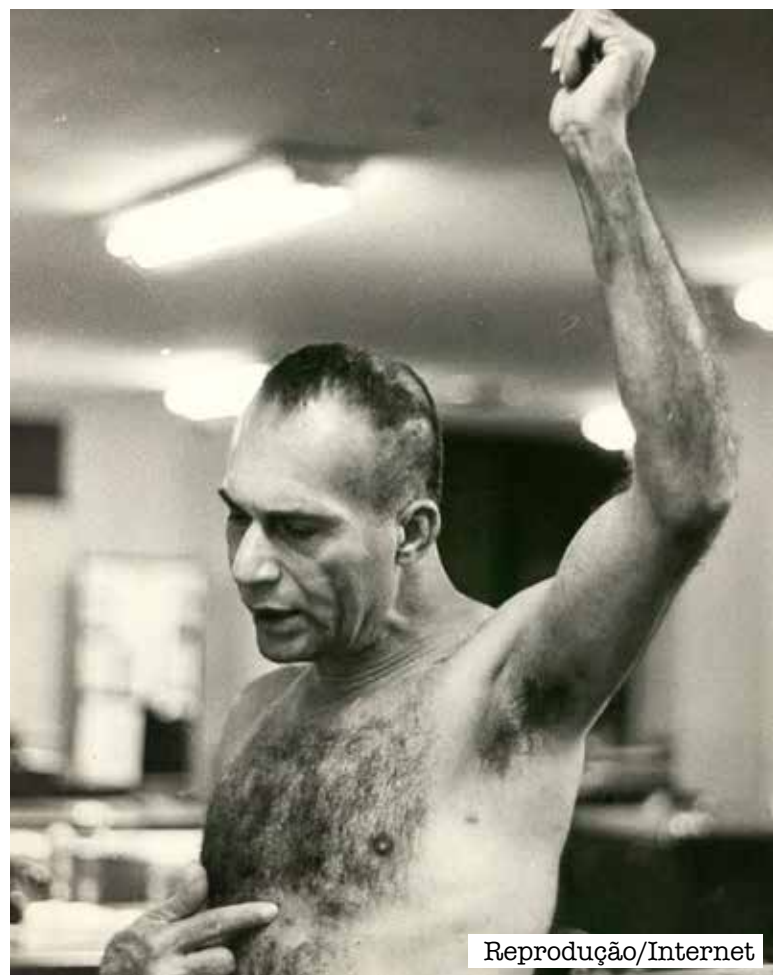
A entrada oficial da esquerda brasileira na luta armada se dá a partir de 1967, quando foi criada em Cuba a Organização Latino-Americana de Soli-

dariedade (OLAS). O ex-deputado comunista Carlos Marighella, que estava rompendo com o PCB, participa do Congresso da OLAS e recebe apoio para preparar a guerrilha rural. A Ação de Libertação Nacional (ALN), como o grupo marighelista passaria a se chamar, faz os primeiros assaltos a bancos em São Paulo e envia militantes para treinar em Cuba.

As dissidências do PCB na Guanabara (DI-GB, futuro MR-8) e em Minas Gerais (Corrente, braço da ALN) também tomariam o caminho das armas.

Um terceiro grupo fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A influência da OLAS dividiu as bases da Polop, que criaram, em Minas, o Comando de Libertação Nacional (Colina) e, em São Paulo, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Também em 1967, a Ação Popular adotou a tese maoísta da guerra popular prolongada e passaria a se chamar Ação Popular Marxista-Leninista (APML). O PCdoB estava na linha chinesa desde 1962.



Reprodução/Internet

O ABC DAS TORTURAS



Reprodução/Internet

O relatório da Comissão da Verdade registra que, com base nos documentos da ditadura e em depoimentos de ex-presas e ex-presos, os principais métodos de tortura física utilizados pelo regime do golpe foram:

AFOGAMENTO: Derramava-se água ou água misturada com querosene ou amoníaco pelo nariz da vítima, já pendurada de cabeça pra baixo. Outra forma era vedar as narinas e despejar a água por uma mangueira introduzida na boca do preso ou da presa.

ANIMAIS NO CORPO: A exposição a cães, ratos, jacarés, cobras e baratas, que eram lançados contra o torturado ou mesmo introduzidos no ânus e na vagina.

CADEIRA DO DRAGÃO: Cadeira pesada, na qual a vítima era presa pelos membros, com uma trava empurrando para trás as suas pernas. Choques elétricos eram aplicados, forçando espasmos e intensificando o efeito da descarga elétrica. Também era comum se cobrir a cabeça com um balde de lata para aplicar choques nessa parte do corpo.

CHOQUE ELÉTRICO (MARICOTA): Aplicação de descargas elétricas em partes sensíveis do corpo, como o pênis e o ânus. Amarrava-se um polo no primeiro e introduzia-se outro no segundo; ou amarrava-se um polo nos testículos e outro no ouvido; ou ainda, nos dedos dos pés e mãos, na língua etc. A gradação do choque era controlada por uma manivela acoplada a um gerador (maricota).

CHURRASQUINHO: Queimavam-se partes do corpo com a chama de um maçarico, ou mesmo com a brasa de cigarros; ateavam-se fogo em partes do corpo do preso previamente encharcadas com álcool.

COROA DE CRISTO: Em torno do crânio da pessoa torturada era colocada uma fita de aço, apertada por meio de um torniquete, aumentando gradativamente a pressão. Assim foi morta Aurora Maria Nascimento Furtado, da ALN.

CORREDOR POLONÊS: A pessoa presa era agredido em meio a uma roda de torturadores, com socos, pontapés, golpes de caratê, pedaços de pau, ripas de madeira, cassetetes, mangueiras de borracha ou tiras de pneu.

CRUCIFICAÇÃO: Consistia em pendurar a vítima pelas mãos ou pés amarrados, em ganchos presos no teto ou na escada, aplicando choques elétricos, palmatória e outras torturas.

DANÇA DAS LATAS: O preso ou a presa era obrigado a se equilibrar, com os pés descalços, sobre as bordas pontiagudas de duas latas abertas. Os pés sangravam, a vítima se desequilibrava e, quando caía, intensificavam-se os espancamentos.

ENFORCAMENTO: A pessoa presa tinha o pescoço apertado com uma corda ou tira de pano, provocando sensação de asfixia e desmaios.

GELADEIRA: A vítima era colocada em uma cela escura e baixa, com paredes forradas de placas isolantes, que alternava temperaturas baixas com altas. No teto acendiam-se às vezes, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, enquanto um alto-falante emitia sons de gritos e buzinas em altíssimo volume (técnica britânica de tortura psicológica).

INJEÇÃO DE ÉTER: Aplicação de injeções subcutâneas de éter, que provocava dores lancinantes. Normalmente necrosava os tecidos atingidos.

PALMATÓRIA: Uma haste de madeira, com perfurações na extremidade, era usada para espancar na região das omoplatas, planta dos pés e palma das mãos e nádegas. A tortura causava o rompimento de capilares sanguíneos, derrames e inchaço que impediam a vítima de caminhar e de segurar qualquer objeto.

PAU DE ARARA: A pessoa presa ficava suspensa por um travessão de madeira ou metal, com os braços atados aos pés e a cabeça voltada para baixo. A pressão sobre as articulações chegava a ser insuportável. Nesta posição, outros métodos de tortura eram aplicados, como afogamento, palmatória, sevícias sexuais e choques elétricos, entre outros. Trata-se de um método de tortura que era empregado no Brasil para punir escravos.

PRODUTOS QUÍMICOS: Jogava-se ácido sobre o corpo da vítima; aplicava-se álcool sobre partes feridas, ligando-se em seguida um ventilador. Também se usava aplicar barbitúricos (pentotal) por via intravenosa.

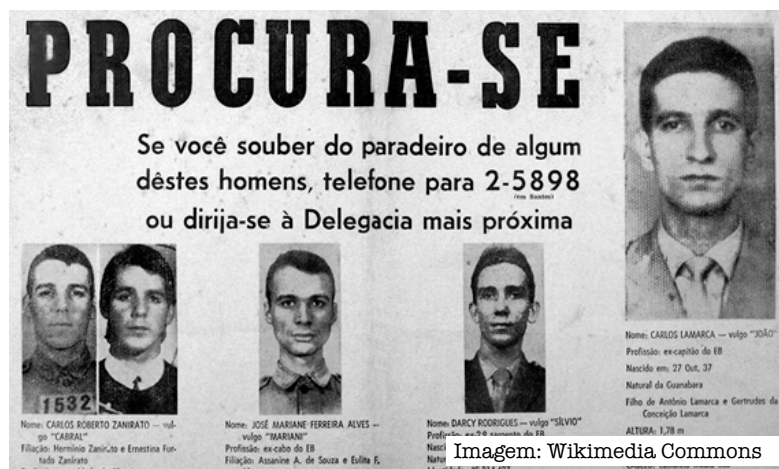
SUFOCAMENTO: A boca e o nariz da pessoa presa eram tapados com pano ou algodão, produzindo uma terrível sensação de asfixia.

TELEFONE: Era dada uma pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos da vítima ao mesmo tempo. Podia levar ao rompimento dos tímpanos e até a surdez permanente.



Reprodução/Internet

A GUERRILHA URBANA



Quando adotaram as teses da luta armada, as organizações de esquerda perseguidas pela ditadura, passaram a atuar na clandestinidade. As primeiras ações, de “expropriação” e propaganda, em 1967 e 1968, foram relativamente ofuscadas pelos movimentos de massa, como as greves de trabalhadores de Contagem (MG) e Osasco (SP) e protestos estudantis, culminando na Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968. Diante da reivindicação por democracia, a ditadura radicaliza o arbítrio e, em 13 de dezembro, edita o AI-5, conferindo poder absoluto aos chefes militares.

Sem qualquer espaço para a ação política – Congresso Nacional fechado, censura total, manifestações proibidas e prisões sem habeas corpus – as organizações fazem de 1969 o grande ano da guerrilha urbana. Em janeiro, o capitão Carlos Lamarca integra-se à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e deixa o quartel de Quitaúna, em São Paulo, levando 64 fuzis FAL e pesada munição.

Em julho, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) arrebatou, no Rio, um cofre com US\$ 2,5 milhões do ex-governador Ademar de Barros. Em setembro, um comando da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) sequestra no Rio o embaixador dos EUA, Charles B. Elbrick, trocado por 15 presos políticos.

O sequestro do embaixador, na semana da Pátria, teve repercussão mundial e humilhou a junta mili-

tar que governava o país desde que o general-presidente Costa e Silva sofrera um derrame, em agosto.

Em outubro, os militares se reunificam em torno do general Emílio Médici, que anuncia “repressão dura e implacável”. A perseguição aos chamados “terroristas” é mesmo implacável. Em novembro, Carlos Marighella cai numa cilada do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e é assassinado na alameda Casa Branca, em São Paulo.

Para conhecer e dismantlar os grupos armados, a repressão recorre sistematicamente à tortura de presos e presas, não raro diante de filhos/as pequenos/as e esposas ou maridos.

Os centros de tortura mais conhecidos eram a Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo, financiada por empresários, e o quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro.

As primeiras mortes na tortura eram disfarçadas como suicídios, tiroteios e atropelamentos. Em dezembro de 1969, Virgílio Gomes da Silva, o Jonas da ALN, foi assassinado e enterrado como indigente. Foi o primeiro “desaparecido” de uma longa lista.

Fragilizada por mortes e prisões, a partir de 1970 a guerrilha enfrenta a repressão unificada sob comando do Exército no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Acuado, concentra-se em libertar presos.

Em sucessivos sequestros, o cônsul japonês em São Paulo, o embaixador da Alemanha e o embaixador da Suíça foram trocados por 125 presos, todos banidos do país. Uma Frente Armada reuniu sobreviventes da ALN, VPR, MR-8, MRT, Rede e PCBR em ações desesperadas, que facilitaram a atividade da repressão.

Em 1971 a luta armada era uma guerra perdida pela esquerda, do ponto de vista militar e político. Carlos Lamarca, enfermo, seria assassinado em setembro, num cerco militar no sertão baiano. Militantes que regressavam de Cuba eram espionados e assassinados ao entrar no Brasil.

A ordem do ministro do Exército, Orlando Geisel, era liquidar os remanescentes, o que se fazia nas “casas da morte”: em Petrópolis (RJ) e num sítio no interior de São Paulo.

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Em meio à desesperança com os militares no poder, um movimento armado, unindo jovens da classe média urbana e trabalhadores/as rurais sem-terra, tomou forma na região do Bico do Papagaio, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins e dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás (na região pertencente hoje a Tocantins).

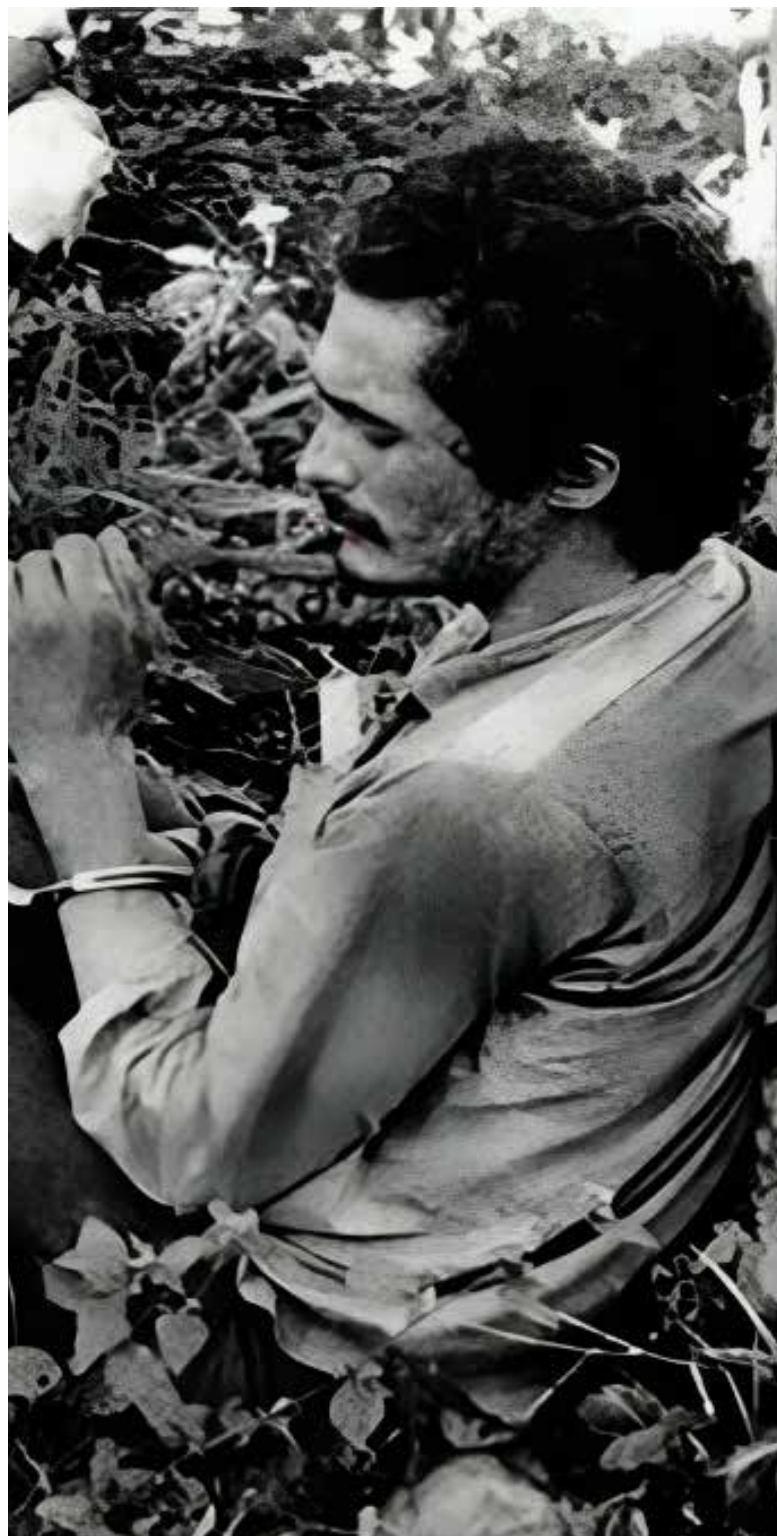
Organizado pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e tendo por inspiração as revoluções Chinesa e Cubana, o movimento, que passou para a história conhecido como a “Guerrilha do Araguaia”, mobilizou 10 mil homens das Forças Armadas, em três campanhas militares e diversas operações de inteligência, para capturar e matar 72 guerrilheiros/as, entre os anos de 1972 e 1974.

Embora os combates do Exército no Araguaia tenham começado em abril de 1972, jovens vindos/as de várias partes do país começaram a chegar na área por volta de 1966, para mobilizar a população local contra o regime militar.

O foco da guerrilha ficou concentrado nos municípios de São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina, todos no estado do Pará; e nos municípios de Xambioá e Araguatins, no hoje estado do Tocantins.

Tendo por principais comandantes os coronéis Curió e Nilton Cerqueira, as principais operações militares contra a Guerrilha do Araguaia foram: Operação Papagaio, Operação Sucuri e Operação Marajoara. Da sanha assassina dessas operações, sobreviveram menos de 20 guerrilheiros/as, incluindo o ex-deputado federal e militante do PT (Partido dos Trabalhadores), José Genoino.

Não se conhece nenhuma história de traição ou de covardia na Guerrilha do Araguaia. Determinados/as a não se fazer prisioneiros/as, quem foi preso/a resistiu até a morte, e morreu lutando. E a pouquíssima gente que se salvou continuou na luta contra a ditadura e pela democracia, integrando-se ao movimento pela Anistia e pela redemocratização, participando de sindicatos e dos movimentos sociais, da frente de oposições, do MDB e, a partir dos anos 1980, dos novos partidos: PCdoB, PDT, PMDB, PSB e PT.



José Genoino - Capturado e preso pelo Exército na Guerrilha do Araguaia. Foto: Memorial da Democracia.



Memorial da Resistência

UMA BANCÁRIA E QUATRO BANCÁRIOS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA



“Amaury”



“Cazuza”



“Peri”



“Vitor”

Uma bancária, “Rosa”, e quatro bancários – “Amaury”, “Cazuza”, “Pery” e “Vitor” – fizeram parte do grupo de 80 guerrilheiros e guerrilheiras que lutou até a morte contra as tropas do Exército brasileiro na Guerrilha do Araguaia.

“Rosa” era carioca. “Cazuza” era pernambucano. “Amaury”, “Pery” e “Vitor” eram mineiros. Seus nomes estão entre aspas porque esses eram, em verdade, apelidos ou codinomes, pois os/as militantes da guerrilha escondiam suas identidades. “Rosa” e seus quatro camaradas fazem parte da lista dos/as 72 mortos/as e desaparecidos/as nas matas do Sul do Pará.

“Amaury” era Paulo Roberto Pereira Marques. Nasceu em 1949, em Pains, município próximo da fronteira de Minas com Goiás, onde estão as nascentes do rio Araguaia. Estudou e se tornou bancário em Belo Horizonte. Em 1968, liderou uma greve da categoria. Foi demitido e enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN). Para não ser preso, fugiu e montou uma farmácia na cidade de Palestina, Pará, já em preparo para a luta armada. Morreu em combate com tropas do Exército em fins de 1973.

“Cazuza” era Miguel Pereira dos Santos. Nasceu na cidade do Recife, em 1949. Aos 11 anos foi com a família para São Paulo, onde logo ficou órfão de pai. Fez o colegial e trabalhou como bancário. Esteve na China para treinamento militar, como muitos outros guerrilheiros e muitas outras guerrilheiras que participaram da luta armada no Araguaia. Foi metralhado por um pelotão do Exército em 20/09/1972.

“Rosa” era Maria Célia Correia. Nasceu em 1945, no Rio de Janeiro. Completou o segundo grau, iniciou o curso de Filosofia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e trabalhou como bancária. Ela e seu marido, João Carlos Wineski, ambos do PCdoB, se mudaram para o Pará, para participar da guerrilha. Após algum tempo, João Carlos resolveu ir embora. “Rosa” permaneceu no campo de batalha. Foi vista pela última vez em uma delegacia de polícia de São Domingos, na região conflagrada, em janeiro de 1974. Dali, foi levada por um pelotão do Exército, e sumiu.

“Peri” era Pedro Alexandrino de Oliveira. Nasceu em Belo Horizonte, em 1947. Em BH, se envolveu com movimentos políticos e foi preso em março de 1969. Liberado, passou o Natal com a família e desapareceu. Tinha ido embora rumo ao Araguaia, junto com a companheira “Tuca”. Morreu em Xambioá, no lado então goiano do Araguaia, em 04/08/1974.

“Vitor” era José Toledo de Oliveira, mineiro de Uberlândia, nascido em 1941. Mudou-se jovem para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito, mas optou pela profissão de bancário. Em 1969, foi preso por um ano. Ao sair, partiu para o Araguaia, onde se juntou ao movimento que se organizava no Sul do Pará. Morreu em conflito com as forças do Exército, em 29/09/1972.

Fontes: Jaime Sautchuk, “Bancários no Araguaia”. Revista Extratos, 2015. (<https://bancariosdf.com.br/>). Memorial da Resistência (<https://memorial-da-resistencia.org.br/>).

OS MUITOS NOMES DA RESISTÊNCIA: AS DISSIDÊNCIAS DO PCB



Zilda Xavier Pereira - Líder da ALN - Foto: Acervo Família.

SIGLA	NOME	HISTÓRIA	LIDERANÇAS	PERDAS
ALN	Aliança Libertadora Nacional	Dissidência do PCB em São Paulo. Liderada por Carlos Marighella, foi o primeiro e mais atuante grupo da luta armada no Brasil. Adotou a luta armada em 1967 e o nome ALN em 1968. Desorientou a polícia em assaltos a bancos e ao trem pagador Santos-Jundiaí. Sob o lema "A ação faz a vanguarda", Marighella criou grupos "táticos" independentes e escreveu o "Minimanual do Guerrilheiro Urbano". Enviou três grupos para treinamento em Cuba. Em 1969, tomou a estação da Rádio Nacional e transmitiu uma fala gravada de Marighella, anunciando a guerrilha rural. Marighella foi morto a tiros por agentes do DOPS, em São Paulo, em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, em 04/11/1969. O último coordenador da ALN, Luiz José da Cunha, foi morto em 1973.	Carlos Marighella Carlos Eduardo Fleury Carlos Eugênio Paz Joaquim Câmara Ferreira Luiz José da Cunha Marco Antônio Braz de Carvalho, o Marquito Rolando Fratti Zilda Xavier Pereira	53 mortos e desaparecidos
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro	Nome adotado pela Dissidência do PCB da Guanabara em setembro de 1969, durante o sequestro do embaixador Charles Elbrick, em ação com a ALN. Originalmente este nome, alusivo à data da morte de Che Guevara, era usado pela Dissidência de Niterói, desarticulada pela repressão. No início de 1971, o capitão Carlos Lamarca ingressou no MR-8. Em setembro, ele seria cercado e assassinado pelos órgãos de segurança no sertão da Bahia. A direção do MR-8 transferiu-se para o exílio, onde fez autocrítica da luta armada, retornando clandestinamente ao Brasil a partir de 1973 para atuar no movimento estudantil e operário e no PMDB.	Carlos Alberto Muniz Carlos Lamarca Cláudio Torres Cid Benjamin Daniel Aarão Reis Franklin Martins Sérgio Rubens Torres Stuart Angel Jones	11 mortos 4 desaparecidos
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário	Organizou a "Corrente Revolucionária" em vários Estados até se constituir como partido, em 1968. Liderado por dirigentes históricos do PCB, contestava tanto o "pacifismo" do partido pai quanto o "militarismo" de Marighella. Fez o primeiro e fracassado assalto a banco no Rio de Janeiro, no final de 1969. Em janeiro de 1970 quase toda a direção foi presa e o líder Mário Alves assassinado no quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro. O PCBR foi liquidado em 1973.	Apolônio de Carvalho Jacob Gorender Mário Alves	11 mortos 4 desaparecidos
CORRENTE		Corrente Revolucionária do PCB em Belo Horizonte. Braço da ALN em Minas. Tinha presença nas entidades de servidores públicos, bancários e metalúrgicos.	Mário Zanconato	
MOLIPO	Movimento de Libertação Popular	Dissidência da ALN formada em 1971 por 28 militantes que faziam treinamento em Cuba e voltaram ao Brasil sem consultar a direção. Em 1972, quase todos tinham sido assassinados, provavelmente denunciados por um agente infiltrado da repressão.	Antônio Benetazo Jeová Assis Gomes Carlos Eduardo Pires Fleury Ruy Carlos Berbert	19 mortos e desaparecidos
M3G	Marx, Marighella e Guevara	Pequeno destacamento da ALN que atuou em Porto Alegre em 1970, participando de ações com a VAR-Palmares.	Edmur Péricles de Camargo	3 mortos

A LINHA CHINESA



João Amazonas – Fundador do PCdoB
Foto: Fundação Maurício Grabois

SIGLA	NOME	HISTÓRIA	LIDERANÇAS	PERDAS
PCdoB	Partido Comunista do Brasil	Dissidência do PCB desde 1962, alinhou-se ao Partido Comunista da China (PCC) e adotou a tese da guerra popular prolongada, o “cerco da cidade pelo campo”. Desde 1966 enviou militantes treinados na China para o rio Araguaia, entre o Pará e o atual Estado do Tocantins. Entre 1972 e 1974 o Exército capturou e matou 64 membros da guerrilha do Araguaia, dados como “desaparecidos”. Em 1976 três dirigentes do partido foram assassinados por agentes do Dops e do DOI-Codi numa casa no bairro da Lapa, em São Paulo. A chacina da Lapa conduziu o ciclo de assassinatos da ditadura.	Diógenes Arruda João Amazonas Maurício Grabois Pedro Pomar	68 mortos e desaparecidos
PCdoB – Ala Vermelha	PCdoB – Ala Vermelha	Dissidência do PCdoB formada em 1967, a Ala Vermelha atuou no Centro-Sul, realizando assaltos a bancos para financiar a Guerrilha do Araguaia. Em 1974, seus remanescentes fizeram autocritica da luta armada.	Derly de Carvalho Diniz Cabral Filho Hélio Cabral Tarzan de Castro	
PCR	Partido Comunista Revolucionário	Dissidência do PCdoB formada no Nordeste, em 1966. Incendiou canaviais e sabotou usinas de açúcar. Desarticulado em 1973, reapareceu em 1978, no movimento estudantil do Recife.	Amaro Luís de Carvalho, o Capivara	4 mortos
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes	<u>Dissidência da Ala Vermelha formada em 1969. Participou da Frente Armada em 1970 e foi liquidado em 1971.</u>	Devanir José de Carvalho Plínio Peterson Pereira	4 mortos

A EX-ESQUERDA CRISTÃ

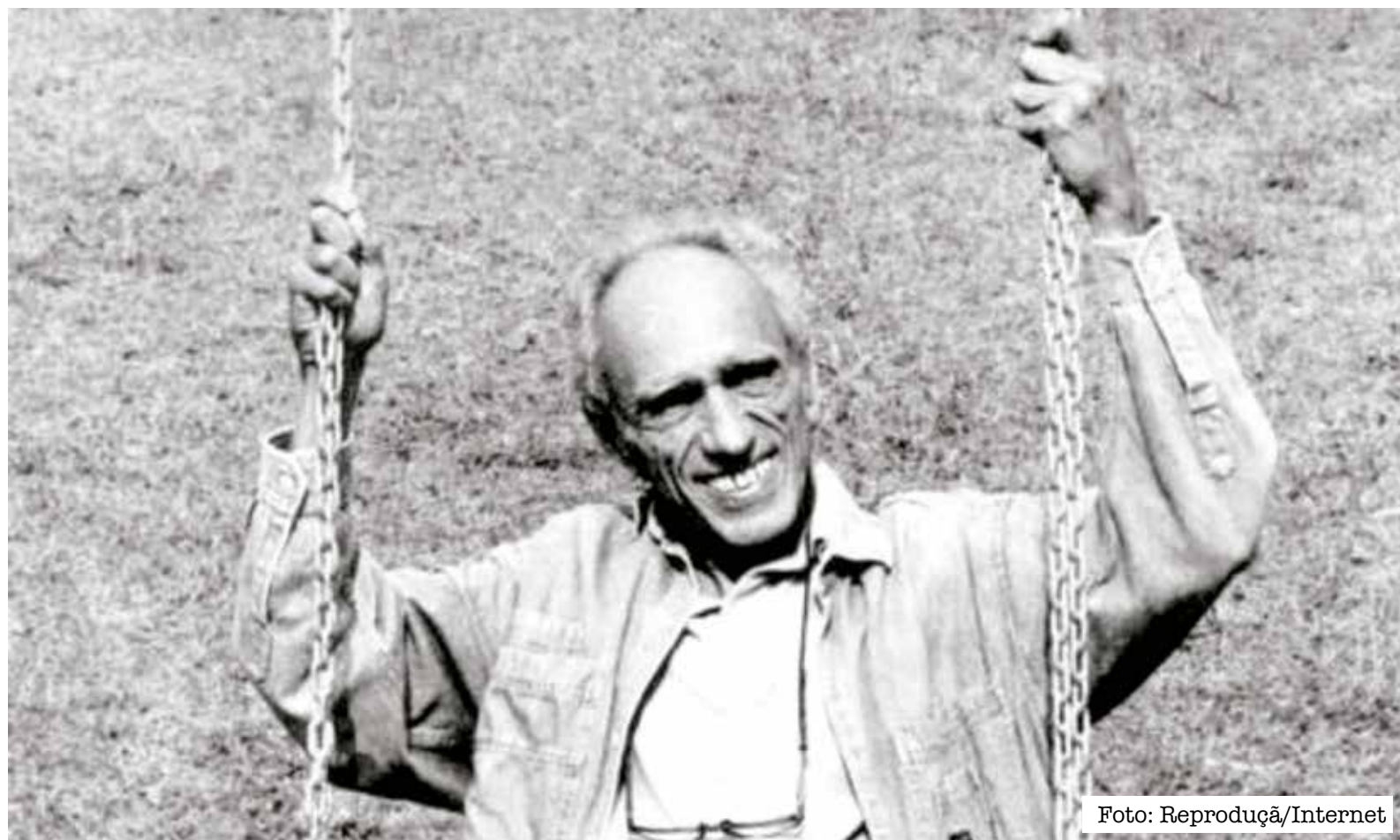


Foto: Reprodução/Internet

SIGLA	NOME	HISTÓRIA	LIDERANÇAS	PERDAS
APML	Ação Popular Marxista Leninista	Denominação da Ação Popular (AP) a partir de 1971, quatro anos depois de ter adotado oficialmente o marxismo, na linha maoísta do Partido Comunista Chinês. Militantes de classe média foram "proletarizados", trabalhando como empregados em fábricas e no campo. Em 1973 a maioria da direção da APML integrou-se ao PCdoB. Um grupo liderado por Paulo Wright e Jair Ferreira de Sá manteve a denominação APML, que atuou no movimento estudantil até a década de 1980.	Herbert José de Souza (Betinho) Honestino Guimarães Jair Ferreira de Sá José Carlos da Matta Machado Paulo Wright	10 mortos e desaparecidos
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores	Dissidência da AP, formada em 1969. Rejeitou o maoísmo e recebeu ex-militantes da Polop e do PCB, como o líder camponês da Guerrilha de Trombas e ex-deputado de Goiás, José Porfírio de Souza. Desmobilizado em 1970.	José Porfírio Padre Alípio Vinícius Caldeira Brandt	1 morto

OS HERDEIROS E AS HERDEIRAS DA POLOP



Iara Iavelberg – Assassinada pela ditadura
Foto: Memorial da Resistência

SIGLA	NOME	HISTÓRIA	LIDERANÇAS	PERDAS
COLINA	Comando de Libertação Nacional	Dissidência da Polop formada em Minas, em 1967. Primeiro grupo a assumir a autoria de assaltos a bancos. Em 1969, fundiu-se à VPR para formar a VAR-Palmares.	Ângelo Pezzutti Apolo Heringer Lisboa Carlos Alberto Soares de Freitas Jorge Batista Juarez Guimarães Britto	2 mortos
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária	Dissidência da Polop organizada em São Paulo, em 1967. Atraiu sargentos e marinheiros punidos pela ditadura, além do capitão Carlos Lamarca. Em 1968 explodiu um carro-bomba no portão do QG do 2º Exército no Ibirapuera. Após breve fusão com a Colina, reorganizou-se como VPR e criou um campo de treinamento no Vale do Ribeira, de onde 17 militantes escaparam ao cerco de 2 mil policiais e militares. Em 1970, o grupo comandou três sequestros de diplomatas, trocados pela libertação de 115 presos políticos. Em 1973, seis militantes da VPR foram assassinados numa chácara no Recife, delatados pelo Cabo Anselmo, ex-líder dos marinheiros que se tornara informante da repressão. Entre as vítimas da chacina estava a paraguaia Soledad Barred Viedma, grávida de Anselmo. A organização se dissolveu.	Carlos Lamarca Iara Iavelberg, Inês Etienne Romeu José Ibrahim Juarez Britto Ladislau Dowbor Maria do Carmo Britto Onofre Pinto Roberto Espinosa	37 mortos e desaparecidos
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares	Fusão de VPR e Colina em 1969. Tendo por principais líderes Carlos Alberto Soares, Carlos Franklin Araújo e Roberto Espinosa, foi responsável pelo roubo do cofre do ex-governador Adhemar de Barros, com US\$ 2,5 milhões, um recorde mundial nas expropriações. Manteve o nome VAR-Palmares após a recriação da VPR e defendeu o recuo da luta armada. Grupo da jovem Dilma Rousseff, vinda do Colina e presa em 1970. Em 1971 o dirigente Carlos Alberto Freitas foi preso, assassinado e dado como desaparecido. O último dirigente da VAR-Palmares, James Allen Luz, foi encontrado morto em março de 1973.	Carlos Alberto Soares Carlos Franklin Araújo Roberto Espinosa	13 mortos e 4 desaparecidos
REDE	Resistência Nacionalista Democrática e Popular	Pequeno destacamento da VPR, atuou em 1969. Em 1970, atuando na ALN, seu líder, Bacuri, foi preso e torturado. Morreu 109 dias depois.	Eduardo Collen Leite (Bacuri)	
POC	Partido Operário Comunista	Fusão realizada em 1967 entre o setor da Polop contrário à luta armada imediata e a Dissidência Leninista do PCB do Rio Grande do Sul. Associou-se ao Exército Revolucionário do Povo (Montoneros), na Argentina, e ao Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), no Chile.	Flavio Koutzii Marco Aurélio Garcia	2 mortos no Brasil 2 na Argentina 2 no Chile
MCR	Movimento Comunista Revolucionário	Dissidência do POC, realizou ações de expropriação em Porto Alegre, em 1970, em parceria com a VPR.	Antonio Sales Carlos Alberto Tejera de Ré Paulo Radtke	1 morto



Foto: Memorial da Democracia

OS MILITARES NACIONALISTAS

SIGLA	NOME	HISTÓRIA	LIDERANÇAS	PERDAS
MNR	Movimento Nacional Revolucionário	Constituído inicialmente no Uruguai, por militares atingidos pelo golpe de 1964 que se reuniam em torno do ex-governador Leonel Brizola. Em 26/03/1965, uma coluna de 21 membros do MNR, liderada pelo coronel Jefferson Cardim Osório, tomou a cidade de Três Passos, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. A coluna marchou até o interior do Paraná, onde foi capturada pelo Exército. O MNR teve apoio militar e financeiro do governo de Cuba, mas o fracasso de uma segunda tentativa, na Serra do Caparaó (entre Minas e Espírito Santo), em 1967, encerrou o projeto militar de Leonel Brizola. Militantes do MNR integraram-se à VPR, à Colina e ao PCBR.	Bayard Boiteux Flávio Tavares Jefferson Cardim Leonel Brizola Thiago de Mello	10 mortos
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março	Foi criado no Uruguai em 1965 por um ex-integrante do PCdoB e do MNR. Fez parte da guerrilha do Caparaó e atuou no Sul do país até 1970, apoiando grupos de esquerda. O nome era uma referência à data da tomada de Três Passos pelo coronel Jefferson Cardim.	Paulo Mello Milton Soares de Castro	
FLN	Frente de Libertação Nacional	Agrupamento formado no Rio, em 1969, por remanescentes do MNR e MR-26, em torno do coronel Joaquim Pires Cerveira, que havia organizado a fuga do coronel Jefferson Cardim de uma prisão no Paraná. Atuou em parceria com a VPR e ALN até 1970, quando Cerveira foi preso. Um agente da repressão infiltrado na FLN foi responsável pela queda de militantes da ALN e VPR.	Joaquim Pires Cerveira	1 desaparecido
MAR	Movimento Armado Revolucionário	Formado no Rio em 1969, por um ex-sargento e cinco ex-marinheiros que cumpriam pena na penitenciária Lemos de Britto, com apoio externo de 20 outros militares punidos em 1964. A principal ação do MAR foi a fuga dos seis presos, em junho, acompanhados por três presos comuns. O grupo foi desarticulado pela repressão dois meses após a fuga.	Antônio Prestes Avelino Capitani José Duarte dos Santos Marco Antônio da Silva Lima	
RAN	Resistência Armada Nacional	Reagrupamento de militantes do MRN, a partir de 1969, quando deixaram a prisão os que haviam sido capturados na Serra do Caparaó. O grupo divulgou ideias socialistas entre membros das Forças Armadas e foi desarticulado em 1972 com uma centena de prisões.		

INÊS ETIENNE ROMEU: ÚNICA SOBREVIVENTE DA ‘CASA DA MORTE’



Inês Etienne Romeu sendo libertada em 29 de agosto de 1979
Foto: Memorial da Democracia.

Mineira da cidadezinha de Pouso Alegre, Inês Etienne Romeu participou de grêmio estudantil, cursou História, trabalhou em banco e, em 1963, abriu um bar em BH, o “Bucheco”, em homenagem a Ernesto Che Guevara.

Integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um dos um dos grupos armados que lutou contra a ditadura militar, Inês Etienne participou, junto com o guerrilheiro Carlos Lamarca, do sequestro do embaixador suíço Giovanni Bucher, em 07/12/1970. Depois da troca do embaixador pela liberação de 70 presos políticos, Inês decidiu abandonar a luta armada e exilar-se no Chile. Era tarde demais.

Em 05/05/1971, a guerrilheira foi capturada por agentes do delegado Sérgio Paranhos Fleury em São Paulo, sob acusação de integrar o coman-

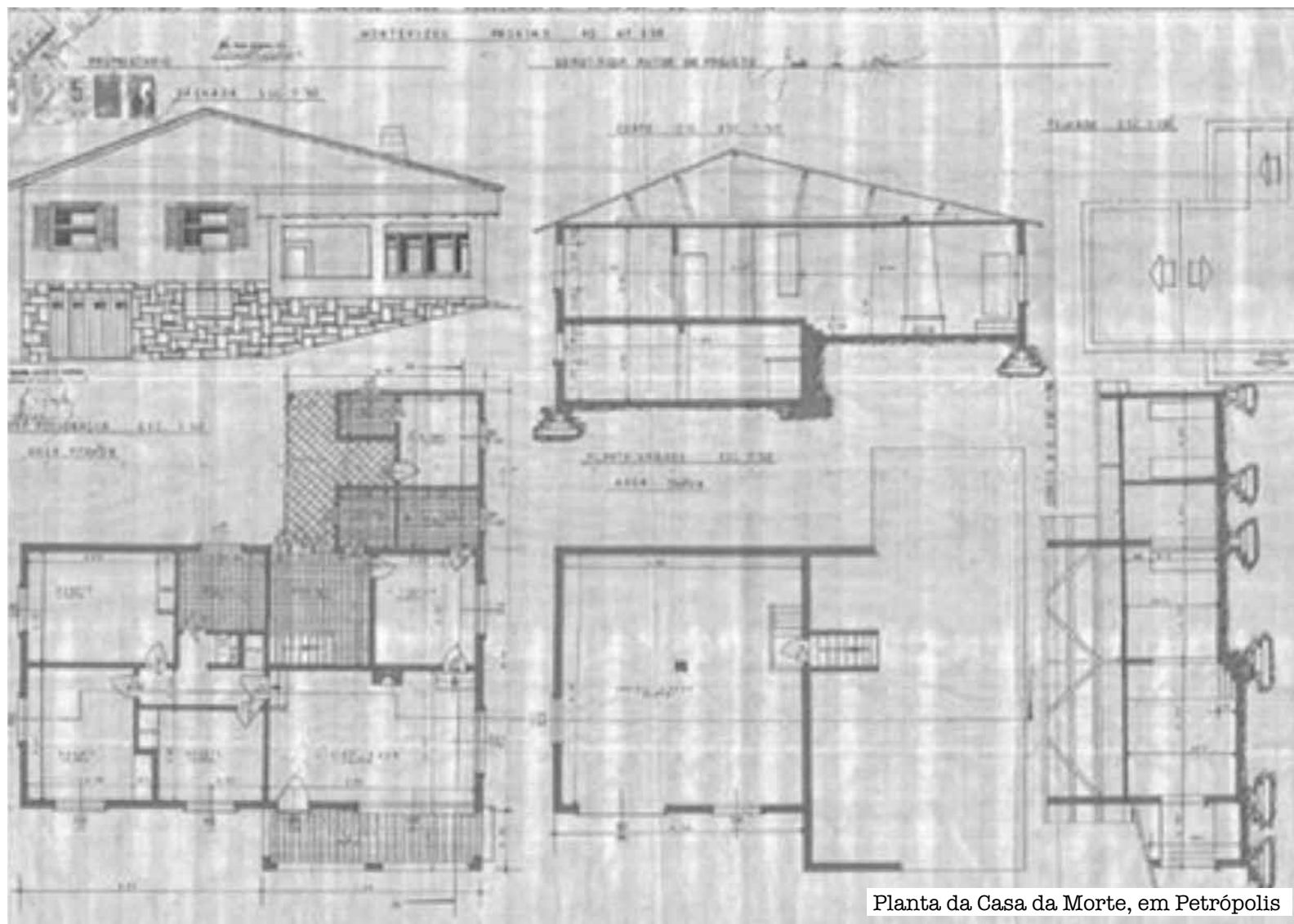
do do VPR. Depois de ser levada para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), onde sofreu as primeiras sessões de tortura, foi transferida para a “Casa da Morte”, em Petrópolis. Inês tinha apenas 29 anos.

A “Casa da Morte” era um aparelho clandestino montado pelo Centro de Informações do Exército (CIE), localizado no antigo número 668 da rua Arthur Barbosa, no bairro de Caxambu, em Petrópolis, para torturar e matar lideranças do movimento armado com papel de destaque em suas organizações clandestinas. Entre 8 e 11/08/1971, Inês foi torturada e estuprada na “Casa da Morte”. Segundo estimativas, pelo

menos 22 guerrilheiros/as foram assassinados/as na “Casa da Morte”. Inês Etienne Romeu foi a única que sobreviveu.

Última presa política a ser libertada no Brasil em 29/09/1979 — não pela anistia, mas sim em liberdade condicional —, Inês resolveu denunciar a existência da “Casa da Morte” de Petrópolis e identificou o ex-paraquedista Antônio Waneir Pinheiro Lima, o “Camarão”, como o torturador que a estupro por duas vezes durante os três meses em que lá ficou presa na “Casa da Morte”, sem nunca entregar ninguém.

Por conta das denúncias de Inês Etienne, “Camarão” foi o único militar a responder por violência sexual na ditadura militar. O caso gerou tanta visibilidade que a ditadura se sentiu ameaçada e chegou a pensar em revogar a Lei de Anistia.



Planta da Casa da Morte, em Petrópolis

No cativeiro, Inês foi submetida a uma rotina de tortura física, como choques elétricos ou injeções de pentatol sódico, o “soro da verdade”, tortura psicológica, violência e humilhação.

“Era obrigada a limpar a cozinha nua, ouvindo gracejos e obscenidades”, contou em depoimento à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1979. “Um dos torturadores arrastou-me pelo chão, segurando pelos cabelos. Depois, tentou estrangular-me e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e me deram pancadas na cabeça”.

O sofrimento de Inês não terminou com a soltura da prisão, em 1979. Em 11/09/2003, sua diarista a encontrou, caída e ensanguentada, em seu apartamento no bairro da Consolação, em São Paulo. O traumatismo craniano a deixou com sequelas na fala e nos movimentos. O caso nunca foi eluci-

gado. Na delegacia, foi registrado como “acidente doméstico”.

Seis anos depois do misterioso “acidente doméstico”, Inês recebeu, durante cerimônia em Brasília, em 2009, um prêmio de direitos humanos, na categoria de Direito à Memória e à Verdade, das mãos do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Minha querida Inês, só queria lhe dizer uma coisa: valeu a pena cada gesto que vocês fizeram, cada choque que vocês tomaram, cada apertão que vocês tiveram”, declarou Lula. A cerimônia contou com um discurso emocionado de Dilma Rousseff, ex-companheira de Inês na VAR-Palmares e então ministra do governo.

Inês Etienne Romeu morreu na madrugada de 27/04/2015, aos 72 anos, enquanto dormia em sua casa em Niterói, município vizinho ao Rio.

AS LUTAS PELA ANISTIA



Entre 1978 e 1979, a luta pela Anistia teve grandes momentos de resistência democrática contra a ditadura. Defendida pelos movimentos de Direitos Humanos para ser uma “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita”, a Lei da Anistia, votada em 1979, representou uma grande vitória das forças democráticas do país, mas deixou de fora os responsáveis por torturas e mortes.

Em 09/04/1964, o regime militar cassou os primeiros 100 brasileiros perseguidos pela ditadura. Ao longo dos anos, outras listas de cassações, outras prisões sem processo, outras mortes sob tortura, criaram a indignação que levou às lutas pela Anistia. Logo depois do golpe, os jornalistas Alceu Amoroso Lima e Carlos Heitor Cony conseguiram publicar artigos em favor de uma Anistia.

Em 1967, a Frente Ampla, formada por Jango, cassado; Juscelino, cassado; e Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara, golpista, também cassado; defendeu uma “Anistia Geral” como requisito para redemocratizar o país. Com os jornais sob censura, ou cooperando com a ditadura, era difícil o país se mobilizar em defesa dessas primeiras ações pela Anistia.

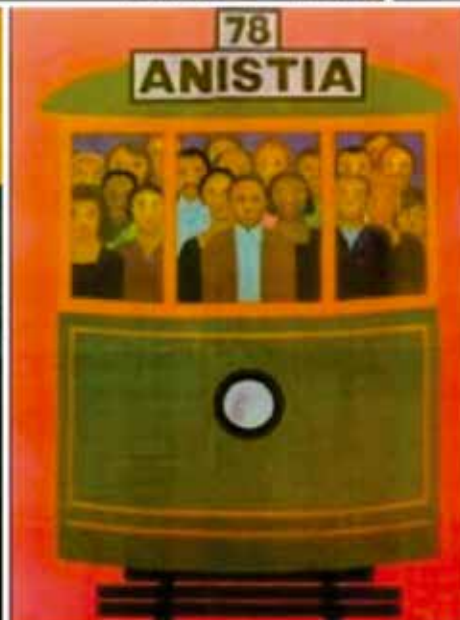
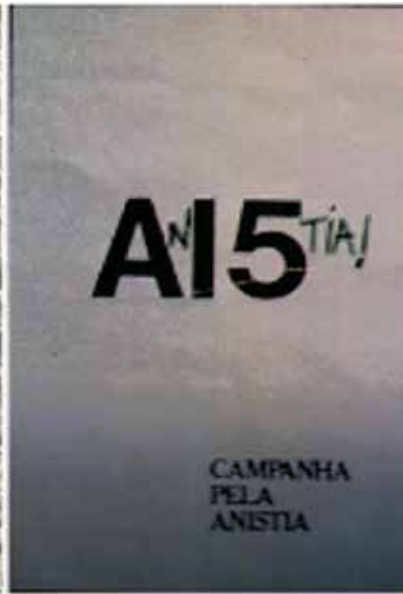
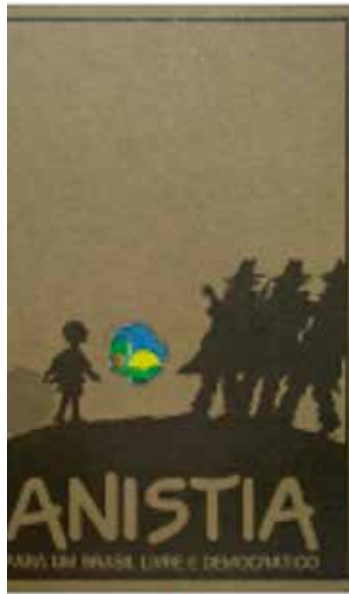
Os/as familiares de presos/as e desaparecidos/as políticos/as também se mobilizaram nas lutas pela Anistia. Em 1968, criou a União Brasileira de Mães, tornada ilegal pela ditadura no ano seguinte. Em junho de 1971, o grupo de parlamentares autênticos do MDB, que se posicionavam contra a ditadura, incluíram a defesa da Anistia na “Carta de Recife”, aprovada pelo MDB.

Com os jornais sob censura, ou cooperando com a ditadura, era difícil o país se mobilizar em defesa dessas primeiras ações pela Anistia que, graças ao trabalho militante dos/as exilados/as, tinha mais repercussão fora do Brasil, enquanto por aqui uma ação corajosa de líderes da Igreja Católica, como o arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, insistiam em tratar do assunto.

Em maio de 1970, dom Hélder denunciou a prática de torturas para uma plateia de 10 mil pessoas. A ditadura respondeu à “campanha” para manchar a imagem do Brasil com a proibição da menção ao nome de dom Hélder na imprensa brasileira, enquanto seguia com a política de violência e repressão.

Em setembro de 1973, Ulysses Guimarães, então presidente do MDB, em seu famoso discurso de lançamento como antecandidato à Presidência da República, defendeu o “resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. (...) Essa Justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é anistia”.

Em 1974, no Natal, dom Paulo Evaristo Arns reuniu intelectuais, familiares de mortos/as e desaparecidos/as e militantes de diferentes linhas políticas e sugeriu a organização de uma campanha em defesa da anistia. Daí por diante, o regime militar não conseguiu mais estancar o grande movimento político que levou à aprovação da Lei da Anistia, em 28/08/1979.



MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

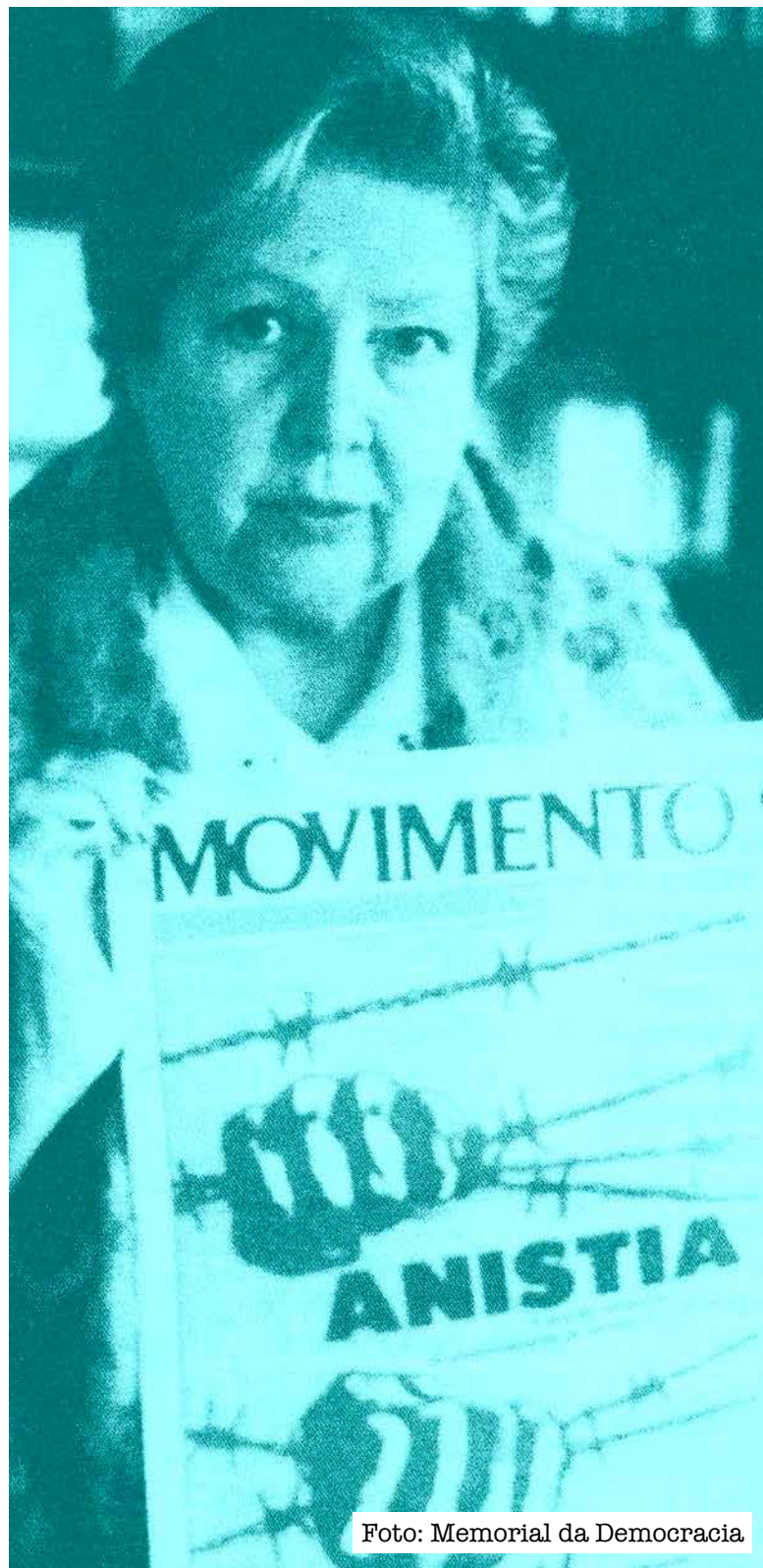


Foto: Memorial da Democracia

Em março de 1975, surge em São Paulo, sob a liderança de Therezinha Zerbini, o Movimento Feminino pela Anistia (MFWA). Nesse ano, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, a ONU realizou, no México, a Conferência Mundial da Mulher. Therezinha usou do espaço para divulgar o Manifesto da Mulher Brasileira, reivindicando “anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção”.

No Brasil, o manifesto do MFWA recebeu 16 mil assinaturas, recolhidas por comitês estaduais, o mais importante deles sendo o do Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1976, militantes gaúchas do MFWA lançaram uma bandeira com a palavra “anistia” sobre o caixão do ex-presidente João Goulart durante seu sepultamento em São Borja.

A denúncia das torturas e “desaparecimentos”, sempre associada à bandeira da anistia, chegou à televisão brasileira em junho de 1977, durante um programa em rede nacional do MDB, que foi ao ar graças a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Em sua fala, o líder do partido na Câmara, Alencar Furtado (PR), criou uma das mais tocantes imagens sobre o drama das famílias de presos políticos:

“O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe? – mortos, talvez. Órfãos do talvez ou do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe ou do talvez”.

No dia seguinte, Geisel cassou Alencar Furtado, mas o regime não pôde mais considerar a luta pela Anistia. Entidades civis como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) abraçaram a causa, que já era levada às ruas na retomada das passeatas estudantis. O movimento sindical esteve presente em todas as lutas da Anistia.

APROVADA A LEI DA ANISTIA!



Manifestantes nas galerias da Câmara dos Deputados durante a votação da Lei da Anistia Sonja Rego
Foto: CPDoc JB.

Em 28/08/1979, depois de um longo processo de luta e negociação, o Congresso aprovou a Lei da Anistia, durante o governo de João Figueiredo, o último dos generais da ditadura.

Em 27 de junho, com o Brasil convulsionado por uma grave econômica e sob pressão do movimento estudantil e das greves operárias, o general enviou ao Congresso um projeto de anistia parcial. Ficavam de fora dele os/as presas condenados/as por ações armadas contra o regime, bem como os assassinos e torturadores que mataram e desapareceram com os/as presos/as políticos no aparelho estatal da repressão.

A manobra de Figueiredo foi percebida e repudiada. Em 22 de julho, os 14 presos políticos da Penitenciária Frei Caneca, no Rio, entraram em greve de fome pela ampliação da Anistia. A greve logo recebeu a adesão dos presos de Barro Branco (SP), Recife, Fortaleza, Salvador e Natal.

Durante 32 dias, até a votação do projeto pelo Congresso, 37 presos políticos mantiveram o protesto. Em 14 de agosto, uma passeata pela anistia ampla, geral e irrestrita levou mais 20 mil pessoas ao centro do Rio. No dia 21, véspera da votação, houve manifestações em todo o país, quase sempre reprimidas com violência pela polícia.

No Congresso, em uma sessão que durou nove horas, ante galerias lotadas de familiares de presos/as políticos/as e militantes dos movimentos de anistia, com algumas pequenas modificações, como a anistia aos sindicalistas cassados, por uma diferença de apenas cinco votos, 206x201, o projeto de Figueiredo foi aprovado, excluindo os/as presos/as políticos/as condenados/as por “crimes de sangue”.

Os/as excluídos da Lei de Anistia permaneceram na cadeia e só começaram a ser libertados nos meses seguintes, mediante uma interpretação flexível da nova Lei parte da Justiça Militar. Mesmo assim, muitas pessoas mortas e desaparecidas não tiveram seus atestados de óbito entregues a seus familiares, já que a Lei da Anistia estabeleceu que somente poderia ser emitido um “atestado de paradeiro ignorado” ou de “morte presumida”.

Dessa forma, essa Lei, cheia de contradições e limitações, que não representou um acordo nacional, mas surgiu da pressão das lutas populares, permitiu a volta ao país de centena de lideranças políticas exiladas e militantes clandestinos/as.

Na volta dos/as exilados/as, o Brasil pôde, finalmente, abraçar Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e o mais famoso dos exilados, Betinho, “o irmão do Henfil”.

Nascemos num campo de futebol.
Haverá berço melhor para dar à luz uma estrela?
Aprendemos que os donos do país
só nos ouviam quando cessava o rumor da última máquina...
quando cantava o arame cortado da última cerca.
Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.
Somos a perigosa memória das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror à ordem
do que homens e mulheres que sonham.
Nós sonhamos. E organizamos o sonho.
Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios,
mulheres, meninas de todas as cores,
filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus,
portugueses, espanhóis, poloneses, tantos...
Nascemos assim, desiguais,
como todos os sonhos humanos.

“Os Filhos da Paixão”

Poema de **Pedro Tierra**, poeta preso e torturado pela ditadura
Em homenagem à fundação do Partido dos Trabalhadores



NASCE O PT



Lula, sindicalistas, mulheres e homens de todo o país criaram um partido para transformar a história do Brasil e a vida do povo brasileiro. Foto: Memorial da Democracia.

RESSURGE O MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO



Foto: Memorial da Democracia

A ditadura falava em distensão política e fazia repressão sindical. E assim foi durante o final do período do general Ernesto Geisel e por todo o período do general João Figueiredo.

Enquanto no campo trabalhadores e trabalhadoras rurais sofriam violenta e cruel repressão, a ditadura não conseguiu impedir o crescimento da oposição legal, representada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), nem o ressurgimento do movimento sindical bancário, no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Novas lideranças emergiram das oposições sindicais e venceram, nas urnas, como Augusto Campos em São Paulo, Ivan Pinheiro no Rio de Janeiro, Olívio Dutra em Porto Alegre, com bandeiras como contra o arrocho salarial, autonomia sindical, liberdades democráticas, e a construção de uma central única dos trabalhadores.

Já em 1978, a categoria entrou em greve em São Paulo, derrotando os interventores na assembleia do Sindicato. “Conseguimos ganhar a assembleia de 1978 e a greve estourou.

Adotamos a tática dos metalúrgicos do ABC: ‘Braços Cruzados, Máquinas Paradas’, mas não foi possível êxito, a realidade era diferente dos metalúrgicos, pois além das chefias tinham os clientes, e os bancários não aguentaram tanta pressão,” relatou Augusto de Campos em 1972.

Na campanha salarial de 1979, a categoria veio com mais força:

Em 04 de setembro começou a greve em Porto Alegre. A ditadura respondeu com a intervenção no sindicato e a prisão de Olívio Dutra e de mais 11 dirigentes sindicais.

No dia 13, a greve começou em São Paulo, indo até o dia 17. A ditadura respondeu com novas intervenções nos sindicatos de Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, mas a categoria obteve 15% de ajuste salarial.

Em São Paulo, a diretoria formada pela Oposição Bancária, tendo à frente Augusto Campos, foi violentamente reprimida em sua greve de 1979. “No campo, do enfrentamento entre a estrutura sindical vigente e o regime autoritário, são testemunhos eloquentes do duro combate que foi travado, o afastamento de quatro diretores na greve de 1979, o enquadramento de 16 diretores na Lei de Greve e de outro na Lei de Segurança Nacional, a explosão de uma bomba no sindicato em junho de 1981, a auditorias no Ministério do Trabalho, as ameaças de intervenção e, finalmente, a intervenção de 1983”.

A professora Maria Helena Moreira Alves, estudiosa da luta da categoria, concluiu: “A greve sedimentou a polarização entre os bancários, de um lado e, do outro, os banqueiros e a ditadura militar.

Os bancários começaram a se perceber como parte da classe trabalhadora, inserindo-se de forma concreta nas lutas contra a ditadura militar.

PRIMEIRA CONCLAT: SINDICATOS SE REÚNEM LIVREMENTE



Lula discursa durante a CONCLAT - 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
Foto: PT Nacional.

Em um momento de ascensão do movimento sindical, nos dias 21, 22 e 23/08/1981, mais de 5 mil delegados/as da cidade e do campo, representando 1.091 entidades de todo o Brasil, tendo por pontos de unidade a luta por melhores salários, contra a repressão e pela redemocratização, desafiaram a ditadura e realizaram, na Praia Grande, São Paulo, a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat).

No momento em que o país vivia uma forte recessão econômica, em especial na indústria, e passava por um aumento acelerado do desemprego, o número de greves crescia em 1981. Os/as trabalhadores/as se organizavam por local de trabalho

e por meio das comissões de fábrica. Os sindicatos intensificavam seus processos de reorganização, incluindo os sindicatos de trabalhadores/s rurais, que representaram 30% dos 348 sindicatos presentes na Conclat.

Em sua primeira reunião realizada livremente desde o golpe de 1964, os/as trabalhadores/as de categorias sindicais diversas, enfrentando uma legislação sindical ainda autoritária, elegeram a Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (Pró-CUT), com 56 participantes para, em um ano, organizar uma organização sindical nacional e independente, a CUT, que só viria a nascer dois anos depois, em agosto de 1983.



Foto: CUT Nacional

NASCE A CUT CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Foto: CUT Nacional

Em 28/08/1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo, durante o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), na presença de cinco mil trabalhadores/s, vindos/as de todas as regiões do país, nasce a Central Única dos Trabalhadores [e das Trabalhadoras].

De 1964 a 1985 perdurava no Brasil o regime militar, caracterizado pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, repressão, censura e tortura. Porém, no final da década de 1970 e meados dos anos 1980, inicia-se no país um amplo processo de reestruturação da sociedade.

Esse período registra, ao mesmo tempo, o enfraquecimento da ditadura e a reorganização de inúmeros setores da sociedade civil, que voltam aos poucos a se expressar e a se manifestar publicamente, dando início ao processo de redemocratização do país.

Nesse cenário de profundas transformações, protagonizadas essencialmente pelos movimentos sociais, surge o chamado “novo sindicalismo”, a partir da retomada do processo de mobilização da classe trabalhadora. Essas lutas, lideradas pelas direções sindicais contrárias ao sindicalismo

oficial corporativo, deram origem à Central Única dos Trabalhadores, resultado da luta de décadas de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade pela criação de uma entidade única que os representasse.

O nascimento da CUT representa mais do que um instrumento de luta e de representação real da classe trabalhadora, representa um desafio de dar um caráter permanente à presença organizada de trabalhadores e trabalhadoras na política nacional.

Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, a CUT surge pra organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos/as da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática.

Presente em todos os ramos de atividade econômica do país, a CUT se consolida como a maior central sindical do Brasil, da América Latina e a 5ª maior do mundo, com 3.806 entidades filiadas, 7.847.077 trabalhadoras e trabalhadores associados e 23.981.044 trabalhadoras e trabalhadores na base.

Imagens e Texto: **CUT**

AS GRANDES GREVES DOS ANOS 1980-1990



Foto: CUT Nacional

Nos dez primeiros anos da redemocratização, pós-golpe militar de 1964, revitalizado e organizado em centrais sindicais, o movimento sindical conseguiu mobilizar cerca de 100 milhões de trabalhadores/as, em cinco grandes greves nacionais. Três delas foram realizadas no governo Sarney, em 1986, 1987 e 1989; uma no governo Collor de Melo, em 1991; e uma em 1996, no governo FHC. A maior das greves gerais foi em 1989, com 35 milhões de grevistas. A última foi em 1996, quando 19,5 milhões de trabalhadores/as cruzaram os braços em todo o país.

DEZEMBRO DE 1986 - Em 12/12/1986, atendendo a uma convocação da CUT e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras pararam o país contra o Plano Cruzado e o pagamento da dívida externa, nos termos propostos pelo governo Sarney.

AGOSTO DE 1987 - Em 20/08/1987, o governo Sarney enfrentou mais uma grande greve geral, organizada pela CUT e pela CGT, contra o Plano Bresser. Trabalhadores eram contra o Plano Bresser que, na tentativa de controlar a inflação, conge-

lou os preços e os salários. Os protestos de agosto levaram às ruas milhares de trabalhadores e trabalhadoras, em um forte movimento de retomada das ruas depois da redemocratização.

MARÇO DE 1989 - Em 14 e 15/03/1989, na maior greve já realizada no Brasil, as centrais sindicais conseguiram parar 35 milhões de trabalhadores/as brasileiros/as. O Brasil parou em protesto contra o Plano do Verão do governo José Sarney, que modificava o rendimento da caderneta de poupança e congelava os preços e salários, e também contra o elevado índice da inflação que, na época, chegou a ultrapassar 1.700% no acumulado de 12 meses.

MAIO DE 1991 - Nos dias 22 e 23/05/1991, durante o governo Collor de Melo, cerca de 19,5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, convocados/as pela CUT, pela CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores, e pela Central Geral dos Trabalhadores, entraram em greve por 48 horas, em defesa da garantia de emprego, da reposição das perdas salariais, da qualidade dos serviços públicos e pelo fim do aumento abusivo nos preços dos aluguéis e prestações da casa própria.

JUNHO DE 1996 - Em 21/06/1996, os e as trabalhadores/as brasileiros/as cruzaram os braços contra a política econômica do governo FHC. A greve, reivindicando medidas contra o desemprego, por reajuste de salários e pela retomada do crescimento econômico, foi liderada pelas mais importantes centrais sindicais do país. No dia 21, o movimento grevista esvaziou as ruas das principais cidades brasileiras. Cerca de 12 milhões de pessoas, cerca de 19% da população economicamente ativa segundo dados da organização da greve, pararam Brasil afora, em umas maiores greves vistas no país depois da redemocratização, iniciada em 1985.

CEM MIL MARCHAM EM BRASÍLIA

Em 26/08/1999, oito meses depois do início de seu segundo mandato, o presidente reeleito Fernando Henrique Cardoso, FHC, sindicatos, partidos políticos e entidades da sociedade civil, organizaram uma grande manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, contra as privatizações propostas pelo governo FHC.

Embora vetada pelo comando do PT, a palavra de ordem “Fora FHC” esteve presente nas faixas e cartazes da militância do partido e de outras forças políticas presentes na Esplanada que, segundo a organização, congregou mais de 100 mil pessoas, 40 mil segundo a polícia do Distrito Federal, e 75

mil conforme estimativas das redes de televisão, com base em imagens aéreas do protesto. De qualquer forma, para a época uma multidão.

Incomodado, Fernando Henrique classificou a marcha de golpista. Para ele, conforme suas declarações à imprensa, a manifestação era parecida com as que antecederam o golpe militar de 1964. Popular pelo sucesso do Plano Real, lançado em seu primeiro mandato, o presidente perdeu audiência em seu segundo mandato. Em 2002, não conseguiu eleger seu sucessor. José Serra, seu candidato, perdeu para Luiz Inácio Lula da Silva.



Manifestação organizada por organizações da sociedade civil e partidos de oposição reúne cem mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Foto: Reprodução/Internet

O DESMONTE DA DITADURA: REPRESSÃO COMEÇA A QUEIMAR ARQUIVOS



Documentos do Dops gaúcho são incinerados num sítio nas imediações de Porto Alegre
Foto: Luiz Eduardo Achutti

Existentes no país desde 1928, os DOPS (Departamentos ou Delegacias de Ordem Política e Social), vinculados às Secretarias da Segurança Pública dos Estados, tiveram papel central na repressão política contra os movimentos sindical e operário, e militantes de esquerda, especialmente nos cinco primeiros anos da ditadura.

Superando as regras eleitorais restritivas da ditadura, embora o PDS, partido do governo tenha conseguido manter o controle do Colégio Eleitoral, que indicaria do sucessor do general Figueiredo em 1985, nas eleições de 1982 a oposição alcançou maioria na Câmara dos Deputados e elegeu governadores nos dez maiores estados do Brasil, comprometendo de vez o projeto de sobrevivência do regime militar.

Era hora de dar início ao desmonte dos aparatos da repressão ostensiva. Consequentemente, no mesmo ano de 1982, em um esforço de ocultamento de crimes, a ditadura começou o processo de

extinção do DOPS, sobretudo na Guanabara (Rio de Janeiro), em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde as ações de repressão nos DOPS foram mais cruéis e violentas.

Em 25/05/1982, o governador Amaral de Souza (PDS), extingue o DOPS do Rio Grande do Sul e manda queimar todos os documentos. Nos meses seguintes, até março de 1983, quando vários Estados passariam a ser administrados pela oposição, outros governadores do PDS encerraram os DOPS locais, destruindo ou transferindo seus arquivos para o Serviço Nacional de Informações (SNI).

No Rio, os arquivos do DOPS foram enviados para autoridades federais antes da posse do governador eleito pelo PDT, Leonel Brizola. Em Minas, os documentos foram simplesmente escondidos – só viriam à tona a partir do trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa, em 1997

Governador de São Paulo extingue DOPS por decreto

São Paulo — O Departamento de Ordem Política e Social — DOPS — de São Paulo foi extinto ontem por decreto, assinado pelo Governador do Estado, José Maria Marin. O decreto está circulando na edição do Diário Oficial de hoje.

O motivo alegado no decreto para a extinção da polícia política paulista é o fato de o Departamento de Polícia Federal — DPF — haver denunciado o convênio, pelo qual o DOPS encarregava-se de duas atribuições legais da Federal: os crimes contra a segurança nacional e a execução da Lei dos Estrangeiros.

FBI brasileiro

As funções de investigação policial contra infratores da Lei de Segurança Nacional, de emissão e controle de passaportes de cidadãos nacionais e de emissão de documentação de identidade para estrangeiros são do Departamento de Polícia Federal, órgão do Ministério da Justiça. Mas, tradicionalmente, o DPF delega essas atribuições às polícias especializadas dos grandes Estados, geralmente mais bem equipadas para esse tipo de trabalho.

Essa delegação é feita por convênios. O convênio entre a Polícia Federal e o DOPS paulista foi assinado a 17 de dezembro de 1978 e renovado a 3 de abril de 1981. Desde os prenúncios de vitória do PMDB nas eleições de novembro passado, contudo, já se tinha como certa a não renovação do convênio este ano. A 21 de janeiro passado, o DPF denunciou o convênio e alocou a si os poderes de polícia nos

casos de segurança nacional e estrangeiros.

A denúncia do convênio DPF-DOPS está sendo invocada pelas autoridades estaduais de São Paulo como principal motivo para a extinção do DOPS, que ficaria sem função específica e perderia o sentido, sem os poderes dados pelo convênio.

As autoridades federais, que foram informadas da medida previamente, também tomaram suas providências no caso. Há cinco anos, a Polícia Federal prepara-se para ser a polícia política e social do Brasil, sem depender dos aparatos das polícias estaduais. A recente prisão dos congressistas do Partido Comunista Brasileiro, no fim do ano passado, no Centro de São Paulo, foi uma espécie de teste e sinal de alerta.

Marin antecipa-se

A decisão de extinguir o DOPS, 10 dias antes do fim do Governo José Maria Marin, contudo, deve-se principalmente a uma declaração feita pelo futuro Secretário da Justiça, advogado José Carlos Dias, que anunciou, em dezembro passado, o fim do DOPS durante o Governo Montoro.

A extinção do DOPS, 10 dias antes de Franco Montoro assumir, é mais um passo na série de providências que os Governos federal e estadual estão tomando, depois da entrevista do ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

A primeira dessas medidas foi o anúncio formal, pelo Ministério da Justiça, de que o atual diretor do DOPS, delegado Romeu Tuma, ocuparia a Superintendência da

Polícia Federal em São Paulo. Romeu Tuma já informou oficialmente que toma posse em seu novo cargo a 10 de março.

Com Romeu Tuma certamente irão para a Polícia Federal alguns delegados e investigadores de sua confiança. Mas não apenas eles. Oficialmente já há informações de que o arquivo do DOPS também será transferido para a Polícia Federal. A documentação guardada no arquivo do DOPS tem valor histórico, de acordo com o último diretor do departamento. No velho prédio do Largo General Osório, de propriedade da Ferrovia Paulista S.A. — FEPASA —, são guardados os prontuários policiais de gente famosa, como o escritor José Bento Monteiro Lobato.

Sem Tuma e o arquivo precioso, o DOPS, reorganizado pelo Decreto 6 836, tenderia a se transformar numa espécie de polícia de consumidor, segundo informações de pessoas ligadas ao futuro Governo estadual. Dentro do próprio DOPS, já eram feitos estudos para a criação de uma nova Divisão, a de Ordem Econômica, uma vez que as de Ordem Política e Ordem Social perderiam a razão de ser sem o convênio com o DPF.

Extinto o DOPS por decreto do Governador, a Divisão de Explosivos, Armas e Munições e a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Fazenda passarão para Delegacia Geral de Polícia, por sugestão do Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Desembargador Octávio Gonzaga Jr. Ao Delegado Geral de Polícia, pelo menos temporariamente, também será dado poder para remanejamento dos delegados, escrivães e investigadores de polícia, atualmente lotados no DOPS.

TANQUES AMEAÇAM BRASÍLIA



e carros de combate, promovendo um espetáculo de autoritarismo e abuso do poder.

No dia seguinte, a população de Brasília promoveu um buzinaço. O general reagiu chutando e chicoteando automóveis que passavam pela avenida. “Buzina agora seu filho da...” Apesar do general, as buzinas tocaram até a madrugada do dia 25, data da votação. Das janelas dos prédios, os/as moradores/as batiam painéis.

O Congresso Nacional foi cercado por policiais militares na véspera da sessão, mas isso não impediu que, na manhã

Iconografia do dia 25, milhares de pesso-

Uma semana antes da votação da emenda Dante de Oliveira, o general Figueiredo decretou estado de emergência no Distrito Federal e região, para evitar manifestações pró-Diretas e intimidar o Congresso Nacional. O direito de reunião foi suspenso, os noticiários de rádio e TV, censurados.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, em discurso enérgico, condenou “o ato ditatorial que afronta a nação”. O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse que “o governo assinou seu atestado de óbito”.

Figueiredo nomeou como executor das medidas o comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, que imediatamente estabeleceu o bloqueio das estradas. Em seguida, foram presos seis pacifistas que jejuavam a favor das diretas em frente à Catedral de Brasília.

Na segunda-feira, 23 de abril, a pretexto de comemorar o aniversário do Comando Militar do Planalto, o general Newton Cruz desfilou na Esplanada dos Ministérios montado sobre um cavalo branco, à frente de 6 mil militares e 116 tanques

as ocupassem o gramado em frente ao Congresso. Deitados sobre a grama, estudantes escreveram com seus corpos a palavra de ordem Diretas-Já. Dentro do prédio, a votação se prolongou até as 2h da madrugada do dia 26, sem que o país pudesse acompanhar os discursos e os votos pelo rádio ou pela TV. As informações saíam do prédio apenas por telefone e por telex para as sedes de sindicatos e outras entidades Brasil afora. A emenda precisava de 320 votos (dois terços dos deputados) para ser aprovada. Alcançou 298, incluindo votos de 54 deputados do PDS. Houve 112 ausências. Apenas 25 votaram “não”.

Mesmo derrotada, a campanha das Diretas determinou o completo isolamento político e social da ditadura militar que completava 20 anos no dia primeiro daquele mês de abril de 1984.

As oposições e os movimentos populares mostraram sua força. O partido oficial estava dividido. O regime se aproximava do fim, mas ainda apostava numa negociação política da transição. Em 1985, o flagelo da ditadura chegou ao fim.



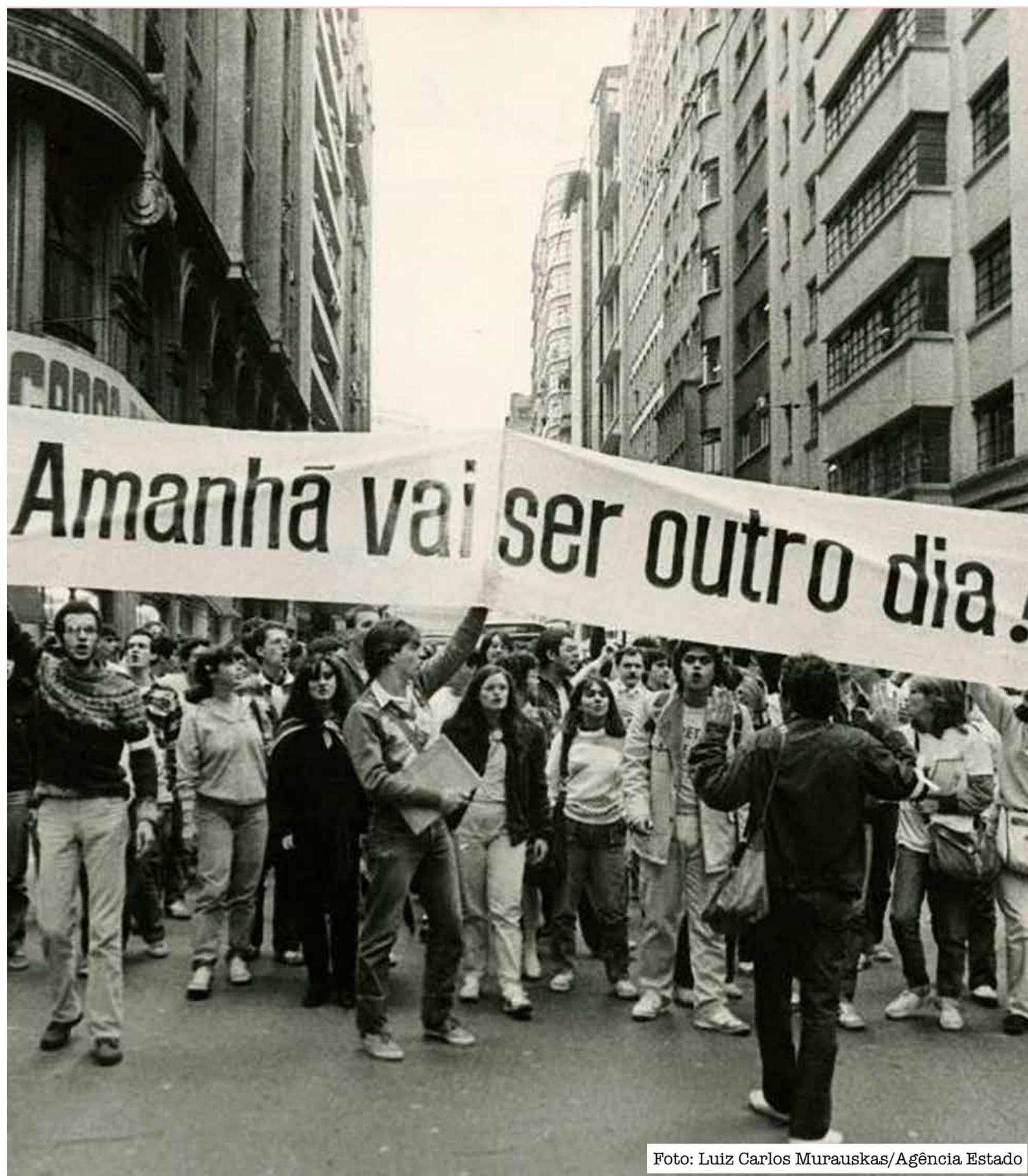


Foto: Luiz Carlos Murauskas/Agência Estado

DIRETAS JÁ!



Comício das Diretas Já em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo
Foto: TRE/SP

Em 27/11/1983, cerca de 15 mil pessoas participam de um comício na praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo, exigindo eleições diretas para presidente da República. Convocado pelo PT e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), o primeiro grande ato público pelas Diretas-Já reuniu, numa tarde de domingo, representantes do PMDB, do PDT e de 70 entidades. “Este é o primeiro de muitos atos semelhantes pelo país até a conquista definitiva das eleições diretas”, disse o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

O caminho para as Diretas era a aprovação da proposta de emenda constitucional apresentada em março pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT). Um dos maiores defensores da emenda foi o senador Teotônio Vilela (PMDB-AL), que percorreu o país buscando apoio de entidades democráticas

e dos partidos políticos. O senador morreu naquele domingo, em decorrência de câncer, e foi homenageado pelo público. “Não poderia haver maior homenagem a Teotônio do que esta manifestação pelas eleições diretas”, disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Na véspera, os dez governadores da oposição assinaram manifesto em favor das eleições diretas, mas poucos dirigentes do partido participaram do ato. O sucesso do comício do Pacaembu, entretanto, encorajou o PMDB a encampar o movimento. O governador de São Paulo, Franco Montoro, decidiu convocar um comício-monstro para janeiro de 1984. Até Figueiredo diria, numa viagem à África, que seria favorável “em tese” às Diretas. No final de dezembro, voltou atrás: “As Diretas agora seriam um fato perturbador”.

DITADURA ACATA TRANSIÇÃO SEM GOLPE

Em 23/11/1984, o ministro do Exército, general Walter Pires, divulga nota oficial afirmando que “o Exército mantém-se na firme disposição de apoiar o projeto da abertura do presidente João Figueiredo, que deverá se consolidar com a eleição do futuro presidente da República pelo Colégio Eleitoral, na forma da lei”. O comando da oposição interpretou a nota como sinal de que a vitória de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, seria acatada pelos chefes militares.

A mensagem encerrava uma onda de boatos sobre articulações golpistas nas Forças Armadas.

O apoio dos partidos comunistas ilegais a Tancredo vinha sendo utilizado para alimentar a tensão com a linha dura militar. Também houve provocações, como a divulgação de cartazes vermelhos com o nome de Tancredo e o símbolo comunista da foice e martelo, espalhados em Goiás por agentes ligados à repressão.

No mesmo dia em que foi divulgada a nota do ministro Walter Pires, o Exército informou a substituição do comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, maior expoente da linha dura naquele período.



Ministro do Exército anuncia que acatará resultado do Colégio Eleitoral
Foto: Iconographia

A TRANSIÇÃO POR CIMA

Em 16/07/1984, reunidos em Brasília os governadores do PMDB lançam Tancredo Neves candidato a presidente da República na eleição indireta marcada para 15/01/1985. A direção do partido conta com os votos da Frente Liberal para fazer maioria no Colégio Eleitoral. O maior partido da oposição desiste da bandeira das Diretas-Já, que ainda é defendida pelo PT e por movimentos sociais. No primeiro momento, o governador do Rio, Leonel Brizola, do PDT, também resiste ao acordo.

O pacto com a Frente Liberal seria firmado três dias depois, num encontro do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com o senador José Sarney, ex-presidente do PDS e um dos chefes da dissidência. O acordo previa a indicação do vice-presidente pelos frentistas – e o escolhido foi Sarney. Como ele havia sido eleito em 1978 pela Arena, um partido extinto, a lei permitia sua filiação ao PMDB para formar chapa com Tancredo.

Em 7 de agosto, seria divulgado o documento Compromisso com a Nação, assinado por Ulysses e Tancredo, pelo PMDB, e Aureliano Chaves e Marco Maciel, em nome da Frente. Nascia aí a Aliança

Democrática, que se declarava aberta à adesão de outros partidos. Tancredo assumia o compromisso de governar por quatro anos e convocar eleições diretas para presidente em 1988.

Em 12 de agosto, a chapa Tancredo-Sarney foi homologada na Convenção Nacional do PMDB. O partido levou então a candidatura às ruas, numa tentativa de resgatar a mobilização pelas Diretas-Já. A cor amarela foi retomada como símbolo do candidato, que adotou o slogan “Tancredo Já”. Em 14 de setembro, o governador Íris Rezende (PMDB) organizou um comício pró

Tancredo em Goiânia, com 300 mil pessoas.

Para o líder do PDT, Leonel Brizola, o acordo reduzia a verdadeira coalizão democrática a um estreito acordo de oligarquias, mas ao final daquele ano o PDT decidiria votar em Tancredo, sem pedir cargos. O PT firmou posição contra as eleições indiretas e proibiu seus oito deputados de participar do Colégio Eleitoral. A perspectiva de ter um presidente civil e de oposição depois de 20 anos de ditadura militar determinaria expressivo apoio social ao candidato Tancredo Neves.



Convenção Nacional do PMDB, que homologou a chapa Tancredo-Sarney para disputar a eleição presidencial

Foto: Reprodução/Internet

ELEIÇÃO DE TANCREDO PÕE FIM À DITADURA



Em 15/01/1985, Tancredo Neves é eleito presidente da República pela via indireta, com 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf e 26 abstenções no Colégio Eleitoral. Sua eleição foi possível graças a uma aliança com os dissidentes do partido oficial, o PDS, que reagiram aos métodos de aliciamento de Maluf.

O documento básico da aliança, o Compromisso com a Nação, previa mandato presidencial de quatro anos, remoção das leis e regulamentos autoritários e convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte a ser eleita no ano seguinte, além da indicação de José Sarney como candidato a vice. Apelando à participação popular, a nova coalizão ressuscitou o espírito das Diretas-Já em comícios e mobilizações por todo o Brasil, em apoio à eleição que poria fim à ditadura.

Dias depois de ser eleito, Tancredo fez uma longa viagem internacional e, na volta, dedicou-se às delicadas negociações para a montagem do ministério. Se a Aliança Democrática garantiu a vitória do peemedebista, determinou também a natureza heterogênea de seu ministério, que acabaria sendo herdado por Sarney. Essa foi a primeira frustração no meio da onda de esperança com o fim da

ditadura. Dele participaram aliados que serviram ao regime, como Aureliano Chaves (Minas e Energia), Antonio Carlos Magalhães (Comunicações) e o banqueiro Olavo Setúbal (Relações Exteriores).

Nesse período, o presidente eleito, que já vinha sentindo dores no abdômen, preferiu adiar o tratamento para depois da posse, marcada para 15 de março. No dia 14, porém, depois de uma missa de ação de graças, as dores se acentuaram e Tancredo teve de fazer uma cirurgia de emergência no Hospital de Base de Brasília.

Em seu lugar, Sarney, que exerceria o cargo até o final do mandato, prestou juramento. As complicações pós-operatórias exigiriam a remoção de Tancredo para São Paulo, onde viria a morrer em 21 de abril, após 39 dias de internação e diversas cirurgias.

Assim, de modo inesperado, a transição política seria concluída com Sarney na Presidência e Ulysses Guimarães no estratégico posto de presidente da Câmara e do PMDB. Com a morte de Tancredo, Sarney teve um governo tumultuado, mas concluiu a transição, entregando o cargo ao primeiro presidente eleito pelo voto direto em 1989, Fernando Collor de Mello.

TANCREDO É OPERADO E SARNEY TOMA POSSE

Na noite de 14 de março, Tancredo Neves é operado no Hospital de Base de Brasília. Após uma missa de ação de graças, as dores no abdômen que o presidente eleito vinha sentindo há meses se acentuaram e Tancredo teve de se submeter a uma cirurgia de emergência.

A cúpula da Aliança Democrática imediatamente começou a negociar com o comando do regime militar os procedimentos para a posse no dia seguinte. Havia o temor de que o episódio servisse de pretexto para um retrocesso, com a retomada do controle político pelos militares.

Uma comitiva integrada por Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Marco Maciel e outros políticos reuniu-se com o chefe da Casa Civil de Figueiredo, ministro Leitão de Abreu, e o ministro do Exército escolhido por Tancredo, general Leônidas Pires Gonçalves. O ministro do Exército de Figueiredo, Walter Pires, telefonou a Leitão defendendo a prorrogação do mandato do general presidente até que Tancredo se restabelecesse.

No grupo, alguns defenderam a posse de Sarney; outros, a do segundo na linha sucessória, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. Mas Ulysses descartou a alternativa de seu nome. Receava um veto militar, já que nos anos anteriores havia comandado a oposição em batalhas frontais contra o regime. Uma entrevista do jurista Afonso Arinos, defendendo a posse do pedessista, e a opinião convergente do general Leônidas, foram determinantes. Figueiredo, entretanto, se recusou a passar a faixa presidencial para Sarney. Deixou o Palácio do Planalto pela garagem.

O vice jurou a Constituição no Congresso e tomou posse depois de uma noite em que os dirigentes da chamada Nova República não dormiram. Leu o discurso deixado por Tancredo e empossou os ministros já escolhidos por ele. Assim, de modo inesperado, foi concluída a transição política.

A Nova República chegava ao poder com Sarney na Presidência e Ulysses Guimarães no estratégico posto de presidente da Câmara e do PMDB.



Foto: Orlando Brito/Arquivo pessoal

EMENDÃO REMOVE O LIXO AUTORITÁRIO DO REGIME MILITAR



Placar do Congresso Nacional com os votos dados ao texto do Emendão. Foto: CD

Em 10/05/1985, um Emendão aprovado no Congresso devolve a legalidade aos partidos proscritos. Assim, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922 e posto na ilegalidade em 1946, pôde finalmente recobrar seu registro e o direito de participar das eleições e da vida política nacional. A medida beneficiou também o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), fundado em 1962 a partir de uma dissidência do PCB.

A legalização do PCB era uma bandeira das forças populares que apoiavam as reformas de base do presidente João Goulart antes do golpe de 1964. Seu líder mais importante foi Luiz Carlos Prestes (1898-1990). O partido teve participação na campanha pela redemocratização de 1945 e na Constituinte de 1946.

O PCdoB, na resistência à ditadura, organizou a guerrilha do Araguaia, cujos militantes foram quase todos executados pelas forças da repressão. O movimento foi encabeçado por João Amazonas (1912-2002), Pedro Pomar (1913-1976), assassinado na chacina da Lapa, e Mauricio Grabois (1912-1973), morto no Araguaia.

As novas exigências para o funcionamento partidário passaram a ser a obtenção de 3% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, com 2% distribuídos por pelo menos cinco Estados. Ainda em 1985 os dois partidos comunistas participariam das eleições para prefeitos de capitais, estâncias hidrominerais e municípios considerados de segurança nacional, cujos prefeitos eram nomeados pelo regime militar. Em 1986, elegeriam bancadas para o Congresso Nacional.

ENTRA EM VIGOR A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

*“Quando, após tantos anos
de lutas e sacrifícios,
promulgamos o estatuto
da liberdade e da democracia,
bradamos por imposição de sua honra:
temos ódio à ditadura.
Ódio e nojo.”*

Ulysses Guimarães

Em 05/10/1988, depois de 20 meses de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, em sessão presidida pelo presidente da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, a nova Constituição Federal, batizada como a ‘Constituição Cidadã’, foi promulgada pelos/as 559 parlamentares constituintes.

Em comparação com as Assembleias Constituintes anteriores, o processo constituinte de 1987-1988 foi um dos mais democráticos e abertos já ocorridos no Brasil. Os/as constituintes não se basearam em um anteprojeto previamente apresentado, mas elaboraram o texto a partir dos relatórios de 24 subcomissões, agrupadas em nove grandes comissões temáticas. Os capítulos produzidos por cada comissão foram trabalhados e aprimorados pela Comissão de Sistematização.

Pela primeira vez na história do Brasil, houve participação popular no processo. Emendas populares, propostas pelos mais diferentes grupos sociais, corporações e instituições civis, fortaleceram o processo e deram qualidade ao resultado. Foram acolhidas 122 emendas populares e apresentadas mais de 11 mil sugestões às comissões.

A Constituição tem 245 artigos divididos em nove títulos e mais 70 artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Destacam-se, entre suas preocupações, o fortalecimento da cidadania individual e coletiva, a busca de um Estado de bem-estar social preservando a livre iniciativa, o combate a todas as formas de discriminação e a garantia dos direitos sociais e políticos, individuais e coletivos.

A ‘Constituição Cidadã’, ampliou também os chamados “remédios constitucionais”, as garantias sagradas da observância dos direitos: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular, e deixou para trás os resquícios do Estado de exceção.

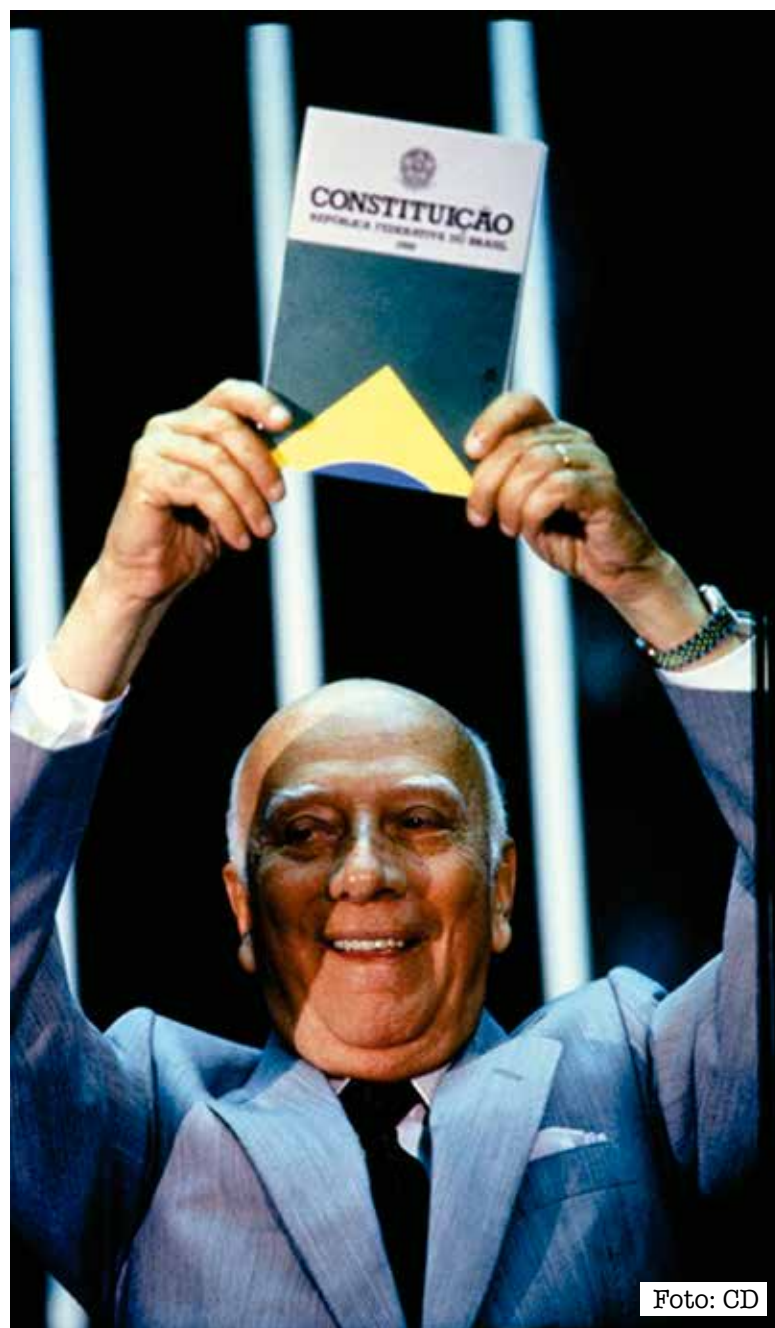


Foto: CD

ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE



Em 15/11/1989, depois de 29 anos de abstenção, o povo brasileiro foi às urnas para eleger, pelo voto direto, o presidente da República. Havia, em disputa, dois candidatos representando dois projetos políticos antagônicos.

De um lado, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, liderança política despontada nos movimentos sindicais do ABC paulista. Participante ativo dos movimentos em defesa da classe trabalhadora e pela redemocratização, Lula já tinha sido eleito deputado federal constituinte em 1986 com a maior votação até então obtida por um candidato à Câmara dos Deputados.

De outro, Fernando Collor de Mello, representante do PRN, prometendo uma eleitoreira “caçada

aos marajás” e a modernização política. Governador de Alagoas eleito pelo PMDB, Collor era representante de uma tradicional oligarquia política do seu Estado. Foi da Arena e do PDS, legendas que garantiram a sustentação política dos governos militares na ditadura.

Durante a campanha do segundo turno, Collor recebeu o apoio da Rede Globo, atraindo os setores conservadores assustados com o crescimento eleitoral de Lula, que praticamente triplicou seu número de eleitores. Collor venceu a disputa com 53% dos votos válidos contra 47% de Lula.

LULA

**PRESIDENTE
VICE - BISOL**



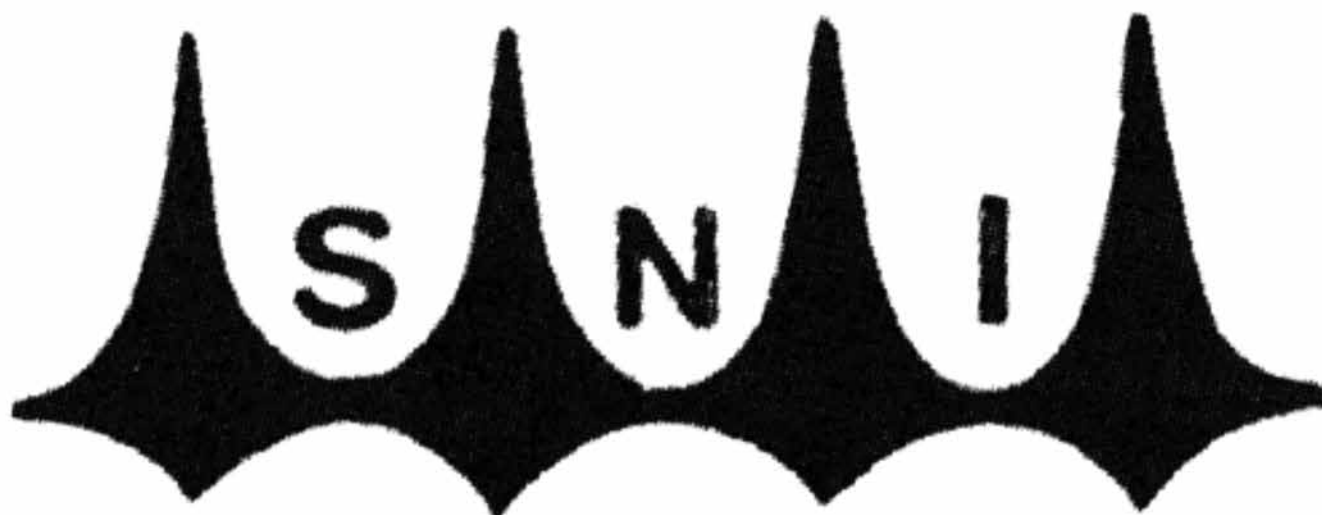
**O BRASIL
VAI MUDAR
DE CARA.**



Foto: ANGEL AP

Deposite qualquer quantia e toda a sua confiança no Lula.Conta LULA 89-PT n.13.000-1 ag.0300-X Banco do Brasil

BRASIL FICA LIVRE DO ‘MONSTRO’ DO SNI



Em 15/03/1990, o SNI (Serviço Nacional de Informações) foi extinto, no primeiro dia de governo do presidente Fernando Collor. Durante a campanha presidencial de 1989, tanto Lula como Collor se comprometeram com o fim do SNI (Sistema Nacional de Informações), agência de terror desse sistema incompatível com a democracia.

Criado logo depois do golpe de 1964, pelo general Golbery do Couto e Silva para “superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo o território nacional”, o SNI tornou-se uma agência de espionagem. dos gover-

nos militares que controlava a vida dos brasileiros, dos partidos, dos sindicatos e das organizações civis em geral.

O sistema tentacular de controle e espionagem do SNI fichou militantes da resistência e forneceu informações aos organismos de repressão, como o Dops, o DOI-Codi e a Operação Bandeirante (Oban). O conjunto dos órgãos de informações, mais conhecido como “comunidade de informações, reuniu grande poder político no período mais negro da ditadura. O próprio general Golbery, admitiria mais tarde: “Criamos um monstro”.

APARECE A PRIMEIRA VALA CLANDESTINA: OSSADAS ENCONTRADAS EM PERUS



Ossadas encontradas em Perus. Foto: Memorial da Democracia

Em 04/09/1990, ossadas humanas, em um total de 1.049, foram encontradas em uma vala clandestina no cemitério Dom Bosco, no distrito de Perus, zona noroeste da capital paulista, depois de um pedido de busca feito pela Prefeitura Municipal de São Paulo. A construção da vala teria sido autorizada no ano de 1970, pelo então prefeito Paulo Maluf, para abrigar restos mortais de indigentes.

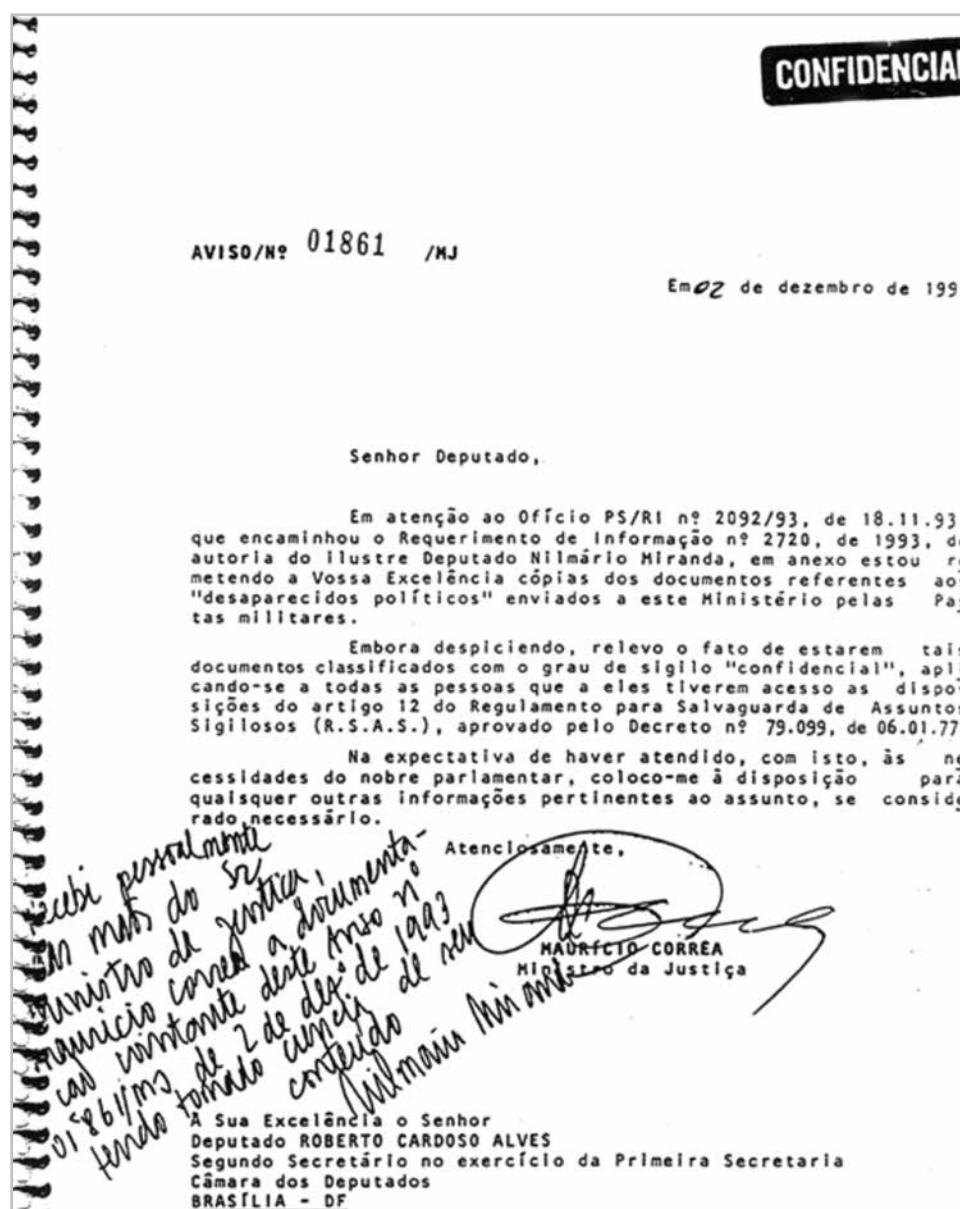
Entretanto, por encontrar nas ossadas da vala comum de Perus incrustações em ouro e platina nas arcadas dentárias, ou até mesmo marca-passos (proibitivos à época, para pessoas em situação de indigência), o administrador do cemitério, Antônio Pires Eustáquio apontou evidências de que parte das ossadas poderiam não serem de mendigos/as. Uma denúncia da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese São Paulo indicou o uso da vala

para enterrar os corpos de presos/as políticos/as assassinados/as nos porões da ditadura.

O trabalho de identificação das ossadas, feito com o apoio da Universidade de Campinas (Unicamp) e da Prefeitura de São Paulo, na gestão Luiza Erundina, identificou os corpos de Denis Casemiro, desaparecido em 1971; Frederico Eduardo Mayr, morto em 1972; e Flávio de Carvalho Molina, enterrado em 1972, sob o nome de Álvaro Lopes Peralta.

O trabalho de identificação foi suspenso por dez anos. Em setembro de 2014, a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, a Prefeitura paulistana e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos anunciaram a retomada das análises dos restos mortais com apoio de peritos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

GOVERNO EXIGE DAS FORÇAS ARMADAS INFORMAÇÕES SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS



Em 01/11/1993, oito anos depois do fim da ditadura, Itamar Franco, o primeiro presidente civil a cobrar das Forças Armadas informações sobre o destino dos opositores mortos e desaparecidos em dependências militares ou em confronto com forças da repressão, determinou aos comandantes militares que fornecessem ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, informações completas sobre as circunstâncias da morte ou desaparecimento de 144 pessoas durante o regime militar.

Entretanto, as Forças Armadas, entretanto, não reconheceram sua participação no processo de tortura, morte e desaparecimento das pessoas listadas pelo Comitê Brasileiro de Anistia e outras entidades de defesa dos direitos humanos.

Os militares apresentaram informações incompletas e distorcidas sobre as pessoas, identificadas quase todas como desaparecidas. Mais tarde, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2010, acusaria a Marinha de ter omitido informações sobre 11 pessoas, que aparecem como mortas em um relatório de 1972 produzido por ela mesma.

LEI DOS DESAPARECIDOS PERMITE INVENTÁRIO DAS CICATRIZES DA DITADURA



Foto: Memorial da Democracia

Em 04/12/1995, o presidente Fernando Henrique sanciona a Lei 9.140/95, conhecida como a Lei dos Desaparecidos, que reconhece como mortas as pessoas desaparecidas após detenção por participação ou acusação de participação em atividades políticas entre 02/09/1961 05/10/1988, data da proclamação da nova Constituição do Brasil.

Marco importante da retomada da democracia, a Lei dos Desaparecidos reconhece, pela primeira vez, a responsabilidade do Estado nos crimes cometidos pelas forças de repressão durante a ditadura militar e tornou-se instrumento fundamental para a ampliação do debate sobre justiça contra os crimes da ditadura.

Elaborada por José Gregori, então chefe de gabinete do ministro da Justiça, Nelson Jobim, depois o primeiro secretário nacional de Direitos Humanos (1997-2000) e ministro da Justiça (2000-2001), a Lei 9.140 previu a criação de uma Comissão Especial encarregada da busca de informações para o reconhecimento de violações contra os direitos humanos, praticadas por agentes do poder público durante a ditadura, bem como de promover as devidas reparações e de se esforçar na localização, identificação e devolução de restos mortais aos familiares das vítimas.

A Lei dos Desaparecidos também estipulou a concessão de indenizações financeiras e os parâmetros dessa reparação. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi criada por decreto presidencial em 18/12/1995, de dezembro de 1995, no âmbito do Ministério da Justiça.

A Lei 10.875, sancionada em 01/06/2004 pelo presidente Lula, amplia os critérios para reconhecimento das vítimas da ditadura militar, incluindo mortos em manifestações públicas e suicídios decorrentes da ação repressiva. Desde então, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos operou vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Desarticulada no governo Bolsonaro, a retomada da Comissão é uma demanda crescente e contínua dos direitos humanos no terceiro mandato do Presidente Lula.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: PRIMEIRO TRABALHADOR-PRESIDENTE DO BRASIL

*“Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino,
de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos,
que se tornou torneiro mecânico e líder sindical,
que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores
e acreditou no que estava fazendo,
que agora assume o posto de supremo mandatário da nação,
vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção,
que nós podemos muito mais.”*

Luiz Inácio Lula da Silva



Foto: PT Nacional

Em 27/10/2002, pela primeira vez na história da Nação, um retirante nordestino, um moleque vendedor de amendoim, um trabalhador do chão de fábrica, um sindicalista, líder de greves nos tempos bicudos da ditadura, um político, fundador do maior partido de massas do Brasil, foi eleito presidente da República.

Em 01/01/2003, depois de empossado no Congresso Nacional, o presidente-trabalhador seguiu para o Palácio do Planalto, onde recebeu a faixa presidencial do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na Praça dos Três Poderes e em toda a Esplanada dos Ministérios, um mar vermelho de mais de 100 mil pessoas vivia com Lula o sonho sonhado da classe trabalhadora na presidência da República.

Em 29/10/2006 o povo brasileiro reelegeu Lula para mais quatro anos de mandato, com 58.295.042 votos, o que representa 60,83% dos votos válidos. Seu concorrente, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB), hoje no PSB e eleito vice-presidente da República do governo Lula, perdeu as eleições para Lula, mas teve 37.543.178 votos, ou seja, com 39,17% dos votos válidos.

Em 01/01/2007, Lula tomou posse pela segunda vez. Em seus dois mandatos, o Brasil prosperou na economia, avançou no fortalecimento da democracia, e lutou para acabar com a miséria e fome, flagelo e vergonha maior da sociedade brasileira.



Foto: PT Nacional



Foto: PT Nacional

UMA MULHER CHEGA AO COMANDO DO PAÍS



Em 31/10/2019, Dilma Vana Rousseff, do PT, é eleita presidenta do Brasil. Com 55,8 milhões de votos (56,05%) no segundo turno, Dilma tornou-se a primeira mulher a ser eleita para o cargo, depois de vencer nas urnas o ex-governador de São Paulo, José Serra (PSDB), que obteve 43,95% dos votos.

Durante a ditadura, Dilma participou da resistência armada e integrou o Comando de Libertação Nacional (Colina) e, depois, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), dois grupos de esquerda que combateram o regime militar. Ficou presa por três anos (1970-1972), período em que foi submetida a tortura.

Com a redemocratização do país, Dilma começou a construir sua carreira política. Primeiro, como secretária da Fazenda de Porto Alegre, na gestão do pedetista Alceu Colares, de 1985 a 1988; depois, como secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, na administração do petista Olívio Dutra, de 1999 a 2002.

Em 2003, foi escolhida por Lula para ocupar a pasta de Minas e Energia em seu governo; em 2005, assumiu o posto de ministra-chefe da Casa Civil, em

substituição a José Dirceu. Braço direito do presidente Lula em seu segundo mandato, foi indicada para concorrer à sucessão presidencial.

Com a candidatura impulsionada pela alta avaliação positiva do governo e do próprio presidente, superior a 80% — fruto do crescimento econômico com distribuição de renda e da ampliação das políticas públicas na área social — Dilma obteve 46,9% dos votos no primeiro turno, contra 32,6% de Serra e 19,3% de outra ex-ministra, Marina Silva (PV), que emergia como importante força política.

O pleito de 2010 também foi marcado pela ampla eleição de mulheres à Câmara dos Deputados. Entre os dez candidatos mais votados naquele ano, três são mulheres: Manuela d'Ávila (PCdoB/RS), com a quarta maior votação (482 mil votos), Ana Arraes (PSB/PE), quinta mais votada, com 387 mil votos, e Bruna Furlan (PSDB/SP), a décima, com 270 mil votos.

Em 2014, Dilma seria reeleita ao derrotar, no segundo turno, o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves (PSDB) que, sem sucesso, contestou os resultados nas eleições.

O GOLPE CONTRA DILMA

*“Esta história não acaba assim.
Estou certa que a interrupção deste processo
pelo golpe de Estado não é definitiva.
Nós voltaremos.
Voltaremos para continuar nossa jornada
rumo a um Brasil em que o povo é soberano.”*
Dilma Rousseff



Foto: José Cruz/Agência Brasil

Em 31/08/2016, Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil perdeu, no Senado Federal, o cargo de presidenta da República. A ex-presidenta não perdeu os direitos políticos. Dilma pode, em qualquer tempo, concorrer a cargos eletivos.

Dilma foi acusada – e injustamente condenada, como se provou anos depois – por crime de responsabilidade fiscal. O pedido de afastamento da presidenta alegava que ela havia maquiado as contas públicas, praticado as chamadas “pedaladas fiscais” e desrespeitado a lei orçamentária durante a campanha eleitoral para, segundo a justificativa apresentada no documento, dar uma falsa sensa-

ção de segurança à economia e garantir a reeleição de 2014.

O golpe contra Dilma começou com a vitória da presidenta contra o tucano Aécio Neves nas eleições de 2013. Em 2010, Dilma tornou-se presidenta contando com o apoio de Lula, que deixou a presidência depois de dois mandatos consecutivos com altos índices de aprovação popular. Na campanha de reeleição, outra vez com o apoio de Lula, Dilma, mantendo o vice Michel Temer na chapa, obteve 51,64% dos votos contra os 48,26% da oposição de Neves, que contestou o resultado das urnas e dividiu o país.

Embora com baixa popularidade devido à crise econômica e política pela qual o país passava, Dilma governava com uma ampla base aliada no Congresso, sendo o PT a segunda maior bancada. No dia 02/12/2015, o ex-presidente da Câmara anunciou o acolhimento do pedido de impeachment contra a presidenta.

Em 17 de dezembro, o STF definiu o rito do impeachment a ser seguido pela Câmara. Ficou estabelecido que as votações do processo de impedimento teriam que ser abertas, inclusive para a eleição da comissão, com seus integrantes indicados pelos líderes. Em fevereiro, a Câmara entrou com recurso contra a decisão do Supremo. A Corte o rejeitou e manteve o rito anteriormente definido.

Em março, Eduardo Cunha instalou a nova comissão especial e os deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO) foram elei-

tos presidente e relator, respectivamente. Com o desenrolar do processo na Câmara, Dilma foi perdendo apoio de grandes partidos. Em março, o PMDB rompeu oficialmente com o governo após uma reunião do diretório nacional.

Em 11 de abril, a comissão especial aprovou a abertura do processo contra Dilma, por 38 votos a 27. No dia 17, após seis horas de sessão e por votação nominal, o Plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment contra Dilma por 367 votos a favor, 137 votos contra e 7 abstenções.

Em 6 de maio, a comissão aprovou o relatório de Antonio Anastasia, favorável à abertura do processo de impeachment, por 15 votos a favor e 5

contra. Em 12 de maio, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma Rousseff do cargo. A partir desse momento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, assumiu a condução do processo.

Em junho, a Comissão Especial do Impeachment passou por momentos tensos na definição do cronograma de trabalho - feito e reformulado algumas vezes - e na fase de depoimentos das 44 testemunhas - 38 da defesa, 2 da acusação e 4 arroladas pelos senadores - em 14 reuniões, chegando a quase 100 horas de oitivas.

Em julho, a comissão debateu os laudos periciais sobre os termos da denúncia, elaborados por uma junta de consultores do Senado e por assistentes peritos da acusação e da defesa.

No início de agosto, a comissão discutiu o relatório final do senador Antonio Anastasia, que defendeu a procedência da acusação e a realização do julgamento da presidente afastada. Os senadores que defendiam o impeachment elogiaram o texto, enquanto os aliados de Dilma afirmaram que o documento concretizava um “golpe”. Em 4 de agosto, o relatório foi aprovado na comissão e seguiu para o Plenário.

Na sessão iniciada na manhã de 9 de agosto e encerrada na madrugada do dia 10, o Plenário decidiu, por 59 votos a 21, que a presidente afastada iria a julgamento. Dilma foi acusada de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego de recursos públicos, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos.

No terceiro dia do julgamento, a presidente Dilma compareceu ao Congresso para se defender e negou ter cometido os crimes de responsabilidade de que foi acusada. Dilma classificou de golpe a aprovação do impeachment e acusou o então vice-presidente, Michel Temer, e o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de conspiração.

Após 6 dias de julgamento, o Senado concluiu, em 31/08/2016, o impeachment de Dilma Rousseff, cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos políticos. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários no julgamento que ficará marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil.

Agência Senado, com edições da Redação Extratos.



Foto:Marcelo Camargo/Agência Brasil

IMPACTOS DOS GOVERNOS PÓS-IMPEACHMENT NO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

Depois do impeachment da presidenta Dilma, em 31/08/2016, ou mesmo um pouco antes, depois da posse interina do vice-presidente em maio de 2016, o número de manifestações conjuntas dos movimentos sociais e sindicais aumentou, em uma luta conjunta, sobretudo, para não perder os direitos conquistados não só nos governos do PT, mas em décadas de luta.

Conquistas históricas da classe trabalhadora, como o jornada de trabalho de 40 horas, o salário mínimo, as férias remuneradas, o 13º salário, a licença-maternidade, o seguro-desemprego, instituídas na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), resultado da mobilização histórica dos sindicatos, sofreram grandes ameaças no período 2016-2022.

Em especial, com a aprovação da reforma trabalhista de 2017, que decretou o fim do imposto sindical, equivalente a um dia de trabalho dos/das celetistas, descontado no mês de março, o governo conseguiu impactar o movimento sindical, sobretudo pelo corte no financiamento das atividades sindicais, parte delas realizadas com recursos do imposto sindical.

Desde que o vice-presidente golpista assumiu, multiplicaram-se as manifestações contra a reforma da previdência e, principalmente, contra a lei aprovada de congelamento dos gastos públicos por vinte anos; a chamada “PEC do fim do mundo”, por seu impacto negativo em termos de desinvestimentos na saúde, na educação, na infraestrutura e por não permitir ao governo federal cumprir com outros deveres constitucionais do Estado brasileiro.

O governo que entrou em 2019 foi marcado pela continuidade e aprofundamento da agenda destrutiva legada pelo ex-presidente que assumiu no lugar de Dilma em 2016. A partir de 2019, multiplicaram-se as tentativas de desmonte da CLT, por meio de 918 Medidas Provisórias. Em 2019: 563 tentativas – 56 efetivadas. Em 2020, 243 tentativas – 8 modificações na legislação. Em 2021, 11 tentativas – 10

incorporadas. Em 2022, 101 tentativas – 23 foram concretizadas.

Diferentemente da Reforma Trabalhista, cuja origem foi por meio de projeto de lei ordinária, e garantiu algum debate no Parlamento, o governo 2019-2022 extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego e utilizou como instrumento para aprofundar as contrarreformas, o uso excessivo de medidas provisórias, cuja vigência é imediata, com o propósito de dificultar e até mesmo inviabilizar a participação do movimento sindical, que assim as debateu como fato consumado. Ainda assim, o governo 2019-2022 teve derrotas importantes:

Por não ter sido votada nas duas casas do Congresso, a MP 873/19, MP do Boleto Bancário, teve seu prazo de validade expirado em 28/06/2019. A medida, publicada em 1º de março, reforçava as mudanças determinadas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), ao tentar impedir o desconto em folha salarial da contribuição sindical, que passaria a ser feita por meio de boleto bancário encaminhado à residência do empregado ou à sede da empresa.

A MP 881/19, transformada na Lei 13.874/19, conhecida como Lei da Liberdade Econômica, durante a tramitação sofreu mudanças na tentativa de introduzir a autorização do trabalho aos domingos e feriados, sem necessidade de permissão prévia do Poder Público e a revogação da Lei 4.178/62, que veda a abertura de bancos e outros estabelecimentos de crédito aos fins de semana. Portanto, ameaçava a jornada de trabalho dos/as bancários/as, que garante folga aos sábados.

Publicada em 12/11/2019, a MP 905/19, MP da Carteira Verde e Amarela que, além de instituir o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, buscava implementar nova contrarreforma trabalhista, com diversas alterações e inovações relevantes também nas legislações previdenciária e tributária. Foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Mas sem consenso no Senado, a MP caducou em 20/04/2020.





Foto: CUT

GREVES DO MOVIMENTO SINDICAL NOS ANOS PÓS-IMPEACHMENT (2016-2022)

GREVES EM 2016 – Dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), registram 2.093 greves em 2016, 1.100 na esfera pública e 986 de trabalhadores/as da esfera privada. Em 2016, cerca de 81% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações; e mais da metade delas, 56%, denunciavam descumprimento de direitos.

GREVES EM 2017 – Em 2017, DIEESE registrou 1.566 greves. Os/as trabalhadores/s da esfera pública promoveram 814 paralisações, enquanto que os/as trabalhadores/as da esfera privada realizaram 746 paralisações. Das 1.566 paralisações registradas, Em 2017, 81% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações; sendo que mais da metade (56%) referia-se a descumprimento de direitos.

GREVES EM 2018 – Em 2018, segundo dados do DIEESE, ocorreram 1.453 greves, sendo que 791 foram realizadas por trabalhadores/as da esfera pública e 655 por trabalhadores/as da esfera privada. Em 2018, 82% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações; sendo que mais da metade (53%) referia-se a descumprimento de direitos.

GREVES EM 2019 – Em 2019, DIEESE registrou 1.118 greves. Os/as trabalhadores/as da esfera pública promoveram 566 greves, um número de paralisações pouco maior que os trabalhadores da esfera privada, que realizaram 548 paralisações. Em 2019, 82% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, sendo que mais da metade, 53%, referia-se a descumprimento de direitos e pouco menos da metade, 46%, à manutenção de condições vigentes.

GREVES EM 2020 – Em 2020, o DIEESE registrou 649 greves. Os/as trabalhadores/as da esfera privada promoveram 417 paralisações, um número de paralisações bem maior que os trabalhadores da esfera pública, que realizaram 231. Em 2020, 89% das greves incluíam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações, sendo que mais da metade, 56%, referia-se a descumprimento de direitos e pouco menos da metade, 48%), à manutenção de condições vigentes. Considerando-se também os 22% de greves propositivas, revela-se, no conjunto, uma pauta reivindicatória bastante defensiva. Das 207 greves sobre as quais foi possível obter informações a respeito do desfecho, 76% lograram algum êxito no atendimento às reivindicações.

GREVES EM 2021 – Em 2021, o DIEESE registrou 721 greves. Os/as trabalhadores/as da esfera privada deflagraram quase dois terços dessas mobilizações (65%). Na pauta de reivindicações de 2021, 88% das greves incluíam itens de caráter defensivo, sendo que as menções à manutenção de condições vigentes e ao descumprimento de direitos ocuparam proporções muito semelhantes (51% e 50%, respectivamente). Greves propositivas foram 32,7% do total. Das 278 greves (39% do total anual) sobre as quais foi possível obter informações sobre o desfecho, 73% lograram algum êxito no atendimento às suas reivindicações.

GREVES EM 2022 – Em 2022, foram registradas 1.067 greves, das quais 580 greves ocorridas nos três níveis da administração pública. Os/as funcionários/as públicos municipais deflagraram quase três quartos dessas paralisações (74%). Segundo dados do DIEESE, na maioria dos casos (65%) houve algum êxito no atendimento das reivindicações.

LUTAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO SINDICAL BANCÁRIO NOS ANOS PÓS-IMPEACHMENT (2016-2022)



Foto: CUT Nacional

Em 06/09/2016, menos de um mês depois do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a Greve dos/as Bancários/as, maior paralisação da categoria no século XXI, paralisou 13.071 agências bancárias, 56% do total de agências distribuídas pelos 26 estados mais o Distrito Federal.

Depois de 31 dias de paralisação, a categoria conquistou um reajuste de 8% para 2016 mais abono de R\$ 3.500,00, além de 15% no vale alimentação, 10% no vale refeição e no auxílio creche-babá, licença paternidade de 20 dias e criação de um centro de realocação e requalificação. O Acordo de dois anos, conquista da Campanha Nacional Unificada 2016 depois da greve histórica de 2016, garantiu reposição total da inflação mais 1% de aumento real e, em meio a uma conjuntura de desmonte trabalhista, preservou direitos até 31 de agosto de 2018.

Em 2017, não houve greve bancária. Pela primeira vez na história, a Convenção Coletiva Nacional – CCT e os diversos Acordos Específicos passaram a ter validade de dois anos. Os banqueiros aproveitaram o ano sem greve para intensificar sua ofensiva contra os/as trabalhadores/as com reestruturações, fechamento de agendas, corte de comissões, e uma onda de programas de incentivo à aposentadoria, além do menor reajuste bancário em vários anos: 2,73%.

Em 19/02/2018, bancários/as de todo o país entraram em greve contra as reformas da Previdência e Trabalhista, propostas pelo governo golpista, instalado no país desde agosto de 2016. A greve foi convocada pela Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), entidade ligada à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Em 14/06/2019, a categoria bancária participou da greve geral contra a Reforma da Previdência, em defesa da soberania nacional, dos bancos públicos e da democracia brasileira. Por unanimidade, a categoria decidiu aderir ao chamado das centrais sindicais, e se juntar a outras categorias como motoristas, metroviários, ferroviários, metalúrgicos, químicos, servidores públicos e outras categorias, em uma grande paralisação nacional sobretudo contra a Reforma da Previdência, que acaba com o direito à aposentadoria de milhões de brasileiros e brasileiras.

Em 2020, a Campanha Nacional dos Bancários foi a mais desafiadora de todas já realizadas pela categoria no país. Em 11/03/2020, o surto de Covid-19 foi declarado “pandemia” pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No dia 12, seguinte, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT) encaminhou ofício à Fenaban requerendo uma negociação para discutir medidas a serem tomadas para a proteção dos bancários frente a essa emergência sanitária com repercussões ainda desconhecidas. Criou-se um “Comitê de Crise” bipartite visando a acompanhar as orientações das autoridades de saúde com relação a pandemia, de acordo com a evolução da crise. Em duas semanas, 230 mil bancários/as já estavam em home office (51% da categoria). Devido ao isolamento social imposto para enfrentar a pandemia, as negociações e demais procedimentos foram todos digitais. Um formato nunca testado. A Campanha 2020 foi um processo 100% telemático, com toda a comunicação conduzida à distância.

Em 2021, resultado de luta e mobilização, a categoria bancária conquistou na Campanha Nacional Unificada de 2021 reajuste salarial de 10,97% que corresponde a reposição integral do INPC acumulado entre setembro de 2020 e agosto de 2021, 10,42%, mais ganho real de 0,05%. O mesmo reajuste será aplicado em todas as cláusulas econômicas, como piso salarial, PLR, vale-alimentação, vale-refeição, auxílio creche, entre outros direitos garantidos na CCT que possui abrangência nacional.

Em 2022, o Comando Nacional dos Bancários conseguiu, no âmbito da Campanha Nacional Unificada dos Bancários 2022 (campanha salarial), uma proposta global positiva para a categoria: acordo de dois anos, com aumento de 10% em vales alimentação (VA) e refeição (VR), mais uma 14ª cesta alimentação de R\$ 1 mil paga somente em 2022 (até outubro); reajuste de 13% para a parcela adicional da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com correção da inflação (8,83%) nos demais valores fixos da PLR e reajuste nos salários e em todas as demais verbas, como auxílio-creche/babá, por exemplo, de 8% em 2022 (o reajuste corresponde a 91% da inflação, confirmada em 8,83% na data-base dos bancários: 1 de setembro).



Foto: Francisco Proner

LULA: PRISÃO E VOLTA VENCE A CORAGEM, PERSISTE A ESPERANÇA

*“Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta.”*
Vladimir Maiakovski

Em 07/04/2018, foi levado do Sindicato de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, para cumprir pena de 12 anos e 1 mês de prisão na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, no Paraná, depois de ter sua sentença transitada em julgado na oitava turma do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre.

No dia 5 de abril, a defesa de Lula tentou um último recurso contra a decisão do TRF-4 no Supremo Tribunal Federal. Por 6 votos a 5, com o voto de desempate de Rosa Weber, o recurso foi rejeitado no STF. Sob intensa pressão do meio político e da opinião pública, alimentada pela mídia corporativa, Lula foi mandado para Curitiba e lá ficou, trancado em uma cela improvisada, por 580 dias.

A pressão para encarcerar Lula veio também de segmentos influentes da caserna. Horas antes do voto crucial de Rosa Weber, o general Eduardo Villas Boas, então comandante do Exército, postou a seguinte nota nas redes sociais:

“Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais. ”Selada a sentença, Lula amargou 580 dias de prisão. Mesmo tecnicamente inelegível desde 25/04/2018, data em que o TRF-4 confirmou

a sentença em primeira instância do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Penal de Curitiba, pela Lei da Ficha Limpa, que proíbe concorrer a cargo eletivo com sentença julgada em segunda instância no STJ (Supremo Tribunal de Justiça) ou do STF, de dentro da prisão, Lula lançou sua candidatura à presidência da República nas eleições de 2018, tendo Fernando Haddad como candidato a vice. Em 11/09/2018, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) rejeitou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 09/11/2019, o STF mudou o entendimento sobre o início do cumprimento da pena das pessoas julgadas em segunda instância. Lula foi solto de imediato. Em 08/03/2021, depois que o ministro Edson Fachin, do STF, anulou a decisão do juiz de Curitiba por incompetência de foro, Lula voltou a ficar elegível. Em 23 de junho, o STF anulou todos os processos de Lula na Lava-Jato porque o juiz Moro foi considerado suspeito pra julgar os casos.

Em 21/07/2022, O PT e a Federação Brasil da Esperança, formada pelo PT, PCdoB e PV, lançaram a candidatura de Lula a presidente, tendo como vice na chapa Geraldo Alckmin, recém-filiado ao PSB. Em 30/10/2022, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil com 60.341.333 votos, 50,90% dos votos válidos. Em 01/01/2023, o presidente Lula subiu a rampa do Planalto, para assumir, pela terceira vez, o comando do país pelo voto direto e por vontade expressa do povo brasileiro.

VIGÍLIA LULA LIVRE: ALIMENTO DA DEMOCRACIA

*“Quando alguém sofre uma injustiça,
a gente tem que lutar junto até o final.”*

Haidê Maria, militante do PT na Vigília Lula Livre



Vigília Lula Livre pede #LulaLivreUrgente em dia de votação do HC de Lula no STF. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Da noite de 07/04/2018 à tarde do dia 08/11/2019, nos 580 dias em que esteve preso em Curitiba, após condenação na operação Lava Jato, chefiada pelo procurador da República Deltan Dallagnol e pelo ex-juiz Sérgio Moro, mesmo isolado em uma cela espartana de 15 metros quadrados no prédio da Polícia Federal, Luiz Inácio Lula da Silva não ficou um único dia sozinho.

Por todo esse longo tempo, do acampamento montado em frente à Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, no pacato bairro de Santa Cândida, região norte da capital do Paraná, centenas de militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) e dos movimentos sociais, diziam, todos os dias: “Bom Dia, Presidente Lula!”, “Boa Tarde, Presidente Lula!” e “Boa Noite, Presidente Lula!”

Em declarações à imprensa Haidê Maria, à época dirigente estadual do PT-São Paulo, conta como a Vigília se organizou: “Quando o Lula decidiu se entregar, começamos a convocar as pesso-

as para recebê-lo em frente à PF, em Curitiba. Lá, nos receberam com bombas. Nos dias seguintes, as pessoas foram chegando, montando suas barracas, o número de militantes foi só aumentando.”

Haidê conta também como surgiram as saudações ao presidente: “Depois de uns 15 dias, em uma noite muito fria, acendemos umas velas e organizamos um ‘Boa Noite, Presidente Lula!’. Daí pra frente, não mais paramos. Sem planejar nem combinar, ali, naquelas circunstâncias, debaixo daquela garoa fina, nós entendemos que quando alguém sofre uma injustiça, a gente tem que lutar junto até o final.”

Em seu primeiro discurso depois de sair da prisão, Lula agradeceu à militância da Vigília Lula Livre, que esteve com ele o tempo todo durante os quase 19 meses em que esteve preso: “580 dias gritaram aqui: ‘bom dia, Lula, boa tarde, Lula, boa noite, Lula. Não importa se estivesse chovendo, que estivesse 40 graus, que estivesse zero grau. Todo santo dia, vocês eram o alimento da democracia.”



Foto: Ricardo Stuckert/PR

LULA SOBE A RAMPA DO PLANALTO EM COMPANHIA DO POVO BRASILEIRO

Em 01/01/2023, depois de ser empossado no Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva subiu a rampa do Palácio do Planalto e recebeu a faixa presidencial de cidadãos e cidadãs que representam a diversidade do povo brasileiro. Em um ato jamais visto de incivilidade, dias antes da posse o presidente derrotado nas urnas fugiu do país, para não passar a faixa presidencial ao legítimo vencedor das eleições livres e democráticas de 2022.

Falta, não fez. O presidente subiu a rampa acompanhado da primeira-dama Janja, do vice-presidente Geraldo Alckmin e de Lu Alckmin, do cacique Raoni Metuktire, de 90 anos, líder do povo Kayapó, do menino Francisco Carlos do Nascimento e Silva, do professor Murilo de Quadros Jesus,

da vigília Jucimara Fausto dos Santos, do influenciador da inclusão Ivan Vitor Dantas Pereira, do metalúrgico Wesley Viesba Rodrigues Rocha e, da catadora Aline Sousa, recebeu a faixa presidencial.

Ante uma Esplanada lotada com milhares e milhares de pessoas, a maioria vestindo vermelho, Resistência também subiu a rampa com Lula. Adotada por Janja, a cadela vira-lata da Vigília Lula Livre, acampamento mantido por militantes do PT (Partidos dos Trabalhadores) em frente à Polícia Federal, durante os 580 dias em que Lula esteve preso na masmorra de Curitiba, Resistência não só subiu a rampa. Resistência é hoje moradora ilustre do Palácio da Alvorada, a residência oficial do presidente da República em Brasília.



Lula sobe a rampa do Planalto em companhia do povo brasileiro.
Foto: Tânia Rego/Agência Brasil

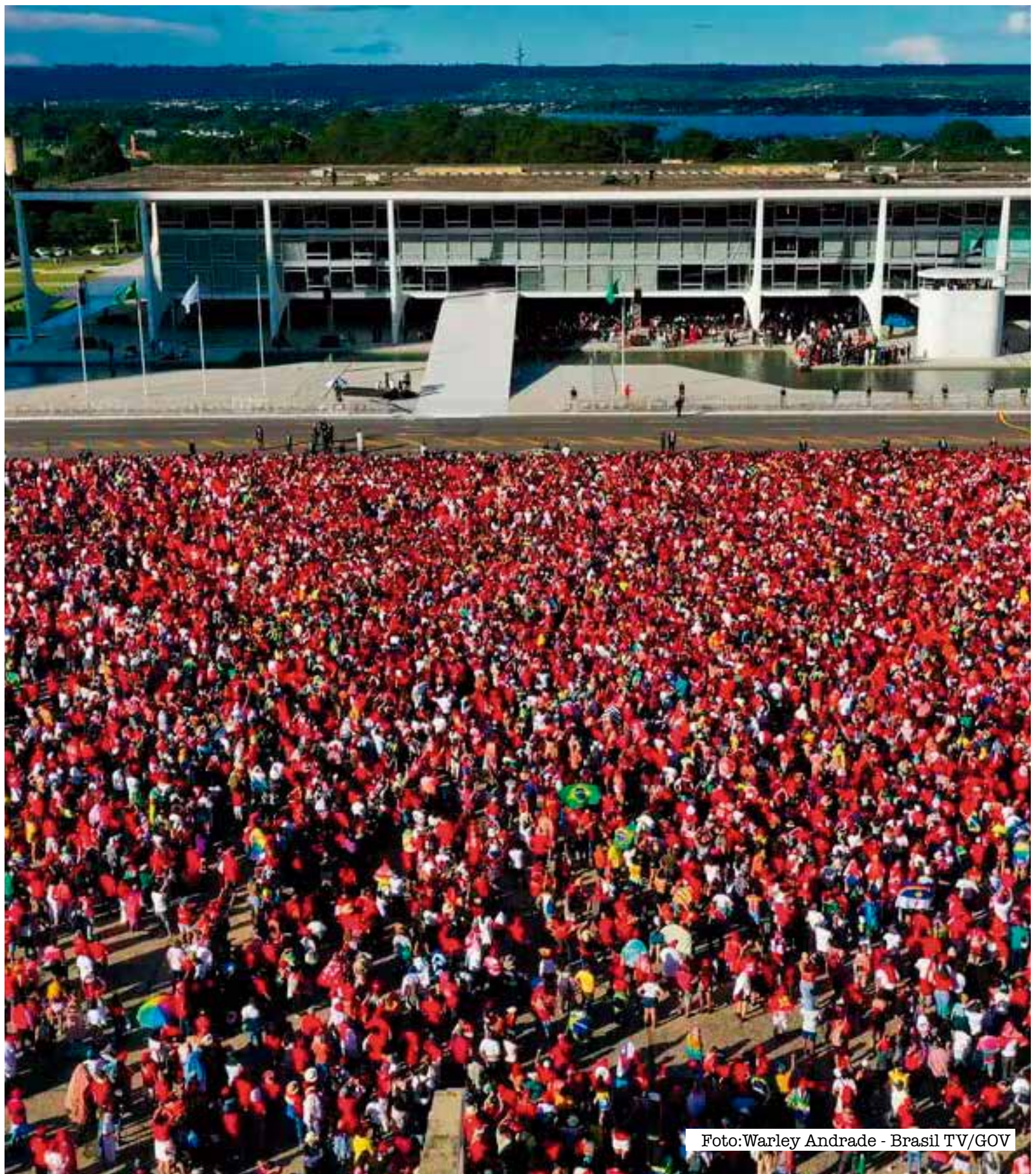


Foto: Warley Andrade - Brasil TV/GOV

8 DE JANEIRO: UMA INTENTONA GOLPISTA



Foto: Agência Câmara de Notícias

Em 08/01/2023, apenas uma semana depois da posse do presidente Lula no dia primeiro do novo ano, milhares de vândalos/as bolsonaristas, em um ato expresso de terrorismo político, invadiram e depredaram o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal para, por meio do caos, forçar a implantação de mais um golpe de Estado no Brasil.

A tentativa fracassada de tomada do poder naquela tarde de domingo tinha por objetivo fechar o Congresso Nacional, prender ministros do Supremo Tribunal Federal, destituir o recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em seu lugar empossar, como ditador do Brasil, com o hipotético respaldo das Forças Armadas, o candidato derrotado das eleições de 2022, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mobilizado a partir de acampamentos golpistas instalados em frente aos quartéis militares logo depois da vitória de Lula, o movimento golpista esperava contar com ampla adesão popular e se espalhar por todo o país, até a retomada de seu “mito” ao poder. As cenas trágicas de destruição do patrimônio público em Brasília geraram um efeito inverso. A intentona bolsonarista ganhou o repúdio da maioria da população brasileira.

Acreditando na “Tomada de Brasília”, uma outra horda de golpistas buscou espalhar o terror pelo país. Em Rondônia e no Paraná derrubaram torres, tentando interromper fornecimento de energia elétrica. Em diversos estados tentaram bloquear refinarias, para interromper o fornecimento de combustíveis. A insurgência foi debelada pelas polícias estaduais e pela resistência dos/as próprios/as trabalhadores/as da Petrobras.

Contando com a conivência de setores da polícia militar do Distrito Federal e das próprias Forças Armadas, a insurgência golpista esperava consolidar o golpe com a entrada do Exército em cena, teoricamente convocado pelo presidente Lula, por meio de uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem), para aplacar o caos da depredação instalada por ela mesma na sede dos Três Poderes da República. Lula não assinou a GLO.

Depois da intentona golpista, o governo Lula, o Judiciário e o Congresso Nacional vêm tomando medidas enérgicas para preservar a democracia. Investigações continuam em andamento. Golpistas têm recebido condenações severas. Prisões têm ocorrido, inclusive de militares. O povo brasileiro não quer mais golpes.

Mas, como alguém já disse um dia, a extrema-direita não dorme e é cheia de olhos. Portanto, como nos versos de Caetano Veloso e Gilberto Gil, eternizados na linda voz de Gal Costa, “é preciso estar atento e forte!”

SEM ANISTIA PARA GOLPISTAS

*“Nós, da esquerda brasileira,
não vamos aceitar esse pedido de anistia.
É um absurdo, porque os crimes que eles cometeram,
quando estavam no governo,
tanto quanto já estavam fora,
foram gravíssimos,
do ponto de vista jurídico e político.”*

João Paulo Rodrigues



Foto: Marcelo Camargo - Agência Brasil

Em 25/02/2024, em ato da extrema-direita, realizado em São Paulo, o ex-presidente golpista lançou a bandeira política do movimento que organizou – e executou – a intentona golpista de 8 de janeiro: Anistia! Em seu discurso, o ex-presidente prometeu trabalhar para que uma anistia leve o perdão a ele próprio e quem depredou os prédios públicos da Praça dos Três Poderes. Em 23 de março, as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo realizaram manifestações contra qualquer tipo de anistia para golpistas.

Em entrevista ao jornal Brasil de Fato, João Paulo Rodrigues, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a anistia aos e às golpistas da intentona de 8 de janeiro, mostraria que o Brasil não aprendeu nada com o perdão concedido, pela Lei da Anistia de 1979, a quem deu golpe, matou e torturou nos 21 anos do regime militar instalado pelo golpe de 1964: “A anistia brasileira não colocou o debate de um novo projeto das Forças

Armadas e, pelo contrário, 30 anos depois permitiu que os bolsonaristas ocupassem da estrutura das Forças Armadas e tentassem novamente um golpe.”

Para parentes de presos/as políticos/as mortos/as e desaparecidos/as da ditadura, para defensores/as dos direitos humanos, e para 63% da população brasileira, conforme pesquisa nacional recente, o Brasil não pode aceitar esse pedido de anistia.

Não se trata, de nenhuma maneira, de “ofender” a quem quer que seja. Trata-se de não permitir a gestação de uma nova geração de golpistas, com a convivência de parte da elite e econômica do país, de militares nos altos escalões da caserna, e de uma mídia corporativa que, no passado, turvou as vistas para a derrocada da democracia.

Trata-se, portanto, de não contemporizar aventuras golpistas, para que a barbárie que, em momentos diversos da nossa história, já deu prova de que podem corroer o que o Brasil tem mais precioso, que é o seu Estado Democrático de Direito.

INTENTONA GOLPISTA DE 2023:

CRONOLOGIA DO DIA 8 E DOS OUTROS DIAS DO MÊS DE JANEIRO

DIA	MÊS	ANO	OCORRÊNCIA
8	1	2023	Acampados/as em frente ao Quartel General do Exército em Brasília, milhares de golpistas avançam pela Esplanada dos Ministérios, rumo à depredação na Praça dos Três Poderes. Extremistas invadem e vandalizam os prédios-sede dos Três Poderes da República: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), ausente da capital, demite seu secretário de Segurança Pública e ex-ministro do governo anterior, Anderson Torres, que também estava fora da capital, nos Estados Unidos. Em visita a Araraquara, onde soube da intentona, o presidente Lula decreta intervenção federal no governo de Brasília. Ricardo Cappelli, secretário-executivo do ministério da Justiça, é nomeado interventor. 243 golpistas são presos dentro dos prédios públicos da Praça dos Três Poderes.
9	1	2023	Alexandre de Moraes, ministro do STF, afasta do cargo o governador Ibaneis Rocha, do Distrito Federal. Agentes policiais desmontam o acampamento golpista em frente ao QG do Exército. 1.927 acampados/as são levados/as para a Academia Nacional de Polícia. 1.152 golpistas ficam presos/as. 775 pessoas são liberadas/as.
10	1	2023	Ministro Alexandre de Moraes decreta a prisão do ex-secretário Anderson Torres. Ex-presidente publica nas redes sociais vídeo de um procurador de Mato Grosso, afirmando que as eleições foram fraudadas.
12	1	2023	PF encontra “minuta do golpe” na casa de Anderson Torres.
18	1	2023	Câmara Legislativa do DF instala CPI para apurar atos da intentona de 8 de janeiro.
20	1	2023	Operação Lesa Pátria é deflagrada para identificar envolvimento com o 8 de janeiro.

INTENTONA GOLPISTA DE 2023: CRONOLOGIA DOS DESDOBRAMENTOS NOS MESES SEGUINTE

DIA	MÊS	ANO	DESDOBRAMENTO
19	4	2023	General G. Dias pede demissão – Imagens mostradas pela CNN mostram o ministro do GSI no Palácio do Planalto no dia Intentona. Confrontado com as imagens, o general deixa o governo.
22	4	2023	Cappelli libera imagens das câmeras de segurança captadas no 8 de janeiro
25	5	2023	Congresso Nacional instala CCPI para investigar o 8 de janeiro.
18	8	2023	PF prende Fábio Vieira , comandante da PF no Distrito Federal no dia 8. Outros oficiais também são presos.
13	9	2023	STF condena 1º réu golpista a 17 anos de prisão.
18	10	2023	CPI do Congresso Nacional chega ao fim. Relatório pede o indiciamento do ex-presidente da República.
20	11	2023	Um dos presos do 8 de janeiro morre na Papuda, presídio de Brasília.
14	12	2023	PGR denuncia o 1º financiador identificado do 8 de janeiro.
4	12	2023	PGR cobra da empresa Meta vídeo compartilhado pelo ex-presidente depois da intentona.
12	12	2023	MPF recupera post do ex-presidente nas redes sociais. STF libera 30 ações penais de golpistas para julgamento.
5	2	2024	STF condena mais 29 golpistas pelos atos de 8 de janeiro.
1	3	2024	STF condena mais 15 golpistas. Até esta data, 116 golpistas foram julgados/as e condenados/as. Penas variam entre 12 e 15 anos de prisão.

MARIELLE FRANCO: QUEM MATOU. QUEM MANDOU MATAR. E POR QUÊ.

Em 24/03/2024, a Polícia Federal prendeu os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão e o delegado Rivaldo Barbosa, denunciados pelo assassino Ronnie Lessa como os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, em 14/03/2018.

A família de Marielle expressou grande surpresa pela presença do delegado na lista de mandantes. De acordo com a PF, Rivaldo ajudou a planejar o crime e atrapalhou as investigações porque havia prometido impunidade aos mandantes.

“Rivaldo não somente visitou a família no dia do crime, como se colocou à disposição para agilizar o processo de identificação dos assassinos e condenação dos assassinos, dizia ter sido amigo de Marielle,” comentou Marcelo Freixo, à época correligionário político e um dos grandes amigos da vereadora.

Os três foram presos, enviados para Brasília e depois distribuídos em prisões federais distintas, em Brasília, Mato Grosso e Rondônia, mediante ordem expedida pelo ministro Alexandre de Moraes, responsável pela investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), com a concordância da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A razão dos assassinatos teria sido a “intervenção” de Marielle nos negócios imobiliários da milícia no Rio de Janeiro.

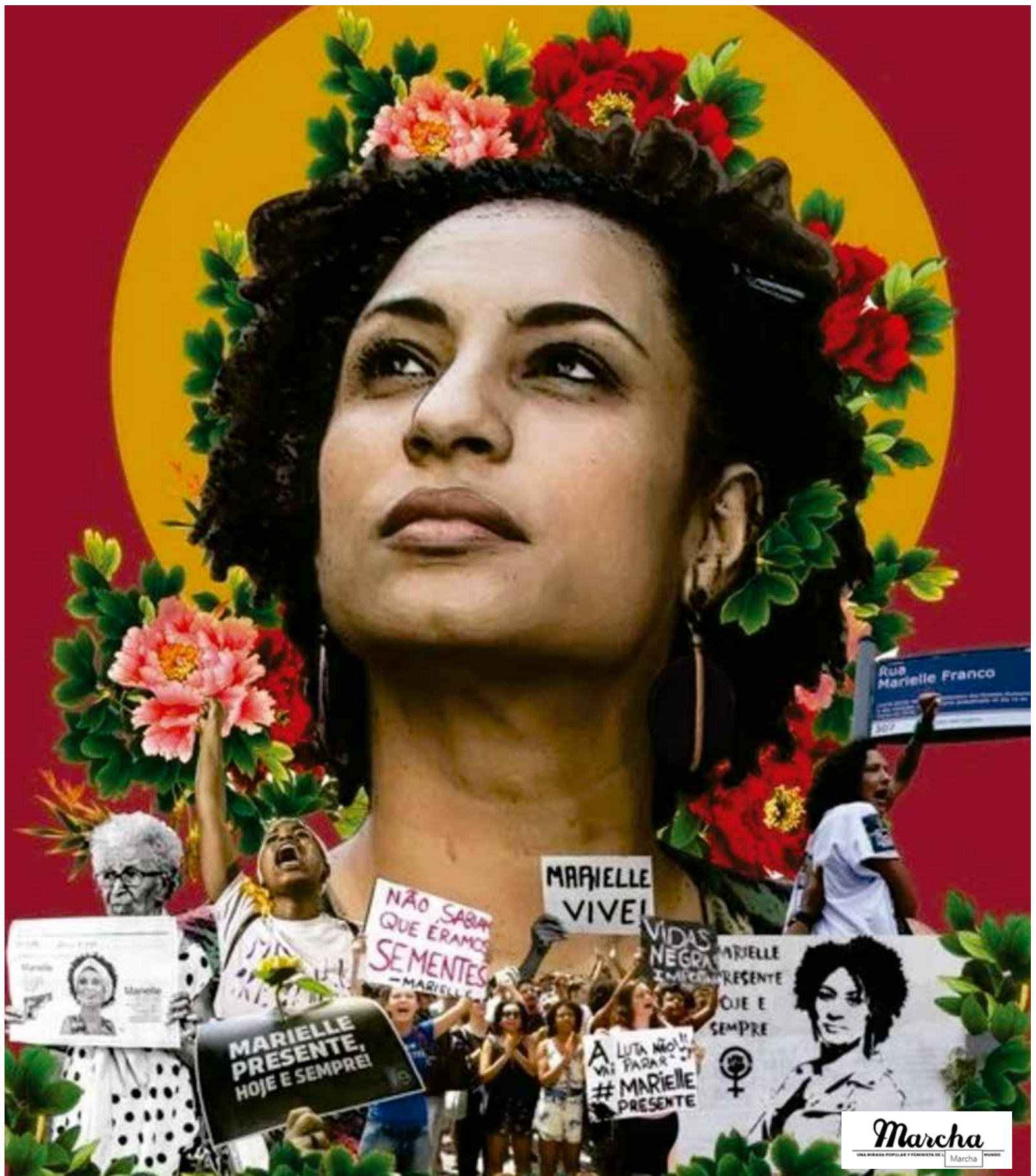
Para o ministro Ricardo da Justiça, a prisão dos mandantes do assassinato de Marielle e Anderson, depois de seis anos, é uma “vitória do Estado brasileiro. o caso está encerrado. Segundo o ministro, o caso está encerrado.

Entretanto, para as famílias de Marielle e Anderson, para defensores/as dos direitos humanos, de segmentos expressivos da comunidade jurídica, e até mesmo da mídia corporativa, o caso de Marielle não se encerra com a prisão dos três mandantes. Falta ainda muita coisa para esclarecer.

Em matéria publicada no jornal UOL em 25/03/2024, o colunista Tales Faria resumiu as perguntas ainda sem resposta sobre o caso Marielle Franco:

“A motivação, explicada pelo ministro [Ricardo] Lewandowski, parece-me algo muito simples para um assassinato. Se for isso, temos que levantar outros casos. Certamente o [Chiquinho] Brazão teve desavenças com muitas outras pessoas na Câmara Federal. E por que não matou? E por que nesse caso [da Marielle] matou? (...). Outra coisa que não está bem explicada é: por que demorou cinco anos? Rivaldo [Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro] e Giniton [Lages, delegado] ficaram menos de um ano nos seus cargos. Não foram apenas eles que atrapalharam as investigações. Houve mais gente para fazer com que elas demorassem cinco anos.... (...)

Quando Raul Jungmann [ex-ministro da Justiça] e Raquel Dodge [ex-procuradora geral da República] saíram, a ‘investigação da investigação’ não andou na Polícia Federal. Por que não andou durante esse tempo do governo Bolsonaro e só mudou quando Flávio Dino assumiu [o Ministério da Justiça]? (...) A PF, o Ministério Público e o Alexandre de Moraes estão se baseando apenas na delação premiada [do ex-policia] Ronnie Lessa] ou foram feitas outras apurações que a confirmaram? É preciso esclarecer isto e apresentar estas provas (...) Ainda há muitos fatos nebulosos para dizermos que este caso está encerrado. Não está, definitivamente.”



ESTADO CONCEDE REPARAÇÃO COLETIVA HISTÓRICA A POVOS INDÍGENAS POR CRIMES DA DITADURA

*“Tentaram matar nossa língua
e nossos corpos,
mas nós continuaremos a resistir,
para que sejam reconhecidos
todos os processos de violação
que nós, povos indígenas, sofremos.”*

Célia Xakriabá



Indígena em pau-de-arara é exposto a autoridades em Belo Horizonte
Foto: Jesco Von Puttkamer/Reprodução

Em 02/04/2024, um dia depois de o Brasil completar 60 anos do golpe de 1964, pela primeira vez na história do Brasil, os povos indígenas Guaraní-Kaiowá, da região de Dourados, no Mato Grosso do Sul, e Krenak, de Minas Gerais, receberam do Estado brasileiro um pedido de perdão coletivo por crimes cometidos contra eles desde a década de 1940, na era Vargas, aos anos de chumbo da ditadura militar (1964-1985).

A reparação coletiva não é financeira, mas concede a cada povo indígena a condição de “Anistiado Político”, o que, além de representar um reconhecimento inédito da violência a que os indígenas foram submetidos na ditadura, as pessoas de suas comunidades poderão, agora, solicitar a revisão de seus documentos de identificação, a inclusão nas políticas públicas do Estado e o direito de lutar pela demarcação de suas terras.

A violência do Estado brasileiro contra os Guaraní-Kaiowá começou na década de 1940, na Era Vargas, quando os indígenas foram expostos do território Guyraroká, em Mato Grosso do Sul, para ceder suas terras ancestrais aos fazendeiros que vinham do Sul do país para se instalar na região.

Segundo relatos históricos, esse movimento do governo federal de confinar os Guaraní-Kaiowá em outras áreas ou em beiras de estrada para que suas

De joelhos, Eneá de Stutz, presidente da Comissão de Anistia, pede perdão a Djanira Krenak, em nome do Estado brasileiro.



Foto: Reprodução/Internet

terras pudessem ser usurpadas pelo agronegócio, persistiu durante todo o regime militar.

Em 1969, o governo militar criou o Reformatório Agrícola Indígena Krenak, um presídio que chegou a abrigar 94 pessoas de 15 etnias, vindas de 11 estados brasileiros na Terra Indígena Krenak, localizada no município de Resplendor, no Leste de Minas Gerais. Os militares também criaram a Guarda Rural Indígena (GRIN), para obrigar indígenas a perseguir seu próprio povo durante a ditadura.

Em 1972, o povo Krenak foi expulso de suas terras ancestrais em Resplendor e obrigado pela ditadura a viver na Fazenda Guarani, pertencente à Polícia Militar (PM), em Carmésia, mais de 300 quilômetros distante de suas terras. A medida foi tomada para facilitar a ação de posseiros vizinhos que tomaram os mais de 4 mil hectares da comunidade indígena.

Em Brasília, agora, o povo Krenak recebeu um pedido de desculpas formal da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos, pelas perseguições, torturas e mortes sofridas pelo aparato de repressão do regime militar. Como a reparação, os Krenak terão agora direito à retificação de documentos e inclusão no Sistema Único de Saúde, além

do direito de avançar no processo de demarcação de suas terras.

Os mesmos pedidos foram rejeitados pela Comissão da Anistia em 2002, no governo do inominável, tomada por integrantes nomeados pelo Palácio do Planalto. Em 2023, no primeiro ano do terceiro governo Lula, a Comissão da Anistia voltou a analisar as petições, incluindo as dos povos Guaraní-Kaiowá e Krenak, que é também defendida pelo Ministério Público Federal (MPF) desde 2015.

O MPF move uma Ação Civil Pública contra a União, o estado de Minas Gerais e contra o major reformado da Polícia Militar de Minas Gerais, Manoel dos Santos Pinheiro que, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), foi o responsável direto pelos crimes e violações de direitos cometidos no Reformatório Krenak e na Guarda Rural Indígena. Manoel morreu em 2023, sem ser condenado por nenhum dos crimes cometidos contra o povo Krenak.

Documentos oficiais registram que, além da expulsão de suas terras e dos deslocamentos forçados, cerca de 8 mil indígenas foram presos, “desaparecidos” ou mortos durante do regime militar da ditadura brasileira.

CANÇÃO DE NINAR GENTE MORTA



Um homem palestino carrega uma menina ferida no local dos ataques israelenses, em Khan Younis, no sul da Faixa de Gaza, 14 de outubro (Foto: REUTERS/Yasser Qudih)

Março, 31/03/2024. Véspera dos 60 anos do golpe militar de 01/04/1963. Do outro lado do planeta, no território palestino da Faixa de Gaza, um genocídio a céu aberto expõe ao mundo os terrores de mais uma guerra insana.

No Brasil, a jornalista e escritora Hildegard Angel, irmã de Stuart Angel Jones, preso político torturado e assassinado pela ditadura, e filha de Zuzu Angel, mãe de preso político, perseguida e assassinada pela ditadura, publica seu protesto contra a barbárie ocorrida em Gaza no Brasil 247:

“A sequência de “frames” de mais um entre os milhares de vídeos que circulam na internet registrando a matança em Gaza é de arrepiar todos os cabelos do corpo, é de embrulhar o estômago, é de dar nó em todas as tripas. Enquanto a câmera passeia sobre os corpos mortos esparramados no chão, e a pá do caminhão bulldozer

vai catando e acumulando, na caçamba da escavadeira, a pilha de cadáveres de civis palestinos recém-assassinados, ao norte da Faixa de Gaza, um soldado israelense, com voz afinadíssima e doce, cantarola ao fundo uma canção, que parece ser de ninar.”

Em 01/04/2024, ano 60 do golpe militar no Brasil, o Ministério da Saúde e o exército de Israel confirmam a morte de mais de 32 mil pessoas mortas e 75 mil feridos/as, em consequência da guerra iniciada em 10/10/2023 na Faixa de Gaza.

Os números, segundo matéria publicada na Agência Brasil, não incluem os mais de oito mil corpos que as autoridades locais estimam estar sob os escombros, uma vez que as ambulâncias não conseguem acessar os restos mortais das pessoas que sucumbiram junto com os destroços dos prédios e das construções.

GOLPE MILITAR DE 1964: JAMAIS ESQUECER A BARBÁRIE

*A passagem do ano 60 deve servir
como o mais retumbante “nunca mais”.*

Nada mais do que isso.”

Grupo Prerrogativas



A determinação de silenciar diante do golpe militar de 1964 é inadmissível. Contraria nossa história e ofende a luta e a memória de tantos e tantas em defesa da democracia. Sobretudo agora, há poucos anos do golpe contra a presidenta Dilma e da intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023, ignorar o passado favorece o recrudescimento de novos retrocessos, como é o caso da campanha para perdoar o inominável e seus cúmplices. Por isso, nós, do Grupo Prerrogativas, nos irmanamos a todos e todas que rememoram e condenam o golpe de 1964. (...). Não, não é verdade que os mortos governarão os vivos. Não, não é verdade que o passado encobrirá o presente e o futuro. Não, não concordamos com o lema positivista de Augusto Comte de que “Os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos”. (...). Não, nem os mortos e nem seus espectros governarão os vivos. A história é a melhor professora! No triste e vergonhoso aniversário de 60

anos do golpe, o momento é de requestionar o passado como condição para entender o presente e vislumbrar um futuro. O passado não governa o presente. E muito menos o futuro. Comemorar o terror é retirar do presente o direito de julgar o passado. (...) A democracia diz: são os vivos que constroem o presente. Esquecer, jamais. Não se coloca no esquecimento milhares de mortos, desaparecidos, a cassação de mandatos, o AI-5 e a tortura. Se há algo a comemorar, é a resistência à tirania. A passagem do ano 60 deve servir como o mais retumbante “nunca mais”. Nada mais do que isso.

Grupo Prerrogativas - (<https://prerrogativas.com.br/nota-do-grupo-prerrogativas-golpe-de-64-jamais-esquecer-a-barbarie/>) - Nota divulgada em 19/03/2024.

VAI PASSAR!

Vai passar
Nessa avenida um samba popular
Cada paralelepípedo
Da velha cidade
Essa noite vai
Se arrepiar
Ao lembrar
Que aqui passaram sambas imortais
Que aqui sangraram pelos nossos pés
Que aqui sambaram nossos ancestrais
Num tempo
Página infeliz da nossa história
Passagem desbotada na memória
Das nossas novas gerações
Dormia
A nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída
Em tenebrosas transações
Seus filhos
Erravam cegos pelo continente
Levavam pedras feito penitentes
Erguendo estranhas catedrais
E um dia, afinal
Tinham direito a uma alegria fugaz
Uma ofegante epidemia
Que se chamava Carnaval
O Carnaval, o Carnaval
(Vai passar)
Palmas pra ala dos barões famintos
O bloco dos napoleões retintos
E os pigmeus do bulevar
Meu Deus, vem olhar
Vem ver de perto uma cidade a cantar
A evolução da liberdade
Até o dia clarear
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório geral vai passar
Ai, que vida boa, olerê
Ai, que vida boa, olará
O estandarte do sanatório geral
Vai passar.



“Vai Passar”, música de **Chico Buarque e Francis Hime**, símbolo da transição para o primeiro governo civil após 21 anos de ditadura militar.



Desenho de **Thereza Nardelli** que viralizou nas redes sociais após as eleições de 2018

PERDÃO, BANCÁRIOS! PERDÃO, BANCÁRIAS!

Em 29/04/2015, dia em que recebeu o relatório final de sua Comissão da Verdade, o Sindicato dos Bancários pediu perdão aos/às bancários/as e/ou militantes de esquerda que sofreram perseguições da ditadura. A alguns desses dirigentes, ou a seus familiares, foram entregues placas de homenagem em agradecimento por suas histórias de luta e resistência. Foram homenageados:

Adelino Cassis/Alex Polari de Alvarenga/Alvimar Figueira da Fonseca/Antunes Chaves de Queiroz/Arildo Salles Doria/Fernando Arthur Tollendal Pacheco/ Gilney Amorim Viana/Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)/José Francisco Barbosa Oliveira/José Oscar Pelúcio/José Vieira Fiuza.

Na ocasião, o presidente do Sindicato, Eduardo Araújo, leu o seguinte discurso tocante e necessário:

“O Relatório da Comissão da Verdade entregue à diretoria do Sindicato busca apresentar algumas iniciativas que têm como pano de fundo resgatar para a nossa história de categoria profissional bancária o tanto que valorosos companheiros também para a própria história do Brasil, principalmente nas lutas por democracia e liberdades, no período obscuro que foi a ditadura militar (1964-1985).

Por isso, a Comissão da Verdade buscou construir uma pauta de inclusão de toda essa história, para que nunca mais a esqueçamos e, assim, por meio de seu relato, fazemos isso como reconhecimento que não pode ser diferente perante essa história.

Dessa forma, por tudo o que foi relatado, e por essa vontade que queremos seja continuada, fazemos isso agora publicamente, reconhecendo serem justas todas as homenagens e reconhecendo a todos eles.

Mas antes, temos a obrigação de, nessa extensão histórica, reconhecer e fazer o devido reparo histórico do envolvimento da entidade com seus

associados e com a própria categoria; de ter sido muito pouco o que ela articulou em prol dessa saga.

Assim, quero em meu nome e como presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Brasília, e perante a presença de todos, os quais agradeço por terem aceito o convite para este evento, apresentar as homenagens e todos o meu pedido de perdão e gritar: Ditadura Nunca Mais!

Discurso lido pelo presidente **Eduardo Araújo** por ocasião da entrega do relatório final da Comissão da Verdade, à diretoria do Sindicato em 29/04/2015.





Dirigido pelo premiado cineasta brasileiro Iberê Carvalho, 'Palco de Luta' faz uma viagem de volta ao passado com depoimentos de grandes personagens da história do nosso Sindicato. A pré-estreia ocorreu no Teatro dos Bancários, em Brasília no dia 23/04/2023, com apresentação da Orquestra Marafreboi, e tendo Lucélia Santos como mestre de cerimônias. Selecionado para o Festival do Rio, uma das maiores mostras do audiovisual do país, o filme compôs a programação nacional na Première Brasil, figurando entre as mais de 70 obras selecionadas pela curadoria, dentro da mostra 'O Estado das Coisas'. Segundo Iberê, o filme possui uma narrativa que não se restringe apenas à prateleira do Sindicato, mas é também um recorte que comprova que a única alternativa de avanços para a categoria se dá através da luta coletiva da classe trabalhadora. O então presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, Kleyton Moraes, afirmou, durante o lançamento, que "a estreia de 'Palco de Luta' na tela do cinema democratiza e amplifica ainda mais a intenção inicial. É preciso contar a história dos trabalhadores e das trabalhadoras, mostrando seu protagonismo, a partir do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora". É isso que o filme faz. Confira: <https://www.youtube.com/watch?v=Lq2FrZb6LPQ>

**DITAD
NUNCA**

**DURA
MAIS!**



